



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE.

RODRIGO CAVALCANTE DE ALMEIDA

A Modernidade e as Favelas:

**a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da Seca de
1932**

**FORTALEZA - CEARÁ
2012**

RODRIGO CAVALCANTE DE ALMEILDA

**A Modernidade e as Favelas:
a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da Seca de
1932**

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação em História e Culturas do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau Mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientador: Prof. Dr. William James Mello.

**FORTALEZA - CEARÁ
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

Bibliotecário(a) Responsável – Giordana Nascimento de Freitas CRB-3/1070

A447m Almeida, Rodrigo Cavalcante de

A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932 / Rodrigo Cavalcante de Almeida. – 2013.

CD-ROM. 140 f. il. ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slin (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado acadêmico em História, Fortaleza, 2013.

Área de concentração: História e cultura.

Orientação: Prof. Dr. William James Mello.

1. Modernidade. 2. Seca. 3. Espaço urbano – Fortaleza (CE). 4. Favelas I. Título.

CDD: 981.31



Universidade Estadual do Ceará -UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA
Criado pela resolução N º 520 do CONSU - UECE de 31 de maio de 2005

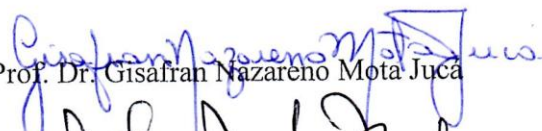


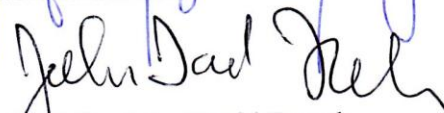
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO RODRIGO CAVALCANTE DE ALMEIDA

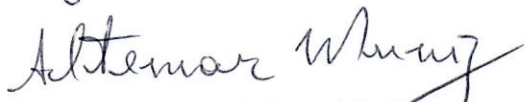
Às 10h00min do dia 05 (cinco) de setembro de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, a Comissão Examinadora da dissertação, para obtenção de grau de Mestre apresentada pelo aluno **Rodrigo Cavalcante de Almeida**, intitulada “**A MODERNIDADE E AS FAVELAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA A PARTIR DA SECA DE 1932.**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “ Aprovado ” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: William James Mello (Orientador - EEUU), John David French (EEUU) e Gisafran Nazareno Mota Jucá (UECE). Assinam também a presente ata, o Coordenador Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz e o secretário Adauto Rufino de Lima Neto, para devidos efeitos legais.

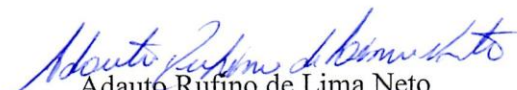
Fortaleza, 04 de setembro de 2012.


Prof. Dr. William James Mello


Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá


Prof. Dr. John David French


Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz


Adauto Rufino de Lima Neto

Aos meus pais, Leôncio Nunes de Almeida e Maria Gerlane Cavalcante de Almeida, simplesmente por tudo.

AGRADECIMENTOS

Este momento é um dos mais gratificantes do trabalho acadêmico, pois é a ocasião de reconhecer a pesquisa como um esforço coletivo e dar nome a quem nos ajudou, mesmo que essa ajuda tenha se resumido a uma palavra de incentivo.

Agradeço...

À minha adorável família, pelo acalento em momentos de desespero.

À CAPES, pela bolsa de incentivo à pesquisa, sem a qual dificultaria bastante a realização deste trabalho, pelo menos nos moldes apresentados.

Ao meu orientador, William James Mello, que me ensinou um dia que existem dois tipos de professores. Os de portas fechadas e os de portas abertas. Inapelavelmente, ele se encaixa na segunda opção, que pelo cabedal teórico acumulado e pela a sua produção, não se distanciou da humildade, equalizando o tratamento de um aluno de graduação ao de um professor doutor. E pela confiança depositada em minha pessoa, mesmo nos momentos adversos do trabalho. Divido com ele os acertos desta pesquisa.

À professora Zilda Maria Menezes Lima, por sua preciosa ajuda na correção do projeto, principalmente no que se refere ao estilo, possibilitando uma maior fluidez textual. Espero ter trazido um pouco desse conhecimento para a dissertação.

À professora Berenice Abreu, por ter acreditado em mim no início da pesquisa e me fazer sentir um pesquisador.

Ao professor Gisafran Nasareno Mota Jucá, pelas duras críticas no processo de qualificação que fortaleceram o presente trabalho. E por ter aceitado participar da banca de defesa.

Ao professor John **French**, que aceitou de maneira muito solícita o convite para a banca de defesa.

Aos meus verdadeiros amigos, que presenciam comigo desavenças e alegrias, e que não temem dizer a verdade quando ela causa enorme sofrimento.

À minha heterogêneaaaaaaaaaaaaaa turma de mestrado! Que me ensinou a conviver e respeitar a diversidade de pensamento. Agradeço, em especial, ao Canidé e ao Geovan, pela amizade desenvolvida neste percurso; e Ana Luiza, por todo o esteio em questões “operacionais” do mestrado.

Ao camarada Wendel Guedes, pela dedicação destinada à formatação da pesquisa.

Aos professores do colégio Heráclito de Castro e Silva, especialmente, Anderson, Mailma, Alice, Tessia e Humberto. Pela união, confiança e companheirismo no nosso

trabalho, colocado à prova, e aprovada com nota maior após a greve dos professores. Agradeço também por mostrarem que é possível resistir aos incessantes ataques do Estado, e conseguir ministrar uma boa aula.

Aos professores do Colégio Jader Moreira de Carvalho, por enfrentarem diariamente a batalha do magistério, e não se renderem.

À Lorena, pela companheira que se mostrou ser nesses dois anos de convivência.]
nossas intermináveis idas à biblioteca pública Menezes Pimentel, e nos momentos finais da pesquisa, que passou a trazer o meu almoço diariamente para eu não perder tempo e me dedicar à árdua tarefa da escrita. Pode ter certeza de que grande parte deste trabalho deve-se ao seu carinho e dedicação.

E, por fim, aos autores que me fizeram refletir para além da obviedade e do modismo acadêmico. Com eles aprendi a travar “os combates da história”. Pois história não é jamais consenso, pelo contrário, é fissura de conceitos e debates de ideias.

“De fato, frequentemente, a sociedade impõe silêncios na história. E esses silêncios são tão história quanto a história”.

(Marc Ferro)

RESUMO

O presente trabalho toma por escopo analisar a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932, compreendendo a relação entre seca, centro e favelas, como resultado de um desenvolvimento socioespacial desigual e combinado, na medida em que o processo de remodelação do centro, com introdução de equipamentos modernos se efetivou, a base da exploração e exclusão de uma camada da população que passou a habitar as periferias da capital, contribuindo para acelerar o processo de favelização de Fortaleza. Também busca entender as nuances do projeto de modernidade e modernização do governo e das classes abastadas, numa constante tensão dialética entre o centro e as favelas, onde o primeiro se erige baseado num projeto racional e bem planejado, já o segundo se ergue sobre a lógica da necessidade dos que anseiam algum tipo de moradia. A pesquisa também almeja compreender os diversos sujeitos e elementos que se articularam nesta produção, como: o papel do Estado, a acumulação de capital, o papel da seca e a luta entre os diversos setores envolvidos, entendendo o espaço não como receptáculo de processos maiores, mas como mediação entre as estruturas e os sujeitos, na perspectiva de uma produção coletiva do espaço, mas uma apropriação privada. Em suma, o espaço é analisado como local de disputas que permearam e construíram a cidade.

Palavras-chave: Modernidade. Seca .Espaço Urbano. Favelas.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the production of space in Fortaleza at the onset of 1932 and in this way the process of urban development exploring the relation between the expansion of the shanty towns and the city center and the impact of the drought. I argue that this process reflects the consolidation of socio-spatial inequality as a process of urban renewal, which, on one hand, drew on the use of modern equipment, while on the other hand, relied on the exploration and social exclusion of migrant workers drawn to the capital city as a result of the drought. In this sense, the project of modernization put forth by the city's administrators and economic elites survives in a constant dialectical tension between the center and the shanty towns, the center driven by a well-planned, rational, project of urban development, the latter driven by the desperate search for a place to live. Likewise, my research seeks to understand the role and influence political actors and their relation to the ongoing project of urban renewal, the role of the State, the process of wealth accumulation, the impact of the drought and the struggle of competing sectors of society. Axiomatic to this process, it is important to understand space as a process of mediation between agency and structures, which is collectively produced and appropriated by private interests; space, in this context, is analyzed as a place where conflict permeates the process of urban expansion.

Key-Words: Modernity .Drought. Urban Space. Shanty-town.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. Primeira parte: Seca e Modernidade.....	20
1.1 Capítulo 1 – Retirante: o flagelo da elite.....	20
1.2 A seca não se isola do mundo, muito menos o retirante.....	25
1.3 “Melhorias urbanas”: o simulacro da organização.....	34
1.4 Fortaleza “moderna”: contradições “antigas”.....	49
2. Segunda parte: Centro.....	58
2.1 Capítulo 2 – Fortaleza e a produção capitalista do espaço urbano: riqueza e miséria, dois lados da mesma moeda.....	58
2.2 O centro e a dialética da modernização.....	60
2.3 Coluna da Hora: “a odisseia de um relógio”.....	77
2.4 Acumulação de capital: a necessidade de um porto.....	86
2.5 A cidade como reta: o urbanismo de Nestor Figueiredo.....	94
3. Terceira parte: Favelas.....	102
3.1 Capítulo 3 – O outro lado da cidade: favela, doenças e outros problemas sociais....	102
Considerações Finais.....	123
Fontes.....	129
Referências Bibliográficas.....	130

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa tem sua história. Gostaríamos de iniciar falando um pouco da trajetória da nossa pesquisa. Ela surgiu quando estávamos fazendo o curso de graduação em história pela UECE (Universidade Estadual do Ceará) e, numa cadeira do curso intitulada Metodologia da Pesquisa Histórica, fomos “obrigados” a pesquisar alguma coisa e no final da disciplina apresentar um projeto. Então, surgiu o nosso primeiro dilema teórico-metodológico! O que pesquisar em matéria de historiografia? As opções eram grandes, o que angustiava ainda mais esse pesquisador juvenil. Foi aí que entramos em contato com a obra “Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932”, da Kênia de Sousa Rios. Esta obra fazia um apanhado da seca de 1932, e uma análise da construção de campos de concentrações no ceará¹, que serviram como mecanismo de controle da população de retirantes que migravam do interior para a capital, ressaltando a preocupação do Estado e das classes abastadas de Fortaleza, em isolar os retirantes para evitar saques, revoltas e outros tipos de transtornos.

A partir do estudo desta obra, podemos inferir que no período em que os retirantes estiveram presos nos campos de concentração de Fortaleza, houve um aumento na quantidade de obras públicas na cidade. Nossa hipótese, portanto, era que essas obras só poderiam ser feitas com a utilização da mão de obra desses retirantes. Esse foi, por conseguinte, o nosso objeto de estudo na monografia de graduação.²

Em contato com outras leituras, e com avanços nas pesquisas, percebemos que na década de 1930 houve um aumento do processo de favelização da capital. O que gerou algumas inquietações como: O que provocou o aumento dessas favelas? Quem eram os seus habitantes? Qual foi o papel do Estado na sua construção? Quais foram os fatores que

¹ É importante esclarecer o uso do termo campos de concentração. Na verdade, existia uma abissal diferença entre os campos de concentração no Ceará, e a experiência histórica do nazismo na Segunda Guerra Mundial. Os campos no Ceará serviam para manter o controle da população que queria emigrar para Fortaleza nos períodos de seca. A população que ficava nos campos, apesar de retida, não exercia trabalhos forçados e não era executada em câmara de gás. Ela geralmente executava os trabalhos da Inspetoria de Obras contra a seca, na construção de açudes, estradas de rodagem, poços, e, no caso de Fortaleza, melhorias urbanas. Optamos por utilizar o termo, devido a sua referência histórica, pois a partir da seca de 1915, eram assim chamados usualmente.

² A nossa monografia recebeu o título de **“A miséria da modernidade”: os retirantes na construção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932**. O debate central que ela levantava é que os retirantes também eram sujeitos da construção do espaço urbano de Fortaleza, pois a partir da exploração do seu trabalho que foi possível remodelar o centro da capital. O espaço deixa de ser apenas um constructo idealista, ou seja, projeção de arquitetos e engenheiros, e passa a ser analisado como fruto de diversas relações sociais. (Monografia apresentada para a obtenção do título de licenciatura em história pela UECE, 2008).

constituíram o espaço urbano de Fortaleza como um todo? Isso mostra uma mudança no foco de nossa investigação e que resultou na construção do objeto da dissertação.

Neste sentido, a nossa pesquisa tem por objetivo analisar a produção social do espaço urbano de Fortaleza, a partir da seca de 1932, no invólucro de uma “modernidade paradoxal”, pois ao mesmo tempo em que o centro da capital vai passar por um processo de remodelação do seu espaço, com construção de praças, calçamentos de ruas a concreto, construção de uma via férrea ligando o centro ao Mucuripe, instalação de equipamentos urbanos modernos, palenajamento do Estado na realização das obras, construção de espaços belos, ordenados, saneados, “urbanizados”, clubes de lazer, teatro, e cinemas. Em contrapartida, se amplia o processo de favelização da cidade, de expulsar os pobres, flagelados e trabalhadores, para fora do perímetro central, para a margem da sociedade, compreendendo o espaço urbano de Fortaleza na dimensão das antinomias centro-favelas.

Estabelece-se uma relação que acreditamos ser desigual e combinada entre esses espaços, pois partimos de uma ideia central, desenvolvida pela geógrafa Ana Fani, e que norteará a nossa pesquisa: “o espaço surge de uma contradição fundamental, a sua produção é coletiva, mas a sua apropriação é privada”. Por conseguinte, faz-se necessário um debate sobre o conceito de espaço num sentido geral e, mais especificamente, sobre o conceito de espaço urbano, para elucidar algumas questões levantadas na pesquisa, tais como: O que entendemos por urbano, favelas, cidade e espaço? Como se formou o espaço urbano da capital no contexto dos surgimentos das favelas? Qual era o papel dos retirantes na construção do centro e das favelas? Que mecanismos o Estado utilizou para manter o controle social da população pobre da cidade?

Para nos ajudar a clarificar algumas dessas questões, nos apoiaremos nas reflexões teóricas de alguns geógrafos e pensadores que fizeram elaborações coerentes e sistemáticas sobre essas temáticas como: David Harvey, Henri Lefebvre, Maria Encarnação Espósito, Mark Gottdiener, Liberal de castro, Ira Katznelson, Ana Fani, dentre outros. Pois consideramos que é importante, além de uma ampla pesquisa empírica e análise das fontes, fazer uma boa reflexão conceitual sobre o nosso objeto. E o primeiro debate de cunho teórico-metodológico, é o que se refere à compreensão do espaço, não apenas no sentido de uma estrutura que molda ou condiciona os seus habitantes, mas, principalmente, entender o espaço como fruto de diversas relações sociais onde atuam vários atores. Entre eles, entram aí o papel do Estado, dos setores capitalistas, dos trabalhadores, que através da sua atividade

transformaram o espaço; dos planos diretores e dos seus executores, como engenheiros e arquitetos, da acumulação de capital, e das disputas pelo espaço.

O espaço nesse sentido deixa de ser resultado de um constructo idealista, como permeia exemplos na historiografia cearense, que denota, por exemplo, a construção de Fortaleza como fruto da elaboração de Adolfo Hebster, Nestor Figueiredo, Silva Paulet, engenheiros e arquitetos que projetaram uma noção de cidade. A cidade, a nosso ver, é muito mais complexa que isso. “A cidade não é simples condição objetiva da vida. Na medida em que supõe condições de direção e gestão, e envolve interesses e necessidades diversas, é produto das contradições de classe. Assim, o espaço é produzido através das lutas que ocorrem na cidade.” (Carlos, 1997 p. 08).

Compreender a cidade como fruto das contradições de classe, é fundamental para perceber como o centro de Fortaleza foi formado de um modo pensado, as ruas em traçado xadrez, as ligações das avenidas centrais ao porto, a introdução de uma série de equipamentos modernos, ao mesmo tempo em que se tratou de excluir uma parte da população para espaços marginalizados, afastados da urbanização em favelas como o Lagamar, Mucuripe, Arraial Moura Brasil, Pirambu etc.

A transformação do espaço, no caso da cidade de Fortaleza na década de 1930, em termos mais amplos, reflete uma disputa pelo poder, uma disputa de classes sociais. Os retirantes e a população pobre de maneira geral construíram essas favelas, não porque gostassem de habitar espaços miseráveis, sem urbanização, saneamento básico etc. Não se trata do que eles queriam e sonhavam para eles e suas famílias, mas o pequeno campo de possibilidade concreto que é proporcionado para eles, nesta disputa. Por isso a construção do centro de Fortaleza em 1933 vai ser coletiva, na medida em que se utiliza a mão de obra barata dos retirantes, mas a apropriação vai ser privada, pois não lhes é dado o direito desses trabalhadores habitarem os locais mais saneados, chamados pelas classes abastadas de espaços “modernos”.

Também faremos um debate sobre o processo de urbanização de Fortaleza. Que tipo de urbanização foi realizado? Quais foram suas formas e seus sujeitos? O que caracteriza o processo de urbanização de uma cidade? Pois é quase consensual que Fortaleza passou por um processo de urbanização no início da década de 1930, proporcionado em parte pela explosão demográfica fruto de secas anteriores. Porém, o que está longe de ser unanimidade, pois a literatura que trata sobre o tema só se refere de maneira geral, não aprofundando a questão é como e que tipo de urbanização ocorreu nesse período na capital?

Segundo Spósito (2001, p. 84),

a urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração dos homens, ou a dinâmica econômica de concentração de riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essa dinâmica, mas o seu conteúdo social e cultural.

Por isso consideramos que será uma das contribuições dessa pesquisa, fazer uma análise do processo de urbanização que Fortaleza passou no início da década de 1930, levando em consideração a relação centro-periferia, estudando como viviam os moradores dos bairros pobres, para que se possa compreender uma dinâmica mais geral de urbanização e formação da cidade, na medida em que poderá contribuir com o debate acerca de interpretações já cristalizadas na historiografia cearense, que mostram apenas um lado da modernidade, geralmente associada aos grupos privilegiados. Faz parte do ofício do historiador buscar fontes que permitam, incessantemente, revisões, novas leituras e interpretações do passado, permitindo a dinâmica e a complexidade da narrativa historiográfica.

Uma reflexão cara à nossa dissertação é a discussão sobre modernidade, numa perspectiva histórica. Muitos autores falaram de uma modernidade em Fortaleza na década de 1920 e 1930. Uma obra pioneira sobre o tema é “A Fortaleza Belle Époque” de Sebastião Rogério Pontes. Consideramos essa obra um marco na historiografia cearense, no sentido de levantar um debate sobre a modernidade no Ceará. Todavia, as respostas a esse debate são muitas vezes precárias e unilaterais. Há na obra de Pontes (1999) uma hipervalorização das classes abastadas na construção da modernidade de Fortaleza. A população mais pobre é analisada apenas como receptáculo do processo, como resultado das atitudes dessas classes. A nossa pesquisa se projeta em outra direção. Não estamos querendo, no entanto, ir para o outro extremo de considerar a modernidade como resultado apenas dos trabalhadores, população pobre e retirantes. Assim estaríamos cometendo o mesmo erro de observar apenas um lado de uma realidade multifacetada, e não enxergaríamos a totalidade do processo, a articulação das partes na formação de um todo contraditório, e ao mesmo tempo coerente, mas compreender o projeto de modernidade do governo e setores capitalistas, numa perspectiva heterogênea e não monolítica.

É neste contexto que a discussão sobre o tipo de modernidade e modernização que ocorreu em Fortaleza no início da década de 1930, torna-se importante. Em que sentido se pode chamar de modernidade? Existe diferença entre modernidade e modernização? Para a discussão do conceito de modernidade, nos ancoramos nas contribuições de Fredric Jameson,

Renato Ortiz, Perry Anderson, Henri Lefebvre, e especialmente Alex Callinicos e Marshall Berman.

Entendemos a década de 1930 em fortaleza como componente de um processo mais amplo de transformações econômicas, políticas, culturais e sociais das sociedades capitalistas. Essas transformações visavam criar inovações tecnológicas, estimular o desenvolvimento econômico, expandir conexões de mercados locais, nacionais e internacionais, fazendo com que seus habitantes experimentassem mudanças às vezes vertiginosas, criando uma atmosfera de efemeridade e inovação constante. Porém, o que é mais importante no conceito de modernidade para esta pesquisa, é o fato da modernidade ser compreendida como paradoxal e contraditória. Pois a formação do espaço urbano de fortaleza a partir da seca de 1932 vai ser permeada de inúmeras contradições, sendo necessário analisá-las num cabedal teórico heterogêneo, para que possamos entender a construção de Fortaleza de maneira plural, onde intervieram variados sujeitos.

A modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1998, p. 15).

Berman faz uma diferenciação entre modernidade, modernização e modernismo. Sendo modernização, grosso modo, a introdução de novas tecnologias, equipamentos, aplicação de novas ciências, industrialização da produção, formação de mão de obra assalariada, explosão demográfica, diminuição do tempo de lazer em detrimento do tempo de trabalho etc. E a modernidade, a experiência que apreende essas transformações na esfera dos sentidos. Experiência que para o autor, a sua maior característica, é o caráter efêmero desse processo. Portanto, em que medida podemos dizer que existia a modernidade em Fortaleza?

Em nossa opinião, existia tanto um projeto de modernidade quanto um projeto de modernização por parte do Estado. A questão é, em que medida esses projetos foram aplicados inteiramente?

No capítulo primeiro “Retirantes, o flagelo da elite” e “A seca não se isola do mundo, muito menos os retirantes” analisaremos o papel que a seca e os retirantes cumpriram no processo de urbanização de Fortaleza, no sentido em que ela serve como um catalisador das contradições do urbano, pois os retirantes que migraram para a capital no período foram, em grande medida, utilizados como mão de obra para realizar o projeto de modernização do governo, ou seja, remodelar quase todo o perímetro central.

A seca é abordada como uma característica importante para a compreensão da urbanização de Fortaleza na década de 1930, pois além da mão de obra, uma parte dos retirantes irão se tornar moradores da cidade, ampliando as favelas da capital.

No capítulo segundo, iremos tratar do processo de formação do centro, a dialética da modernização, e os elementos responsáveis pela produção do espaço urbano como um todo. É o capítulo de maior fôlego da pesquisa! Consideramos como característica formadora do espaço de fortaleza, os seguintes elementos: A seca, a acumulação de capital, as lutas dos sujeitos que habitaram o espaço, e a intervenção do Estado.

Iniciamos o capítulo fazendo uma discussão sobre as principais reformas realizadas no governo de Raimundo Girão, como abertura de ruas, construção de calçadas, reformas das praças, a implantação da Coluna da Hora, que se tornou um marco regulador da cidade, refletindo a necessidade de um tempo ligado à indústria, e abandono do tempo natural do campo. Também observamos os discursos que eram utilizados para se legitimar as reformas, como sendo de inapelável importância para a cidade, quando na verdade atendia a necessidades de uma pequena camada da população, comerciantes, industriais, e algumas pessoas que podiam aproveitar dos clubes e demais inovações, matérias que chegavam à capital.

Também buscamos compreender o debate acerca da construção do porto, e o papel que a acumulação de capital cumpriu na produção do ambiente construído. O porto representava o desenvolvimento do capitalismo e a ampliação dos lucros dos comerciantes e industriais locais. Em todas as fontes pesquisadas ele se apresenta como uma melhoria indispensável para o desenvolvimento de Fortaleza. Mesmo o periódico que mais tecia críticas ao governo de Raimundo Girão, reconhecia a urgência da construção do porto. O debate maior nos jornais da época era: qual seria o local da construção? E que a maioria defendia o Mucuripe.

No período em questão, é necessário elucidar, o Estado se encontrava mais centralizado, após o “Golpe de 1930”, que coloca Getúlio Vargas no poder. São criadas interventorias que funcionam como um intercâmbio entre o governo federal e estadual. Neste sentido, a construção do porto, como ferrovias e demais melhorias urbanas recebem verbas do governo federal para serem realizadas, e os governantes municipais aproveitam-se da problemática da seca para atrair recursos. A seca, além de ter sido uma realidade sócio-material, também pode ser apreendida enquanto discurso para referendar as reformas na cidade.

A nossa tese é que houve um investimento massivo, o que Lefebvre e Harvey chamam de circuito secundário³ da sociedade. E este investimento está relacionado ao período enfrentado de grande depressão, e crise do capitalismo a nível internacional. Investir em melhorias urbanas, porto, estradas de ferro, açudes e estradas de rodagem, se mostra uma saída atraente para o Estado. O exemplo do porto é lapidar, pois melhoraria a circulação de mercadoria, e obviamente os lucros dos setores capitalistas.

Analizamos, ainda, no capítulo 2, o plano urbanístico do arquiteto Nestor Figueiredo, destacando a função do planejamento urbano na produção da cidade. Não obstante, tentamos relativizar afirmações apressadas que dizem ser o crescimento urbano na década de 1930 desordenado. O problema é saber quanto de ordem e desordem teve na formação desses espaços. Será que podemos falar que o centro não foi planejado? E as favelas, surgiram apenas por crescimento natural? Ou existia um projeto de exclusão dessa população? Em que medida o espaço urbano de Fortaleza foi resultado de planejamento? E em que medida foi fruto da do acaso e da desordem? São questões que trazemos para o na perspectiva de trilhar um caminho para além do óbvio.

No capítulo 3, abordaremos o outro lado da cidade. Os espaços das periferias, subúrbios e favelas, com o objetivo de esmiuçar a lógica da sua produção e sua relação com o centro. Centro e favelas são encarados como dois momentos de um único processo, dois lados de uma mesma moeda. A urbanização de Fortaleza se desenvolve de maneira desigual e combinada, com um projeto de modernização e afastamento dos problemas sociais para as periferias da cidade. O campo de concentração do Urubu torna-se uma oficina de trabalho para a população de flagelados, e espaço de abrigo dos doentes de varíola, tuberculose, lepra etc.

Há uma reforma na saúde implantada pelo diretor do Departamento de Higiene, Almicar Barca Pelon. Todavia, uma reforma com diversas contradições, sem dialogar com a população pobre, escolhendo uma via autocrática. Os pobres passam a ser identificados como os doentes em potencial, sendo transferido para locais às vezes sem infraestrutura, como a oficina do Urubu. A cidade mostra nesse capítulo o seu caráter dual, como se fosse duas cidades distintas. Porém, na verdade, foi parte de um projeto de exclusão que visava desenvolver o centro no seu aspecto comercial e capitalista, e expulsar a miséria para as zonas afastadas.

³ Analisaremos o conceito de circuito secundário no capítulo 2 da dissertação.

Observamos nesse capítulo o crescimento do crime, que aos poucos se torna organizado, e a associação da criminalidade, confusões, falta de saneamento, aos bairros pobres. Locais como Mucuripe, Tauape, Alto da Balança, Morro do croata e, principalmente, o Arraial Mouro Brasil, começam estampar as páginas policiais dos jornais da cidade. A população pobre da capital, pela especulação imobiliária e altos preços do centro são tangenciadas para as periferias e favelas, morando a grande maioria em condições sub-humanas, sem nenhuma infraestrutura urbana.

A contradição é que essas populações das favelas, que começam a ser associadas ao crime, prostituição e outras mazelas, tomam o centro como escopo dos seus delitos. Pois, é o local onde se concentram as riquezas da cidade. Cria-se uma situação paradoxal! O governo e as classes abastadas expulsam a miséria do seu perímetro de moradia, com o objetivo de isolá-la. Porém, ao marginalizar, aprofundam-se as condições de miséria e delinquência, que retornam para suas adjacências através de roubos, furtos, e crimes de maneira geral. Daí a complexidade da produção do espaço urbano, por maior que seja a tentativa do Estado e dos setores capitalistas em criar uma racionalidade instrumental, que tente abarcar todo o urbano. A realidade se mostra sempre subversiva e abre margem para novas possibilidades. A cidade sempre será mais complexa do que as elaborações sobre ela.

Por fim, cabe tecer uma lacônica apresentação sobre as fontes utilizadas em nossa pesquisa. Apropriamo-nos de periódicos da época como: O Povo, O Nordeste, Correio do Ceará e A Rua. No Povo, buscamos analisar os discursos dos grupos dominantes e do governo sobre os retirantes, a modernização da cidade, e os conflitos que permeavam a cidade naquele momento, visto que na época foi criada a imprensa oficial, sendo o matutino responsável por divulgar o expediente do governo. Era um jornal em que se podia perceber os discursos oficiais do governo.

Já no jornal A Rua, periódico de oposição aos governos, no caso ao prefeito Raimundo Girão e ao interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, apresentaremos outro olhar sobre o processo de modernização da cidade, as críticas às obras que foram construídas na capital, e também nos ajudará a entender como era o cotidiano da cidade. É o jornal mais rico na descrição dos problemas sociais que constituíram a capital, e tinha um discurso cáustico e voraz sobre as reformas projetadas por Raimundo Girão.

Também utilizaremos o Relatório do interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, que traça um panorama das principais obras construídas em fortaleza no período, arraigado de um discurso de modernidade, defendendo as obras como indispensável para

tornar Fortaleza uma cidade moderna. Este foi importante no cruzamento de fontes do governo com a oposição. Uma das lacunas do documento, é que na maioria das vezes ele mostrava as obras já acabadas, não destacando, assim, o seu processo de produção. Não obstante, com as comparações estabelecidas na pesquisa com as diversas fontes, pensamos ser essa lacuna suprimida.

Abordamos também, em nossa pesquisa, a análise do relatório do IFOCS (instituto de obras contra a seca). Este relatório nos forneceu um panorama geral das obras e melhoramentos que foram realizados no interior do Estado durante o período perscrutado. Foi fundamental para perceber o projeto dos governos (municipal e federal), em investir em dois setores diferentes do circuito secundário. No interior, o investimento ocorreu principalmente na construção de açudes em terrenos particulares, estradas de rodagem, poços e poços profundos. E na capital, em melhorias urbanas no sentido geral, esses documentos selecionados e pesquisados, só demonstraram ter sentido, na medida em que nos ajudou a esclarecer a produção do espaço urbano de Fortaleza, “permanecendo válido o velho axioma que nos foi transmitido que sem documento não há história, muito menos, há documento sem uma problemática anterior que o defina. Sendo importante compreender as mediações entre as teorias e as fontes”. (LAPA, 1980, p. 32)

Por fim, analisaremos a produção do espaço urbano na sua dinâmica, procurando encontrar os conectivos que o moldaram, na interação entre a seca, o centro e as favelas, como produto de um único processo socioespacial.

PRIMEIRA PARTE

A SECA E A MODERNIDADE

1.1. Retirante: o flagelo da elite.

No ano de 1932, o Ceará passou por uma das maiores secas que já ocorreram na história do Estado. A falta de chuvas, morte de gado, migrações massivas e a fome disseminada, foram fatores bastante presentes nesta seca, e que estimulam os sertanejos a saírem de suas cidades em busca de melhores condições para a garantia de sua sobrevivência.

Já no começo de janeiro de 1932, o jornal O Povo noticiava:

Ontem a saída de Orós, grupos de famintos atacaram um comboio que conduzia gêneros remetidos pelo governo para este município tomando cinquenta sacos. A fome se desenvolve de maneira assustadora. A cidade, nos últimos dias tem vivido invadida de famintos, presenciando cenas dolorosas. Para o serviço da estrada não podem mais ser aceitos operários, visto que possam salvar a população. (O POVO 13/01/1932)

Em 1932, matérias como essa do jornal O Povo não são raras, uma vez que a seca seria o estopim para uma série de conflitos sociais que iam permear a cidade de Fortaleza e o interior do Ceará. Percebemos nesta reportagem que os retirantes saquearam um comboio carregado de gêneros alimentícios, antes de a seca ter sido declarada oficialmente. Isso é resultado do saber acumulado dos retirantes que passaram por experiências de secas anteriores como a de 1877, a de 1915 e a de 1919, chegando à conclusão que naquele momento não deveria mais esperar pela “caridade do governo”, nem pela assistência das relações de compadrio⁴ que, em momentos de seca, se mostrava bastante tênue, portanto era necessário agir por conta própria mediante violência se preciso fosse.

Ao chegar o mês de abril, a situação do flagelo ficava cada vez mais recrudescente. Alguns municípios do interior, em especial da região centro-sul, já declaravam estado de calamidade, com parte significativa da população passando fome.

Acha-se declarada a seca neste município, o qual atravessou o período mais angustioso da sua história, o flagelo prenunciando-se mais horroroso do que

⁴Chamamos de compadrio uma relação baseada no binômio proteção – submissão. Onde o padrinho geralmente o fazendeiro garante proteção ao afilhado, que geralmente é um filho do morador da fazenda. Isso faz com que a família do apadrinhado preste servidão e obediência ao fazendeiro, em troca de proteção. Esta relação é bastante presente ainda hoje no interior do Ceará. Para uma investigação mais precisa sobre as relações de compadrio, ver: (Leal,1997); (Ramos,1998).

os verificados nos anos de 1915 e 1919. A cidade está repleta de famintos apresentando desolador espetáculo, estando esgotados os recursos da caridade pública. A população aguarda confiante a ação do governo, no sentido do início imediato da construção do açude estreito e a intensificação dos serviços de rodagem além de evitar que pereçam de fome centenas de cearenses. (IDEM, 01/04/1932).

Essa notícia é referente ao município de Icó, mas no mesmo dia o jornal publicou uma matéria semelhante, em relação ao município de Senador Pompeu em que, segundo O Povo, a população da cidade pede a construção do açude “patú”. Esse discurso da construção de obras públicas como sendo a melhor alternativa para resolver, ou pelo menos atenuar o problema da seca, vinha sendo utilizado desde a época da construção da estrada de Ferro de Baturité, porém, ganham um impulso e uma sistematização maior na seca de 1932. Obras como os açudes Estreito e Patú tinham o objetivo claro de atrair recursos oriundos do governo federal e garantir que a população sertaneja permanecessem em seu “habitat” natural.

Também é possível inferir da notícia a importância da açudagem⁵ e dos serviços de rodagem, como sendo os principais tipos de obras públicas realizadas durante as secas. Como podemos perceber na exposição de motivos assinada pelo Dr. José Américo sobre as formas de combate à seca.

Desde a primeira vez que se cogitou no Brasil combater os efeitos ruinosos, desse fenômeno, muitos foram às soluções propostas umas francamente inadequadas e outras utilizáveis, ao menos como recursos subsidiários: as estradas de ferro e de rodagem, a perfuração de poços e cisternas de desvio do curso do S. Francisco para o Jaguaribe, a arborização, etc.” (SOBRINHO, 1982, p. 87).

Mas o ministro José Américo reforça “que convém principalmente, como correção da natureza semi-árida do nordeste, é armazenar água copiosa, que, distribuída irregularmente, se escoia pelo seu solo impermeável e declivoso. Obter essa perda pela açudagem, em larga escala, é solução direta do problema das secas”. (SOBRINHO, 1982, p. 87).

Portanto, havia um conhecimento científico produzido sobre as formas de combate à seca pelo governo, e esse conhecimento era utilizado pelos periódicos, como O Povo, que era atrelado ao governo, como sendo uma verdadeira “panacéia”⁶. Porém é importante notar que há peculiaridades na seca de 1932. Além da açudagem e estradas de rodagem, foi utilizada de maneira mais sistemática nesta seca, outra forma de combate, ou melhor, outra maneira de

⁵ Ver: relatório do IFOCS (1931/1934). Mostra as obras de açudagem e estradas de rodagem realizadas no interior do Estado.

⁶ No jornal **O Povo** a seca era abordada como fenômeno exclusivamente natural. Não existia questionamento sobre a desigualdade social e a extensão dos latifúndios. Neste sentido, bastava o governo fazer um conjunto de obras para empregar a população sertaneja, corrigisse as determinações do clima, que o problema seria resolvido.

apropriação da seca, que foi a construção de “melhorias urbanas”. Foram construídas várias “melhorias” na época da seca de 1932 como:

a pavimentação da Rua Major Facundo, a primeira a ser pavimentada a concreto; o prolongamento da Rua Liberato Barroso; a reconstrução da ponte de Jacarecanga; o serviço de arrasamento das dunas para o prolongamento da Avenida Pessoa Anta; a construção do primeiro mictório público; a remodelação da Praça do Ferreira; a construção do posto da cidade; a abertura de uma nova rua a praia de Iracema.⁷

No entanto, essas obras não foram erigidas por acaso, haja vista que: Fortaleza já havia passado por uma série de transformações na sua tessitura urbana. Desde traçado xadrez, projetado pelo arquiteto Adolfo Hebbster, dividindo o centro em quatro, boulevard, até a construção de novas ruas, introdução de equipamentos modernos, cinemas teatros, iluminação pública, sistemas de transporte, instituições de saber, como Academia Cearense de Letras e o Instituto Histórico do Ceará, enfim, um conjunto de “melhorias urbanas” visando aproximar Fortaleza da modernidade. (NEVES, 2000); (PONTES, 1999).

Nesse sentido, a presença dos retirantes na capital mostra-se para a elite e o governo como paradoxal. Se por um lado, eles representavam um contraste ao padrão de modernidade influenciado pelos costumes europeus, e que tinha na França o seu arquétipo. Por outro, eles possibilitavam ao governo edificar o seu projeto de modernização do centro, utilizando a mão de obra barata dos retirantes, e ainda atraindo recursos do governo federal para o combate à seca. Portanto, as classes dirigentes enxergavam os retirantes como uma possibilidade contraditória de lucro e perturbação social.

Enquanto isso a situação do flagelo no Ceará não dava trégua:

A coisa pelo sertão de dezembro para cá, tem piorado em tudo e por tudo. É incalculável o número dos sem trabalho e esses estão matando o gado alheio, roubando criações, galinhas e o mais que encontram; já se teme um ataque desse povo, o que não se pode duvidar. Fala-se no canal de Choró em que a turma de estudos há um mês leva o tempo acima e abaixo e serviço ou socorro aos necessitados nada até hoje, entretanto dizem haver verba para os serviços de emergência. Não acho possível ou de resultado o canal de Choró ao Cedro, acho viável e de menos dispêndio com maiores vantagens o canal do rio Quixeramobim ao Cedro, projetado pelo Dr. Piquet e cujo projeto os Pompeus condenam. Seja como for e em que serviço, acho que deve o governo socorrer aos pobres. Fome há muita. (O POVO, 07/01/1932).

⁷ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará.

A seca era abordada diariamente nos jornais com o intuito de angariar recursos oriundos do governo Federal. Sempre salientando o perigo de a população ficar sem trabalho, ociosa e os projetos de açudagem e irrigação como sendo fundamental para empregar os retirantes e assim “salvá-los” da funesta ociosidade, que tanto fere os ideais de produção capitalista. A elite de Fortaleza, através dos periódicos, passa a comentar a partir dos seus valores, quais seriam os melhores projetos para ‘socorrer’ os retirantes, demonstrando sempre uma preocupação exorbitante do controle desses “flagelados” pelos serviços públicos, que, segunda a notícia, caso não se resolvesse o problema da fome, se tornava inevitável um ataque desse povo. Mais é interessante questionar em que medida essa elite estava interessada em socorrer os flagelados, atrair recursos do governo, controlar os retirantes ou se resguardar da presença deles.

À medida que as contradições da seca de 1932 ficam mais explícitas, a elite e o governo passam a se preocupar cada vez mais com o controle social, no caso o isolamento dos retirantes no interior do estado. São criados, portanto, sete campos de concentração, cinco no interior (Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu e Senador Pompeu) e dois na capital (Urubu e Otávio Bonfim), sendo que esses campos não eram criados aleatoriamente, havia a estratégia de erguê-los nos locais das estações de trem. Pois se os “flagelados” fossem embarcar para a capital, já eram detidos lá. Outra tática era construir os campos perto das obras públicas para evitar que os retirantes ficassem perambulando pelas ruas e, no caso da capital, evitando incomodar a relativa “paz urbana” dos moradores da cidade.

Segundo o jornal O Povo, a concentração de retirantes nesses campos era dividida da seguinte maneira: “6.507 em Ipu, 1.800 em fortaleza, 4.542 em Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.658 em Cariús e 16.200 no Crato, perfazendo um total de 73.918 flagelados”. (O POVO, 30/06/1932).

De acordo com Rios (2001, p. 54) “depois dos meses iniciais e turbulentos (abril e maio), muitos flagelados não mais chegaram à capital porque ficaram presos nos campos do interior”. É importante ressaltar que o sucesso da estratégia do governo de manter os retirantes no interior foi parcial. Pois se compararmos, por exemplo, a quantidade de ração distribuída em Fortaleza em junho de 1932, mês da notícia, ou seja, logo após os meses turbulentos de abril e maio veremos que a ração distribuída era de “46.794”. Já em outubro do mesmo ano, aumentou para “63.803”, chegando a “160. 508” em janeiro do ano seguinte.⁸

⁸Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 320.

Esse aumento substancial dos alimentos distribuídos mostra que também houve crescimento na população dos campos nesse período. Não era interesse ao governo gastar mais do que o necessário na alimentação dos retirantes, muito menos deixá-los “robustos e mal acostumados” com um banquete tão vultoso.

Portanto, a tentativa de manter os retirantes no interior não foi atingida plenamente, porém foi de maneira satisfatória, visto que as populações nos campos de concentração no interior eram exponencialmente mais volumosas do que as da capital. Sem falar que os retirantes que chegaram à capital não representaram apenas “prejuízo social”, pois eles também foram aproveitados para desenvolver a remodelação do perímetro central de fortaleza. Contribuindo, por conseguinte, com o processo de modernização de Raimundo Girão.⁹

Neves (2000, p. 253) faz uma média de retirantes nos campos a partir da comparação entre os dados fornecidos pelo ministro José Américo de Almeida (número de concentrados) e a quantidade de alimentos distribuídos através do relatório do Interventor Federal. Chega à conclusão que em maio de 1932 a população dos campos de Fortaleza era “1500” e em janeiro de 1933 passa para “5.177”. Verificamos desta forma que a estratégia do governo de manter os retirantes no interior, apesar de não ter sido atingida na sua plenitude, consegue um resultado satisfatório, visto ser a população dos campos do interior bem mais volumosa.

Os campos de concentração fizeram parte de uma estratégia racional e bem elaborada de excluir e isolar uma camada da população da capital. Mas não se tratou de uma estratégia nova, ela foi utilizada na seca de 1877 com o nome de abarracamentos, e pela primeira vez com o nome de campo de concentração na seca de 1915, na região do alagadiço, chegando a “comportar cerca de 8 a 9 mil almas”. (SOBRINHO, 1982).

O projeto urbano de Fortaleza estava traçado pelo governo, onde os campos seriam construídos próximos aos bairros pobres da cidade. Desta maneira, as classes abastadas não teriam contato com esses flagelados, e após o término da estiagem, caso os retirantes não voltassem para sua cidade natal, já habitaria a periferia da cidade. As populações de flagelados eram vistas pelas elites da cidade, não apenas como pobres. Mas com costumes considerados prosaicos e “indesejáveis”. Pedir esmolas, andar esfarrapados perambulando pelas ruas da capital, fazer bebedeiras, cuspir nas ruas e calçadas, todo esse conjunto de costumes que “chocavam” a população mais rica de Fortaleza, contrária aos seus ideais de

⁹ Raimundo Girão foi prefeito de Fortaleza no ano de 1933, período que ocorreu a maior quantidade de reformas urbanas na cidade. Trataremos do projeto de modernização do Raimundo Girão, com mais detalhes, no capítulo segundo.

modernidade, sem falar o constante perigo de saques, pois os retirantes se organizam coletivamente e saqueavam em momentos de necessidade, ou, até mesmo, aproveitando o ensejo da seca, que dava legitimidade ao ato.

Essas relações sociais em constante perigo de ebulição causavam um medo enorme na elite fortalezense, que não queria ver abaladas as suas relações de dominação e exploração. Portanto, para a elite, seu principal medo era a organização desses flagelados, saqueando, invadindo a cidade, questionando a ordem vigente, era seu pior flagelo. Neste sentido ela se reveste de um discurso de modernidade e progresso para justificar o seu “apartheid” social, que no contexto da seca de 1932 se reverbera num alijamento socioespacial, onde o centro de Fortaleza passa a ser remodelado para atender aos interesses do governo, das elites e da circulação de capital.

1.2 – A seca não se isola do mundo, muito menos o retirante.

A seca de 1932 não pode ser compreendida como um processo isolado, mas como um processo articulado, envolvendo interesses, estruturas e sujeitos não apenas locais, mas também nacionais e internacionais. Portanto, outros acontecimentos, além dos campos de concentração, fizeram da seca de 1932 um cenário de intensos conflitos. O mundo, na década de trinta estava passando pela maior crise que o sistema capitalista já tinha experimentado, afetando a economia de quase todos os países. Para Eric Hobsbawm, esse período conhecido como “A Grande Depressão” criou condições objetivas para a queda dos regimes federais na Europa e principalmente na América Latina, favorecendo o surgimento de estados centralizadores que intervissem mais na economia.

A depressão não levou automaticamente à suspensão ou abolição da democracia representativa, como também é evidente pelas consequências políticas dos EUA (New Deal de Roosevelt) e na Escandinávia (o triunfo da social – democracia). Só na América Latina, onde as finanças dos governos dependiam, em sua maior parte, das exportações de um ou dois produtos primários, cujos preços despencavam de repente e dramaticamente, a Depressão provocou a queda quase imediatamente de quaisquer governos existentes, sobretudo por golpes militares. (HOBSBAWM, 1995, p. 140).

Essa mudança na economia mundial, provocada pelo colapso econômico do sistema capitalista, afetou o Brasil de forma muito intensa, visto que sua economia era

predominantemente agroexportadora, tendo o café como seu principal produto de exportação da região sudeste, sendo dispensado depois da crise, do paladar do seu maior importador que era os Estados Unidos. O Brasil, portanto, sofreu um verdadeiro choque “anafilático” na sua estrutura econômica, que propiciou mudanças políticas de igual intensidade. “O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor.” (HOBSBAWM, 1995 p 97).

O cenário no país estava sinistro, as oligarquias se viram de uma noite para outra em total desespero: a estrutura do regime abalou-se completamente, a Depressão acabou com a oligárquica “Primeira República” de 1889 – 1930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista nacionalista”. (IDEM, 1995, p. 110). É claro que a “Primeira República” não caiu de forma mecânica, resultando apenas da crise de 1929, mas sua queda pode ser entendida numa relação dialética entre a quebradeira econômica de 1929, e os interesses dos sujeitos políticos envolvidos no “Golpe de 1930”¹⁰.

Neste contexto, ocorreram algumas mudanças políticas no país. Os estados perderam autonomia, e houve uma forte centralização política.

Os discursos contra as práticas políticas das oligarquias da primeira república mobilizaram diversos sujeitos sociais – oligarquias dissidentes, classe média urbana, tenentes e trabalhadores. Porém, a revolução pensada pelos “tenentes revolucionários” e a “oligarquia dissidentes” deveria ocorrer, nos marcos formal da democracia liberal, de reforma do estado burguês, objetivando modernizá-lo para o desenvolvimento do capitalismo. (SOUZA, 2000 p. 35)

As oligarquias caíram, mas como a “revolução” teria que seguir a cartilha da democracia liberal de reforma do estado burguês, não houve uma mudança na distribuição da riqueza da sociedade. Apesar de não ter ocorrido uma mudança radical em termos de classes sociais, houve uma transmutação política. Passou-se de um “liberalismo oligárquico” para um “centralismo interventorial”. Getúlio Vargas criou as interventorias estaduais, responsáveis para tomarem medidas administrativas, políticas, econômicas e jurídicas sem precisarem

¹⁰Edgar de Decca faz uma análise da Revolução de 1930 como sendo produção de uma memória da classe dominante, que tenta transmitir a imagem de uma revolução unitária e homogênea, mas que de Decca analisa como supressão dos conflitos sociais e produção do discurso do vencedor. Sendo importante e necessário um contra-discurso para buscar a “origem dos fatos”, ou melhor, outro lugar da produção do conhecimento histórico. Por isso optamos pelo uso da terminologia “Golpe de 1930” ao invés de “Revolução de 1930”. Para entender melhor a analogia feita por nós em relação ao discurso do vencedor, ver: (De Decca, 1994).

consultar as elites locais, embora na prática não fosse bem assim, pois as lideranças locais ainda exerciam influência nos interventores, é claro que de uma forma mais atenuada em relação às oligarquias estaduais.

Carneiro de Mendonça é escolhido para ser o novo interventor do Ceará. Conhecido por ser muito hábil e político, Mendonça faz alianças com as oligarquias decaídas, contrariando, à primeira vista, a orientação dos revolucionários. Todavia, com a aliança, Medonça conseguia fazer uma gestão mais calma e sem oposição. Apesar de o regime político ter mudado, era necessário agir com cautela, pois muitas oligarquias mesmo não estando no governo poderiam prejudicar o novo interventor, fazendo uma forte oposição ao ponto de perder o cargo.

As relações entre os interventores federais e as oligarquias estaduais eram bastante complexas, tênues, podendo ser rompidas a qualquer momento, o que justificava este malabarismo político. Sem falar que outro episódio norteava Fortaleza em 1932, a revolução constitucionalista, que deixou a situação da seca ainda mais complexa e dividiu a atenção do governo que ora tinha que se dirigir as atenções para o sul, preocupado com o movimento das oligarquias “decaídas”, ora tinha que concentrar as energias no combate à seca e manutenção da ordem social. Os discursos ficaram mais eufemizados por parte da elite e do governo, em virtude do momento de tensão que estava ocorrendo em São Paulo. Podemos observar melhor essas mudanças numa matéria do jornal O Povo, que tinha como título “O Momento Político”, que é uma pequena entrevista com o Interventor Carneiro de Mendonça sobre esse período.

Acho que tudo tende para uma conciliação. As esquerdas procuram, neste momento, fixar, em alguns itens, as suas aspirações mínimas. Esses itens serão levados ao conhecimento dos partidos gaúchos. Tire-se então, a média das aspirações mínimas. Assim, desde quando haja sinceridade, boa vontade, tudo se fará. Certo que nenhuma das partes irá quebrar a dignidade por um acordo. Tudo se fará sem quebra de dignidade, mesmo porque não é o caso. E a constituinte? Não, a questão não está na constituinte. Todos queremos a constituinte. A diferença que há é que, antes dela nós desejamos ver realizadas algumas reformas que julgamos indispensáveis”. (O POVO 11/04/1932).

Carneiro de Mendonça fez claramente um discurso de conciliação. Ele demonstra que as coisas serão resolvidas sem radicalismos por parte de ambos os lados, “sem quebra de dignidade”, como sendo possível expurgar as diferenças através da negociação e do diálogo fraternal. Porém, verificamos como ele responde com extrema cautela a pergunta sobre a constituinte, devido ao momento conturbado que se passava no Brasil, podendo afetar diretamente os seus interesses, ou seja, a perda do cargo.

A seca e a situação dos retirantes passaram então a ser segundo plano para o governo e para imprensa, que passou a dar maior ênfase aos acontecimentos do sul até o mês de outubro, quando o movimento em prol da constituinte foi diluído. A imprensa oficial tentava justificar o seu interesse no sul, através da defesa do “Golpe de 1930”, estabelecendo uma dicotomia norte-sul, como se o “Golpe de 1930” fosse benéfico para o norte e a sua ruptura só favorecesse ao sul.

A “Revolução” garantiria para o ‘Norte’ uma posição favorável no jogo de forças políticas nacionais, já que a vitória governista ameaçaria, mesmo que superficialmente, o predomínio paulista sobre a política e a economia do País, considerado pelas elites locais como principal fator de sua decadência. O jornal O Povo, portanto, imediatamente aprova a criação do “segundo Batalhão provisório destinado a colaborar militarmente com as forças federais, em defesa da Ditadura, ou seja, da própria Revolução de 30, ora agredidas pelos reacionários paulistas”. A “inoportuna rebelião paulista”, segundo o jornal, “traz, em seu bojo, uma sede de domínio que, se tivesse de ser saciada, acarretaria a desgraça do ‘Norte’, já que a ‘hegemonia paulista sempre foi funesta aos nossos interesses regionais’”. A “Revolução de 30”, ao contrário, veio “criar para o Norte condições próprias até então desconhecidas.” (NEVES, 2000, p. 136 e 137).

Portanto, a negligência da imprensa, ou melhor, do jornal O Povo em relação à seca até o mês de outubro foi justificada pelo interesse do periódico em manter a continuidade do governo provisório que, segundo ele, favorecia os “interesses” regionais, legitimada como sendo necessária para garantir a autonomia do “Norte”. Enquanto isso, os campos de concentração foram esquecidos na imprensa, apesar das verbas do Ministério da Viação continuar chegando ao estado do Ceará. Porém, mesmo num contexto tão repleto de conflitos políticos, o Estado conseguiu agir de maneira centralizada e organizada.

É possível verificar essa organização e centralização com a implantação das interventorias, que refletiu diretamente na maneira de se combater a seca no estado do Ceará. Os retirantes não estavam mais tão esperançosos de receber viveres, ou qualquer outra ajuda da iniciativa privada. Agora isso ficava a cargo do Estado que controlava a economia.

“Por decreto nº. 796, de 17 de outubro de 1932, foi criada, em substituição ao comissário de alimentação, a comissão de abastecimento público, que ficou incumbida da fiscalização de todo o território do Estado”.¹¹

Com a criação da comissão de abastecimento público, todo comerciante ficou impossibilitado de reter gêneros alimentícios em seus estabelecimentos ou depósitos, com o intuito de provocar elevação de preços. Aqueles que

¹¹ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça. Arquivo Público do estado do Ceará. P. 65.

tentassem infringir, - não foram poucos, os infratores – seria condenado a multar de 500 \$ 000 a 1: 000 \$ 000, e ao dobro, nas reincidências.”¹²

Neste sentido, o governo estava agindo de forma mais centralizada, controlando até mesmo as oscilações nos preços dos alimentos. Isso é reflexo da nova conjuntura política, onde houve o definhamento das oligarquias em detrimento do Estado centralizador. O governo efetivou o combate à seca através da articulação dos seus órgãos, que no caso são: IFOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca), Interventoria Federal que tem a frente o Interventor Roberto Carneiro de Mendonça e Ministério de Viação e obras públicas dirigido pelo ministro José Américo de Almeida. Essa articulação se concretiza através do departamento de secas. Podemos perceber essa relação através de uma matéria do jornal O Povo cujo título era “Plano de socorro às vítimas da seca”. A matéria dizia o seguinte:

O ministro José Américo de Almeida conferenciou com o presidente Getúlio Vargas sobre a situação dos nordestinos que estão morrendo de fome. Nessa conferência o titular da variação expôs os planos apresentados pelo inspetor geral de obras contra as secas, em relatório, sendo um dos alvitre sugeridos remessas diretas de gêneros alimentícios aos flagelados, por intermédio dos estados que serão providos de recursos fornecidos pela União, cabendo ao Ministério da Viação fornecer gratuitamente o transporte necessário, pelo navio do lorde Brasileiro, sendo esse o único meio de serem socorridos as populações, visto como não há possibilidade de atacar de uma vez as obras contra as secas. O doutor José Américo determinou o início das obras de maior urgência, que custarão 5 mil contos de réis. Tendo o presidente Getúlio Vargas aprovado essa deliberação. (O POVO, 21/01/1932).

Nitidamente havia uma maior articulação, e também uma maior preocupação em relação à seca de 1932. Esta situação de tensão foi aproveitada pelas classes abastadas, que frequentemente “clamavam” pela urgência de obras públicas, conseguindo atrair cada vez mais recursos do governo federal para implantação do seu projeto de modernidade. “A propósito da remessa, à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, do crédito de 30.000 contos para pagamento dos débitos contraídos pela mesma Inspetoria”. (O NORDESTE, 07/02/1934 p 01). Esta matéria do Nordeste mostra que os repasses do governo federal aconteciam com certa frequência, e os discursos com o intuito de atrair investimentos não ecoavam no vazio.

Destarte, O Povo também utilizava suas reportagens para fazer propaganda do “governo revolucionário”, como se essa maior organização fosse devido à boa vontade do presidente Getúlio Vargas, do Interventor Federal, e do Ministro José Américo. Utilizando uma matéria do próprio jornal. Podemos perceber quais eram os interesses em jogo.

¹² Idem.

Passada a fase mais desfavorável, O Povo entrou na época da agitação revolucionária que teve o seu epílogo no movimento de outubro de 1930. Extremista de convicção Demócrito Rocha transformou o seu jornal na trincheira mais intensa dos revolucionários cearenses, o que lhe valeu perseguições continuadas do poder. Com a vitória da causa que abraçava O Povo, embora passando a publicar o expediente do governo, continuou a merecer a mais franca e dedicada simpatia pública, dada à independência que sempre presidiu a sua atuação”. (O POVO, 07/01/1932).

Era o papel desse periódico fazer propaganda do governo, inclusive divulgar o seu expediente. Mas a intensa preocupação com a seca de 1932 não era devido ao “altruísmo” dos governantes, mas com a possibilidade da quebra da ordem social vigente. O governo e a burguesia tinham medo que os conflitos sociais se agudizassem ainda mais, e que os retirantes se revoltassem. Por conseguinte, era importante agir da forma mais racional possível.

Torna-se necessário ter clareza do momento político, econômico e social em que vivia o Brasil, e no caso específico, Fortaleza. Ao contrário das estiagens anteriores, houve na seca de 1932 um maior planejamento sobre todos os aspectos. Os governos federal e municipal, e as instituições IFOCS, Departamento de Secas, Ministério de Viação e obras públicas, estavam articulados, planejando desde o controle de preço de gêneros alimentícios, até a invasão de retirantes na capital. A seca, assim como o espaço urbano de fortaleza, vai ser permeada por uma racionalidade instrumental proveniente do Estado. Não há espaço para o imprevisto, em relação ao controle da população e a urbanização da capital. O Estado deveria centralizar mais ainda sua intervenção nos períodos de estiagem, por serem momentos de “agitação social” e propagação de conflitos, e questionamento da ordem vigente.

Para o governo as migrações volumosas de pessoas “esfomeadas” era um perigo constante para a capital, ao passo que eles poderiam trazer doenças contagiosas, além de outras “inconveniências” que uma miríade de retirantes mobilizados poderia causar à cidade e ao governo. Foi estabelecido nesse momento um serviço de assistência ao flagelado, que tinha uma preocupação notória com o controle da população e a prevenção de doenças. Sendo interessante transcrever uma parte do relatório do Interventor federal, que mostra como funcionava, segundo ele.

Desde aquele ano, início do grande êxodo das populações sertanejas em face da tragédia climática já declarada, pesando a responsabilidade que nos cabia em função do perigo que representava brusca dessa massa humana inteiramente desprovida de conhecimentos que pudessem interessar à sua defesa sanitária, foram tomadas as primeiras medidas de amparo e salvaguarda. Medindo bem a gravidade e a extensão do problema e não fugindo a ele, deu-se começo a um serviço de assistência e prevenção, que obteve, conseguindo-se com esforço sobre-humano defender o Estado da projeção de epidemias muito mais devastadoras do que as que se

apresentavam. De saída a luta restringiu-se aos próprios recursos do Estado e aos pequenos auxílios do governo central, seguida mais adiante pela população da cruz vermelha, vindo tempo após o Ministro da Viação em socorro, por intermédio de um contrato com esta interventoria, elaborando-se assim o projeto definido de organização dos serviços de assistência médicas aos flagelados do Ceará, anexada a D.S.P em virtude de suas cláusulas. Por este acordo os serviços abrangeriam os operários da I.F.O.C.S e os campos de concentração, compreendendo 18 postos, 5 residências sanitárias e 4 hospitais, construídos também de seções matrizes de Direção, contabilidade, farmácia, almoxarifado e expedição, incluída ainda a manutenção de 80 leitos destinados às crianças retirantes. Tinham os postos como objetivo os cuidados de prevenção contra doenças contagiosas assistência médica cirúrgica a enfermos e acidentados, a fiscalização dos gêneros alimentícios, o controle de estatística vital e a propaganda e educação sanitárias”.¹³

Mas, essa fonte não fala por si só, sendo necessário interpretá-la, ou como diria Michel (De Certeau, 2007), temos que entender o lugar social da fala. Todavia, podemos perceber vários elementos importantes a partir do discurso do Interventor Federal como: o Estado chamava a responsabilidade do controle daquela população para si, representando um momento político onde a “assistência” privada tinha sido trocada pelo que Castro Neves chamou de “um certo modelo paternalista de ordenamento das relações sociais”.¹⁴ O Estado passa a interferir na economia para manter a ordem social, que significava também manter a ordem de mercado. Além das suas funções policiais, o Estado passaria a coordenar a distribuição de riquezas do País, através de métodos racionais de distribuição de trabalho e controle social.

Outro elemento importante que podemos inferir da fala do interventor é como o governo enxergava o costume dos retirantes, que “eram inteiramente desprovido de conhecimentos que pudessem interessar a sua defesa sanitária”. Podemos notar a comparação em tom de escárnio em relação à higiene dos retirantes. Trata-se de uma contradição aos padrões de assepsia moderna, que a elite fortalezense almejava, sendo, portanto, o papel da Interventoria educar aquela população aos padrões “normais” de higiene.

A população era alvo desse serviço de assistência que abrangeria os operários do IFOCS e os campos de concentração. Cabe-se questionar: quem o Interventor chamava de operários do IFOCS? Já que ele separou esses operários da população dos campos. Seriam eles retirantes que faziam serviços urbanos e que não estavam nos campos? Ou seriam os

¹³ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça. Arquivo Público do estado do Ceará. P.124

¹⁴ NEVES, Frederico de Castro. **Getúlio e a Seca: Políticas emergenciais na Era Vargas**. In: *Revista Brasileira de História*. – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 20, nº 40, 2000. p. 115.

engenheiros e outros funcionários especializados do IFOCS? Talvez se analisarmos quais eram os serviços de assistência médica aos “flagelados”, poderemos elucidar ou pelo menos apontar um caminho para essa questão. Além de cuidar da prevenção de doenças contagiosas, era também objetivo do serviço de assistência cuidar dos enfermos e dos acidentados.

Essa população de acidentados poderiam ser os tais operários do IFOCS, visto que os serviços dentro dos campos de concentração exigiriam menos riscos de acidentes, sem falar que somando a população dos dois campos de concentração de Fortaleza não davam uma quantia tão volumosa que necessitasse de uma estrutura para acidentados. E se eram a maioria operária do IFOCS que se acidentavam, provavelmente não eram engenheiros e outros operários especializados, pois além de seus trabalhos oferecerem menos riscos, não seria conveniente que eles se tratassem nos serviços de assistência médica dedicada aos “flagelados”, por mais que a propaganda do governo sobre a estrutura do serviço fosse boa.

Ainda podemos extrair da fonte a articulação da Interventoria com a Cruz Vermelha, com o Ministro José Américo de Almeida, em busca de movimentar recursos de ambas as partes para manutenção do controle dos retirantes.

É claro que esse relatório trata-se de uma propaganda da administração do Interventor Federal Roberto Carneiro Mendonça, o que indica alguns exageros, não obstante dar para percebermos como o aparato de controle social na seca de 1932 foi exacerbadamente superior às anteriores, sendo dotadas de hospitais, farmácias, controle de estatística, leitos destinados às crianças e verbas de ambos os governos. Se compararmos, por exemplo, com a seca de 1915.

A destruidora seca de 1915, que chegou com surpresa para a administração superior da Inspetoria, veio demonstrar que os nossos conhecimentos propedêuticos essenciais à estruturação racional de um controle sério e eficiente às secas eram ainda tristemente deficientes. Pretendia-se suprir o trabalho de investigação, observação e experimentações com regulamentos burocráticos que efetivamente nada adiantavam ao objeto visado”. (SOBRINHO, 1982, p. 219).

Thomaz Pompeu nos mostra como era deficiente o controle e o combate à seca no ano de 1915 em detrimento da de 1932. Sem falar nas migrações para a capital, que não é específica desta seca, ou seja, a elite também se preocupou em atenuar os conflitos sociais, utilizando o “velho” discurso dos serviços públicos como sendo a “salvação” dos retirantes em secas anteriores.

O êxodo se exacerba ante certas condições cada vez mais sérias, e a vaga dos retirantes que atingiam esta capital se tornava permanentemente e sempre

mais volumosa. Não é possível negar que também concorria para isto um certo pânico, de princípio dificilmente justificável. Não aparecia serviço público e o céu continuava inclemente. (IDEM).

Apesar das migrações não serem uma especificidade da seca de 1932, como notamos na citação acima, o que denota a peculiaridade desta seca é sua relação com o aprofundamento do processo de favelização da capital, e com o protejo de modernização do governo. De acordo com (Silva, 1992 p 00), “entre 1930-1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933)¹⁵, Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papouquinho(1950), Estrada de Ferro (1954).”

Neste sentido, a seca acelera um processo de aprofundamento das contradições do espaço urbano de Fortaleza, na medida em que os retirantes, quando chegam à capital, precisam de moradias. Neste ponto entra o projeto do governo, a especulação imobiliária, o poder das classes abastadas, no sentido de afastar os flagelados da zona central e tangenciá-los para as favelas. Pois não era do interesse da elite que essa população ocupasse as áreas nobres da cidade, ou melhor, as áreas mais modernas e urbanizadas. Os retirantes poderiam servir para essa elite como exploração de mão de obra barata no desenvolvimento da urbanização da cidade, mas jamais poderiam servir como “vizinhos”. Portanto, para compreender como o espaço urbano de Fortaleza foi construído na década de trinta, é essencial analisar os sujeitos históricos envolvidos no processo como as elites, Estado e os retirantes.

Entendemos a seca e o retirante imerso num contexto de crise do sistema capitalista mundial, como sendo ambos utilizados para obtenção de recursos e construção de “melhorias” urbanas, para consolidar um projeto de modernidade das elites locais e do governo de Raimundo Girão. Nessa perspectiva, nem a seca, nem os retirantes se isolam de um processo global, portanto, do mundo.

¹⁵ É necessário fazer uma correção sobre a favela do Lagamar. A citação do (Silva, 1992) foi extraída do documento organizado pelo governo do Estado, intitulado migrações para Fortaleza em 1967. O problema é que, no referido documento, a favela do Lagamar é datada de 1953, e não 1933 como mostra Silva. O debate do início da favela não é uma questão menor. Diferentemente do Mucuripe, Pirambu, Arraial Moura Brasil, que em 1933 já eram favelas com razoável número de moradores, o Lagamar começa a constituir as primeiras habitações após a seca, como demonstra o depoimento da Maria Lagamar. “A favela do Lagamar surge em 1933, momento em que estava sendo construída a BR-116 no antigo caminho de Messejana, acesso para quem vinha do sul, centro e sudeste do Estado. O terreno era irregular e alagado e foi sendo ocupado por retirantes da seca. “Aqui era só lama, mato e espin... Eu cavei um buraco, formou um olho d’água que era um amor... Aí é que foi chegando gente”, diz dona Maria Custódio da Silva, a Maria Lagamar, uma das primeiras moradoras do local, em depoimento ao pesquisador Luiz Távora. (Távora, 2000 p 0). Segundo a moradora, o próprio nome do bairro advém dela. A questão é que se os primeiros habitantes do Lagamar começam a chegar no local em 1933, não podemos dizer que ali já se encontrava um favela. Isso demonstra que a seca de 1932 contribui para a gênese desse processo, e não secas anteriores como Mucuripe e Pirambu.

1.3 - “Melhorias urbanas”: o simulacro da urbanização.

O espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque o constrói e reproduz, tornando o objeto sobre o qual recai o trabalho em algo que lhe é próprio. Por outro lado, o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade. (CARLOS, 1997, p 15)

A seca de 1932 contribuiu para que a cidade de Fortaleza se tornasse mais habitada, porém, as pessoas que passaram a morar na cidade (retirantes) eram enxergadas pelas classes abastadas de maneira paradoxal. Pois se por um lado representava vandalismo, rebeldia, costumes inapropriados, quebra da ordem vigente, por outro significava a mão de obra barata para implantação do projeto de modernidade e consolidação do capitalismo desejado por essa classe dominante. Portanto, a cidade vai ser construída, ou melhor, reconstruída na seca de 1932 a partir dos conflitos sociais entre os setores capitalistas, o governo, e os retirantes, que representavam lucro e marginalização.

A partir da década de 30, Fortaleza acusa um crescimento demográfico elevado que se reflete no aumento de sua área urbana. Contudo a expansão da cidade a partir do aumento da população não gerou a ampliação relativa ainfra-estrutura urbana, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, rede de esgotos, transportes coletivos, etc. (SILVA, 1992, p 29).

Nessa época se intensifica o processo de favelização de Fortaleza, causada em parte pela explosão demográfica que a seca de 1932 proporcionou. Boa parte da população de retirantes que vieram para a capital foi morar em bairros afastados da elite. Contudo, o que geógrafo Borzachiello quis dizer é que o aumento da população não foi acompanhado com um aumento da infraestrutura urbana em relação a esses habitantes. Porque houve sim um aumento dessa infraestrutura urbana da cidade, porém, esse aumento não foi apropriado por todas as classes sociais. O governo aproveita a quantidade de população (retirantes) e os recursos atraídos do governo federal devido à seca, e passa a investir nas chamadas “melhorias urbanas”.

Faremos um levantamento das “melhorias urbanas” que foram realizadas no período entre 1932 a 1934, através do relatório do interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, com o objetivo de perceber os discursos oficiais sobre as melhorias, e o complexo jogo de interesses entre os sujeitos envolvidos no processo de urbanização de Fortaleza nessa época. Portanto, é um tópico que também tem uma função de descrever as reformas urbanas do período, para que possa servir de base para análise de pesquisadores posteriores.

Segundo Silva (2006); Santos (000), a partir da década de 1930, o Brasil inicia uma transição de um país agrário exportador, com a maior parte da sua produção destinada a produtos primários, para um país urbano-industrial. É o início da efetiva gestão do território nacional, como implantação de indústrias de base, sobretudo estatais, com o crescimento da malha urbana das cidades e introdução de equipamentos modernos como uma rede mais sofisticada de energia elétrica, um novo sistema de transporte, e aumento de automóveis, com a construção e reformas de portos visando melhorar a circulação de mercadorias, constituindo, assim, a rede urbana brasileira.

Nesse sentido, Fortaleza insere-se num contexto nacional de urbanização que começa a ocorrer na década de 30, ligada a um processo de industrialização, mas com o agravante da seca de 1932, que torna o seu tecido urbano instável, devido à presença dos retirantes. O governo, contrapartida, começa a investir em “melhorias urbanas” na cidade, com o objetivo de torná-la mais moderna, na esteira do contexto nacional de urbanização. A mão de obra flagelada serve de recurso para a construção da “nova cidade”, que data sua gênese no final do século XIX, mas que é intensificada nesse momento.

As ruas do centro começaram a ser remodeladas para atender o novo padrão de urbanização que preza pela melhor circulação de pessoas, mas, principalmente, de mercadorias. Era necessário ampliar a circulação de mercadoria, para gerar uma maior acumulação de capital¹⁶, especialmente após a crise de 1929.

Tendo sempre na máxima consideração as facilidades do tráfego, a atual administração realizou um serviço de incalculáveis resultados, o qual consistiu em fazer a ligação da Avenida Visconde do Rio Branco com a Rua Sena Madureira, a fim de estabelecer comunicação franca entre a zona da praia e, portanto, a zona portuária, e o bairro Joaquim Távora e, conseqüentemente o distrito de Mecejana e o interior do estado.¹⁷

Podemos perceber como era importante para o governo melhorar a circulação na cidade. Os bairros que faziam parte do perímetro central deveriam estar ligados com a praia, ou melhor, com a zona portuária. Pois o objetivo principal não era melhorar “o tráfego de pedestres” como podemos observar nesse trecho extraído do relatório, e sim facilitar o acesso ao porto da cidade, que, no desenvolvimento atual de sua economia, recebia maior importância. Essa reforma foi chamada no relatório do Interventor Federal, de “ligação

¹⁶ No capítulo segundo, analisaremos o que papel que a acumulação de capital cumpriu no processo de urbanização de Fortaleza.

¹⁷Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 290.

importante”, mostrando a sua relevância visto que, para ela ser efetuada, foi necessário reconstruir.

A pavimentação do trecho compreendido entre as ruas Pedro I e Travessa do Pocinho, até então totalmente imprestável, e afastou o alinhamento dos muros do Parque da Independência e da chácara pertence ao Sr. Alfredo Barbosa Leite, a quem foi indenizado o prejuízo correspondente. [...] mesmo depois de ter mostrado o esforço para que o ligamento fosse feito. O governo ressalta [...] este melhoramento era sobremodo facilitado o escoamento do tráfego por aquela importante via publica.¹⁸

Reformas como essas se tornaram frequentes a partir da seca de 1932, graças a um aumento das verbas que chegaram à capital devido à seca e também a um setor do capitalismo ligado ao comércio e à indústria civil, que precisava se desenvolver. Sem falar na população “flagelada” que poderia ser um recurso barato, e que foi aproveitado pelo governo, na medida em que resolveria dois problemas de uma só vez, diminuição dos gastos com mão de obra e controle social dos retirantes. Isso se reverbera no discurso afiado do Estado, no que tange a necessidade dessas melhorias para a população. Podemos notar na sua justificativa sobre o prolongamento da Rua Liberato Barroso.

Em obediência a um plano anteriormente traçado, de fazer prolongar a Rua Liberato Barroso até a praça dos voluntários, em cujas proximidades, é projeto construir-se o Paço Municipal, foram indenizados e demolidos os prédios e terrenos necessário a esse prolongamento, no trecho compreendido entre as ruas Floriano Peixoto e Major Facundo. E este é um melhoramento de avultados efeitos para o futuro da cidade e muito facilitará como já está facilitando, o desenvolvimento do tráfego urbano. Torna-se indispensável que a administração municipal complete a abertura da rua projetada, no trecho compreendido entre as ruas Floriano Peixoto e General Bezerril, a fim de que a medida atinja a sua finalidade.¹⁹

O relatório mostra, portanto, o empenho para convencer que esse prolongamento era de total necessidade, que facilitaria o tráfego, ou seja, o desenvolvimento futuro da cidade, deixando implícito que a cidade e a administração (no caso prefeito Tibúrcio Cavalcante e Interventor) iriam ter perdas enormes se a obra não fosse construída. Ressaltando como sendo de fundamental importância concluir essa melhoria que “para a abertura do trecho ora entregue ao público, foi necessário desapropriar cinco prédios, no valor total de R.S. 385.000”.²⁰ Os discursos eram criados com a intenção de justificar a construção dessas melhorias. Falava-se do aumento de verbas destinados a essas obras, utilizavam a retórica da

¹⁸Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 291 (grifo meu).

¹⁹ Idem. p. 289.

²⁰ Idem.

antinomia cidade moderna em detrimento da “velha” cidade, para que os setores capitalistas e o governo²¹ efetuassem seu projeto urbano de desenvolvimento capitalista, excluindo as camadas pobres da participação dos benefícios. Fortaleza estava se remodelando numa velocidade exacerbada. Várias obras foram construídas com a intencionalidade de deixar a cidade mais moderna. Foi construído nessa época o primeiro mictório público sendo instalado no canto do jardim da Praça General Tibúrcio. “O material sanitário é de primeira qualidade, foi adquirido na Inglaterra e já se encontra no almoxarifado da prefeitura”²². Verificamos, então, qual era a prioridade do governo. A cidade lotada de retirantes famintos, sem moradia, em busca de melhores condições de vida, e a prefeitura utilizando a verba, oriunda em boa parte devido à calamidade, para construir banheiros públicos.

No primeiro ano do governo de Getúlio Vargas, a seca já fazia parte da agenda de discussão. Resultando, em 1932 e 1933, de auxílio de verbas do governo federal ao combate à seca, normalmente repassados via IFOCS e Ministério de Viação e Obras Públicas. No ano de 1934, ficou estabelecido na Constituição que a União teria que traçar um plano orçamentário relativo às secas. A estiagem passou a ser incorporada como pauta obrigatória do Estado. Os problemas provocados pelas secas deveriam ser contornados pelo viés racional de controle da União. As imigrações passaram a ser analisadas numa dimensão global. A mudança na política do governo em relação à estiagem mostrou, em parte, a relevância da seca de 1932 no cenário nacional.

É importante lembrarmos que se tratava de uma das maiores secas já ocorridas no estado do Ceará. E que os governos estaduais e federais, agiriam junto com as classes abastadas para tentar atenuar os conflitos que ela poderia gerar. Portanto, era necessário enviar mais verbas para que o controle da população fosse efetivado sem conflitos. Isso significava construir obras e colocar os retirantes para ocupar seu tempo, no caso, trabalhar pesado.

Foi construída mais uma praça, conhecida como Fausto Barreto.

Na planta da cidade, levantada ultimamente, ficou projetado uma praça, que tomou o nome de Fausto Barreto e esta localizada a praia de Iracema, no ponto terminal da Avenida Pessoa Anta, recém-aberta e pavimentada. O terreno destinado à referida praça foi adquirido em condições vantajosas para municipalidade. Foi feito o serviço de aterramento dos charcos ali

²¹ As reformas referentes a seca de 1932 se iniciam no governo do prefeito Tibúrcio Cavalcante, mas ganham um impulso maior na administração de Raimundo Girão, no ano de 1933.

²² Idem. p. 290.

existente, e aproveitado o coqueiral como arborização do logradouro, que tem atualmente aspecto pitoresco e sadio.²³

Conjecturamos que essa era uma das formas que o governo encontrava para utilizar os retirantes, estabelecendo um controle sobre seu tempo “livre”, visto que era necessária muita mão de obra para fazer os serviços de aterramento dos charcos, construção de praças e ruas, e não carecia de muita especialização para esses tipos de serviços, sendo, por conseguinte muito viável para o Estado a alocação dos “flagelados” nessas obras, e que não foram poucas.

É importante salientar que os discursos acerca dessas obras sempre vêm acompanhados de adjetivos como: vantajosas, bonitas, de imensa serventia pública, fundamental para melhorar o tráfego entre outros. Em nenhum momento é ressaltada a importância dos trabalhadores na construção dessas “melhorias”. É como se elas fossem feitas pelas ideias da elite e do governo e não pelo trabalho dos operários que carregavam as pedras, erguiam as praças, modificavam as ruas etc. Havia uma inversão de valores em relação a essas melhorias. Elas eram utilizadas dentre outros objetivos, para fazer propaganda do governo. E as reformas continuavam sem parar.

Outro aspecto da morfologia urbana que sofreu alteração em Fortaleza nesse período foi o calçamento. Houve um investimento exorbitante do governo e de alguns setores capitalistas, nos anos de 1932 a 1934 em relação à pavimentação das ruas, e desenvolvimento de um novo calçamento. As ruas estando mais bem pavimentadas favoreciam o desenvolvimento do comércio e da indústria da construção civil, uma vez que nesse período várias cooperativas de construção se instalam em fortaleza, abrindo possibilidade até para o parcelamento de casa em várias prestações, refletindo uma expansão do crédito e aumento do capital financeiro.

Fortaleza era uma das cidades do Brasil de pior pavimentação. Depois do surto de renovação verificado nos últimos anos e que tem dado à capital cearense aspecto de cidade moderna, era triste ver como destoava do seu progresso a velha e antiquada pavimentação das suas ruas de pedra irregular, em péssimo estado de conservação e sem os indispensáveis serviços de escoamento das águas pluviais.²⁴

Esta situação é lapidar em relação aos interesses do governo. Ele utiliza o discurso do “progresso”, da “modernidade”, em contrapartida de uma cidade velha e antiquada, que tem

²³Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 290

²⁴Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 292.

por urgência ser pavimentada, remodelada, em que o serviço de escoamento das águas estava obsoleto, aliás, “nem existia”. O calçamento era feito de pedras irregulares, em péssimo estado de conservação, criando assim uma imagem de caos em Fortaleza antes dessas obras, como sendo indispensável modernizá-la. Mas os interesses do governo, e desse setor capitalista, tornam-se mais cintilante e ganha um sentido mais abrangente, ao observarmos a continuação do trecho citado acima.

A prefeitura, chegada a oportunidade, resolveu tão importante problema mandando abrir a necessária concorrência pública para a construção de dois tipos de calçamentos – a concreto e a paralelepípedo. [...] continua, revelando os interesses da burguesia [...]. Venceu a concorrência a firma Industrias Brasileiras Portela S/A que executou muito bem o seu contrato, cobrindo 10.000m² daquele primeiro tipo e 10.000m² do segundo. Aberta nova concorrência em janeiro deste ano, foi vencedor o Dr. Omar O’Grady; com quem foi contratada, de acordo com o edital de concorrência, a cobertura de.... 100.000m², distribuídos em três exercícios financeiros consecutivos sendo 25.000m² em 1934, 35.000m², e40.000m² em 1936.²⁵

Com observação desta fonte, é possível inferir como essas obras representavam um lucro exacerbado para esse setor. Havia uma disputa pelas licitações, que demonstrava qual fração do capital tinha uma relação mais “íntima” com o governo. Nesse caso, o Dr. Omar O’Grady venceu a concorrência das Industrias Brasileiras Portela S/A, e continuou com uma “boa relação com o governo” durante mais três exercícios financeiros consecutivos até o ano de 1936. Essas melhorias também movimentavam um grande mercado da indústria da construção civil.

Até hoje, por conta da metragem do exercício em curso, foram construídos 2.217 m² de concreto e 11.614 m² de paralelepípedo, num total de 18.831 m². No período de janeiro de 1933 a esta data, se construíram 68.376 m² de calçamento comum em ruas menos centrais e reconstruídos 80.647 m², ou seja, 107.480 m², assim distribuídos:

Calçamento a paralelepípedo -----	21.887 m ²
Calçamento a concreto -----	17.217 m ²
Calçamentos comuns -----	68.376 m ²
Total -----	107,480 m ² ²⁶

Assim, essas reformas urbanas foram fundamentais para o desenvolvimento do circuito secundário da sociedade e da indústria da construção civil. Essa urbanização ocorreu concomitantemente à industrialização de Fortaleza, pois era necessário ter um aparato

²⁵ Idem.

²⁶ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 292-293.

tecnológico desenvolvido para possibilitar a construção em larga escala, sem falar na mão de obra livre e barata das pessoas que vinham do campo e que, rapidamente tinham que se metamorfosear de camponeses em operários. Esses dados acima também mostram como o volume de melhoramentos foi intenso a partir da seca, e como algumas frações de capital souberam aproveitar o momento para ampliar sua margem de lucro e desenvolver suas indústrias. Como diria Lefebvre:

A cidade se define como rede de circulação e de consumo, como centro de informações e de decisões, é uma ideologia absoluta; esta ideologia que procede de uma redução-extrapolação particularmente arbitrária e perigosa, se oferece como verdade total e dogma, utilizando meios terroristas. Leva ao urbanismo dos carros, da limpeza pública, dos mediadores, que se pretendiam impor em nome da ciência e do rigor científico. (Lefebvre, 1991, p 43).

A cidade de Fortaleza, ao mesmo tempo em que era a mais desenvolvida do Ceará, e que tinha uma maior industrialização, uma maior rede de comércio e uma maior urbanização, também passa a ser o *locus* das contradições de classes, onde existiam vários sujeitos disputando os seus espaços. Daí o medo do governo e dos grupos privilegiados no que se refere ao controle social dos retirantes.

O governo, porém, continua a sua propaganda urbanista.

Como consequência natural do preparo da nova pavimentação, teve a prefeitura que estudar e construir as galerias de vazão das águas pluviais, serviço de que a cidade se ressentia quase totalmente. Correspondentes aos trechos cobertos com calçamentos a concreto e a paralelepípedo, foram construídos 724 metros de galeria, as quais produziam resultados magníficos durante o ultimo inverno, ficando assim provada a sua eficiência.²⁷

Fortaleza, a partir da seca de 1932, virou um verdadeiro “canteiro de obras”. Ainda foi feito nesse período um serviço de colocação de meios-fios, no qual a prefeitura aproveitou para fazer propaganda do seu governo, comparando com o governo anterior. Portanto, as melhorias eram utilizadas das mais diversas maneiras possíveis, desde a propaganda do governo, lucro da indústria da construção civil, valorização do capital imobiliário, até o controle social dos retirantes através do trabalho. Podemos perceber como a seca contribuiu para aumentar a quantidade de obras na cidade, se observarmos o quadro abaixo que mostra a quantidade de meio-fios que foram colocados na capital.

²⁷ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 294.

Tabela 1:

Ano	Metros
1929	4.190
1930	4.726
1931	6.112
1932	11.909
1933	11.285
1934	5.790

(Fonte: Relatório do Interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, Arquivo Público do Ceará).

Se compararmos o triênio anterior à seca, que foram construídos 15.028 metros, com o triênio da seca que foram construídos 28.984 metros, houve, portanto, um aumento considerável, e a administração Raimundo Girão, a partir de abril de 1932, ao assumir a prefeitura, não hesitou em considerar ser este resultado mérito de sua administração. Porém, diversos elementos contribuíram para isso, como a seca, que atraiu recursos, os retirantes servindo de força de trabalho barata e volumosa, o investimento de capital por parte de alguns capitalistas, e a industrialização de Fortaleza que estava mais desenvolvida.

Além dos serviços de meios-fios, galerias de vazão de águas pluviais, terraplanagem de dunas, construção de praças, Fortaleza foi dotada de um novo sistema de numeração, considerada no discurso oficial, como mais adequada ao aspecto de “cidade moderna”.
Através do

Decreto municipal n.75, de 31 de dezembro de 1932, modificou e normalizou a nomenclatura das ruas e logradouros públicos da cidade, até então incongruentes, desordenada e falha. Em consequência, foram colocadas e substituídas inúmeras placas e iniciado o serviço de numeração dos prédios, já tendo sido apostos mais de 18.000 números.²⁸

Desta forma, a cidade passou por diversas reformas infraestruturais para torná-la mais “moderna”, ou seja, mais apta a desenvolver o capitalismo. Mudou-se até mesmo o sistema de limpeza pública que “foram substituídos por auto-caminhões convenientemente adaptados, as velhas carroças que desde tempos imemoriais faziam transporte do lixo domiciliar. Desta maneira o serviço é hoje feito com rapidez e eficiência, sem aquele aspecto moroso e antiquado.”²⁹

²⁸ Idem.

²⁹ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 297.

O Estado (interventoria e governo municipal) vai substituindo todos os aspectos mais rurais de convívio da sua cidade. O logradouro cada vez mais vai ganhando um aspecto urbano, apesar de parte da população que habita ainda ser rural. Há nesse momento, como diria Lefebvre, um processo de urbanização do campo e ruralização da cidade. Os retirantes passam a viver numa cidade que apesar de participar do seu processo de produção, a enxerga como algo que lhe é “exterior e estranho”, não usufruindo dos seus benefícios. Sendo eles deslocados para os subúrbios, favelas, distante das elites e do convívio social.

A consciência vai deixar pouco a pouco de se referir a produção para se centralizar em torno da cotidianeidade do consumo. Com a “subordinação” principia um processo, que descentraliza a cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra afastado dos locais de produção, disponível para empresas a esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfirmar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. (LEFEBVRE, 1991, p 17 e 18)

Lefebvre descreve um processo de alienação e estranhamento, argumentando que, quando os operários se afastam do local de produção, eles irão perder o sentido da obra, fazendo com que os construtores, no sentido laboral, da cidade não se reconheçam enquanto tal. Em nossa opinião, não se trata apenas de perder o sentido da obra, mas os trabalhadores, no caso de Fortaleza do início da década de 1930, construíram um espaço urbano “moderno”, e não puderam ser beneficiados com seu uso.

Contudo, trata-se de uma segregação espacial e social, e não apenas perda da consciência do trabalhador. Abrindo possibilidades para que as classes abastadas e setores capitalistas legitimem-se como sujeitos do processo, criando discursos como: “a modernização de Fortaleza foi realizada pela elite”; “o governo do Raimundo Girão urbanizou Fortaleza”, dentre outros.

Uma parte da historiografia do Ceará legitima Adolfo Hebster, Silva Paulet, Nestor Figueiredo, sujeitos criadores da cidade, como se um processo complexo como a construção de uma cidade se resumisse a um conjunto de ideias e/ou projetos frutos da intelectualidade de uma plêiade. Ou como se a “modernidade” fosse o sujeito criador da cidade, obliterando os atores sociais concretos. Consideramos isso um tipo de idealismo³⁰, no qual se criam ideias e depois se verifica na prática o que se efetivou delas. A nossa preocupação vem no sentido oposto, de tentar enxergar os sujeitos construtores do espaço urbano de Fortaleza numa

³⁰ Existem basicamente três tipos de idealismo: metafísico, ético e histórico. Entendemos esta citação como sendo um tipo de idealismo histórico. O idealismo histórico entende as idéias ou a consciência como os agentes fundamentais ou únicos da transformação histórica. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983. p. 183.

perspectiva mais abrangente, onde participaram vários atores como retirantes, classes abastadas, governos, população pobre etc.

Porém, a propaganda sobre as melhorias da cidade que, segundo os grupos dominantes estava se tornando moderna, continua. Agora é em relação ao Horto municipal da cidade.

Continua tendo o maior desenvolvimento o Horto municipal, como a prefeitura pôde construir e refazer os seus jardins, arborizar ruas e logradouros e fornecer a quase todas as municipalidades do interior do estado. Infelizmente a sua atual situação é de todo inconveniente. Era pensamento do governo municipal localizá-lo nos terrenos adquiridos pela prefeitura a empresa Matadouro [...] aponto, o que para a prefeitura, seriam as vantagens [...] Além da excepcional localização e da fertilidade da baixada, a instalação e da fertilidade da baixada, a instalação do Horto, ali, terá a vantagem de contar com o adubo e o barro provindos do Matadouro, sendo quase nulas as despesas de transportes.³¹

A prefeitura se demonstrou tão interessada em transportar o Horto para as proximidades do Matadouro, que na época ficava localizado próximo à lagoa do Tauhape, que é plausível questionar: quais eram os interesses em jogo? Pois as vantagens apontadas pelo governo sobre o terreno são tão explícitas e “convidativas” que se poderia pensar que se tratava de valorizar o terreno próximo ao Horto.

Mas, são apenas especulações. No entanto, o que é mais importante notar, é que as obras em Fortaleza não paravam de serem executadas. “No espaço de tempo compreendido entre janeiro de 1933 e esta data, foram abertos treze(13) quilômetros de novas ruas, tendo sido levantados 2.180 metros de cerca de arame”.³²

Podemos observar melhor essas obras através de algumas fotos. Todavia é importante entender as fotos inseridas na pesquisa, não como meras ilustrações, mas como fontes históricas que demonstram intencionalidade de quem a produziu e de quem as utiliza, inclusive nesta pesquisa.

³¹ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 296.

³² Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 295.



Figura 1- Ponte de Jacarecanga depois de sua nova reconstrução. Fonte: Relatório do Interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, Arquivo Público do Ceará.

Esta foto é relativa à ponte de Jacarecanga, que foi reconstruída. O governo a utiliza como mais uma das melhorias que deixou Fortaleza uma cidade moderna. No Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça, boa parte das fotos são mostradas fazendo uma comparação entre o antes e o depois das melhorias. Com isso, fazia sempre uma propaganda positiva do Interventor e do Prefeito Tibúrcio Cavalcante ou Raimundo Girão, dependendo do período. Ainda sobre a ponte de Jacarecanga, percebemos melhor a propaganda do governo nessa citação.

A prefeitura teve necessidade de reconstruir a ponte de Jacarecanga, a Avenida 5 de julho, que por força das chuvas torrenciais deste ano, quase veio a ruir completamente. Os trabalhos da reconstrução pode-se dizer consistiram em uma nova construção, porquanto, para corrigir os defeitos da obra anterior e os danos causados pela invernada, tiveram de ser levantados novos muros de arrimo, feito todo o piso, construídas novas balaustradas e outros passeios laterais. A ponte apresenta agora um aspecto moderno, amplo e agradável.³³

Era comum também no relatório fazer comparações, de maneira discreta, com a administração anterior, criando uma imagem negativa da cidade, antes das “melhorias urbanas”. No caso, a cidade era termômetro para se avaliar se a administração foi boa ou

³³ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 288-289.

ruim. A cidade era compreendida apenas no seu aspecto físico, infraestrutural, tornando-se, portanto, a vitrine de propaganda do governo, que a utilizava sempre com o adjetivo de moderna.



Figura 2 - Rick de patinação construído no Passeio Público na administração Major Facundo. Fonte: Relatório do Interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, Arquivo Público do Ceará.

Esta foto demonstra a suntuosidade do governo e da elite³⁴, que em meio a vários conflitos na cidade: seca, explosão demográfica, campos de concentração, saques dos retirantes, movimento em prol da constituinte, não se esqueciam de seus momentos de luxo e lazer. Esse também é mais um indício do aumento de verbas que chegava à cidade, devido à seca. A cidade era remodelada num ritmo acelerado, ou melhor, o centro da cidade e alguns bairros da classe abastada.

Em relação ao centro da cidade, se observarmos as fotos das suas principais ruas como a Major Facundo, a Barão do Rio Branco dentre outras, verificaremos a presença de automóveis, os edifícios começando a se verticalizar, sua pavimentação a concreto, todos os indícios de um centro comercial que se tornava efervescente e moderno.

³⁴ De acordo com (Castro, 1988, p 216), “a patinação era um desporto em voga, com o qual a Jeunesse Dorée aproveitava os passeios cimentados das novas praças para exhibir-se”. Daí em se pensar em projeto de modernidade e não apenas de modernização. A elite cearense se espelhava nos costumes europeus, e queriam uma cidade não apenas com novos equipamentos modernos, mais com uma população “culturalmente moderna”.



Figura 3 - Rua Major Facundo, a primeira a ser pavimentada a concreto. Fonte: Relatório do Interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, Arquivo Público do Ceará.

Essas fotos nos dão um panorama de como era o centro da cidade de Fortaleza, ou melhor, algumas possibilidades da reconstrução do centro de Fortaleza. Partindo da perspectiva que essas fotos foram selecionadas para propagandear o governo e que as fotos, mesmo que fossem para denegrir o governo, não passavam de umas das possíveis representações do real. Algumas ruas foram selecionadas no relatório, outras não. Algumas fotos foram selecionadas nesta pesquisa em detrimento de outras.

Podemos questionar como eram feitas essas melhorias? Visto que as fotos até então analisadas, mostravam as melhorias já em estado de conclusão. No entanto, são poucas as fotos no Relatório do Interventor que mostram as obras em andamento e, por conseguinte, os trabalhadores em atividade, pois não era intenção do governo mostrar a que custo era feitas essas melhorias, sendo muito mais interessante para efeito de propaganda exhibir os resultados.



Figura 4 – Pavimentação da Rua São Paulo - Relatório do Interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, Arquivo Público do Ceará.

Esta foto é uma das poucas que mostram os trabalhadores no processo de construção das melhorias. Ela se refere ao serviço da nova pavimentação da Rua São Paulo. Não podemos afirmar pela foto que aqueles trabalhadores sejam retirantes. Porém ela é bastante significativa, pois revela quem são os sujeitos que constroem materialmente a cidade. Percebemos na foto a presença de trabalhadores em atividade, e quantidade de trabalhadores que era necessário na época para se pavimentar uma rua. Como todas as ruas do centro foram pavimentadas, remodeladas, junto com a construção de praças, pontes, e outras obras, temos uma noção da quantidade enorme de trabalhadores necessários para realizar esses serviços, visto que as obras foram feitas em período concomitante.

Neste sentido, a foto cumpre um papel importante enquanto fonte histórica. Em relação aos retirantes não podemos afirmar empiricamente, pelo menos ainda, que eles fizeram parte dessas “melhorias urbanas”, mas podemos levantar hipóteses concretas. Porque as quantidades de obras construídas na cidade eram tantas que a utilização da mão de obra retirante, não só era benéfica por ser quase de graça, mas fundamental para mantê-los ocupados e sobre o controle do Estado. Rios, 2001, p. 23 reforça a nossa hipótese que, “em

1932, os campos de concentração e várias frentes de serviço procuravam prender o flagelado no sertão. Entretanto, muitos retirantes conseguiram chegar à capital, onde eram recolhidos e alocados em obras como a construção de calçamentos e prédios”. E cabe acrescentar que além da construção de calçamentos e prédios, os retirantes também trabalharam em construção de estradas de ferro, na oficina do Urubu³⁵, que foi mantida durante todo ano de 1933.

A modernidade e a urbanização de Fortaleza eram feitas através do excessivo desgaste físico dos trabalhadores e da população excluída da capital, para o deleite de alguns capitalistas. Porém, a tentativa de remodelar e urbanizar a cidade não surgiu com a seca de 1932. Segundo Pontes, 1993 p. 27 “As iniciativas de remodelar Fortaleza registraram-se lenta e crescentemente, de 1860 em diante, partindo dos poderes públicos como particulares, mas não de forma conjugada, pois não houve planejamento sistematizado entre governantes, burgueses e médicos para tal fim”.

No entanto, essa realidade se torna diferente a partir da década de 1930, mais especificamente, na seca de 1932, havendo uma maior sistematização, uma maior articulação dos setores capitalistas com as instituições do governo federal IFOCS (Instituto de Obras contra as Secas) e Interventoria, e também com a prefeitura. Portanto, essa remodelação e o controle da população excluída, passam a ser mais planejados pelos setores privilegiados de Fortaleza, e que havia uma ampliação das melhorias urbanas de forma exponencial nesse período.

Essa articulação não se efetivou apenas no nível da prática, mas também na esfera do discurso. Foi necessário um discurso eficiente para legitimar a exploração dos retirantes na construção de obras públicas. As classes abastadas e o governo utilizaram-se do discurso da modernidade para implantar seus projetos, com o objetivo de melhorar a circulação de capital, introduzir equipamentos urbanos aos moldes dos países da Europa, expandir o lazer e a cultura com a criação de teatros, cinemas e clubes, dotar o centro da capital de uma morfologia essencialmente urbana, eliminando as reminiscências do rural, e efetivar um projeto de urbanização, que rogava pelo desenvolvimento da cidade numa antinomia centro-favelas, para expulsar a população pobre e os doentes para a margem da sociedade.

Todavia, a mudança do processo de urbanização, também ocorreu, simultaneamente, com as transformações das relações de trabalho. Neste sentido, essas relações foram deixando de ser baseadas no tempo natureza, relativo a uma paisagem bucólica e rural, tendo que se adaptar ao tempo cronometrado do relógio. Aliás, não só as relações de trabalho, mas todo o

³⁵ Analisaremos a oficina do Urubu, com mais detalhes, no capítulo terceiro.

cotidiano dos trabalhadores passou a ser regulamentado pelo tempo da indústria, do comércio e do capitalismo.

Em suma, compreendemos a cidade e o espaço urbano de uma maneira geral, como sendo produto e condição de uma miríade de relações sociais. A cidade de Fortaleza, nesse aspecto, é analisada através dos conflitos que a constituíram. Desta forma, percebemos o caráter contraditório da sua urbanização, que privilegiou o centro e os bairros nobres, e acelerou o crescimento das periferias e favelas.

1.4 – Fortaleza “moderna”: contradições “antigas”.

As sociedades modernas representam uma ruptura radical
com o estado natural das sociedades tradicionais.
Alex Callinicos.

Um elemento importante para compreendermos de maneira geral como a cidade de Fortaleza modificou o seu espaço urbano a partir da seca de 1932, é analisarmos o processo de modernização que a cidade passara e como essa modernidade era utilizada através dos discursos das elites para legitimar a vertiginosa urbanização que ocorria na década de 1930. Também é importante perceber o contra ponto, ou seja, como as camadas mais pobres viviam essa modernidade através de suas práticas, representações etc. Portanto, compreender a modernidade no seu sentido paradoxal e contraditório, nos ajudará a compreender os conflitos que constituíram a cidade a partir da seca de 1932.

Podemos, por exemplo, no relatório do Interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, verificar como o discurso da modernidade³⁶ estava presente, no que se refere à justificativa da implantação de um relógio na Praça do Ferreira e em relação à própria remodelação da praça.

A Praça do Ferreira é o coração da cidade, o seu ponto mais movimentado e o centro de convergência das suas atividades. Ressentindo-se a capital de um relógio público a altura de seus créditos de cidade moderna, resolveu a prefeitura dotá-la desse importante melhoramento para o que teve remodelar o jardim da Praça do Ferreira, retirando dali o antiquado coreto que muito a

³⁶ É importante destacar que a noção de modernidade do interventor federal Roberto Carneiro de Mendonça, se aproxima muito mais do que Berman chama de modernização. Pois percebemos no relatório do interventor, que o que ganha mais destaque na sua exposição, são as transformações tecnológicas e infra-estruturais que dotam a cidade de novos equipamentos, muito mais do que a preocupação com alteração de padrões e costumes da população.

afeiava e levantando em lugar deste uma bela e elegante torre, na qual foi colocado o regulador oficial. Constitui essa torre, o que o povo denomina “coluna da hora”, um lindo monumento que dá ao logradouro central um aspecto de imponência e elegância ³⁷

A Praça do Ferreira era considerada o coração da cidade, essa alegoria em relação ao órgão do corpo humano é interessante, pois dá o sentido da importância que a Praça do Ferreira tem para Fortaleza, segundo o interventor, como sendo o principal “órgão” da cidade, uma vez que ela é o “centro de convergência das atividades”, atividades essas que poderiam ser culturais, mas principalmente comerciais. Por isso o interventor justifica a implantação de um “relógio oficial”, pois o ritmo de trabalho da cidade estava mudando, e era importante que a população tivesse um controle mais racional de tempo, uma das características da modernidade.

O relógio se tornava fundamental para uma cidade que estava passando por um processo de modernização desde o final do século XIX, mas que tinha uma população hegemonicamente rural e que não era adaptada à disciplina de trabalho capitalista, racional e moderna, que ocorria na cidade, já que o caráter disciplinador das relações de trabalho, que a implantação do relógio objetivava, se tornava ainda mais necessário a partir da seca de 1932, pois o fluxo migratório foi muito intenso, e o governo demonstrava um maior nível de organização racional, no que tange ao controle social dos retirantes. Desta maneira, essa massa de “flagelados” que ocupava a cidade deveria se adaptar a uma disciplina de trabalho moderna, sincronizada e racional, onde não haja “desperdício” de tempo. Aliás, não só os retirantes deveriam se acostumar com esse tipo de vida, como os demais habitantes da cidade.

Todavia, a coluna da hora não pode ser entendida apenas como uma obra para embelezar a cidade. Além da preocupação estética, havia o interesse funcional que o relógio tinha para a Fortaleza “moderna”. A estratégia do governo era “otimizar” o tempo para a produtividade. Isso não significa dizer que assim que o relógio foi erguido, as relações de trabalho mudaram radicalmente. Pois há conflitos entre a temporalidade do relógio e a temporalidade da população, que no caso de Fortaleza, era substancialmente rural.

Essa população rural que passou a habitar Fortaleza tinha uma relação temporal com as suas atividades do campo. “Tempo certo para plantar, tempo certo para colher”, baseado numa relação climática com a natureza. O que provavelmente se tornou um entrave para o governo e os capitalistas Fortalezenses que tinham a intenção de cronometrar as relações de

³⁷ Relatório do Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça 22/09/31 à 05/09/34. Arquivo Público do estado do Ceará. p. 288

trabalho dessa população. Pois Fortaleza estava se tornando uma sociedade industrial, e era comum dessas sociedades industriais ser “marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o trabalho e a vida”.³⁸ (THOMPSON, 1998, p. 300)

Deste modo, o centro comercial de Fortaleza deveria dar o exemplo dessa nova temporalidade, que era pautada nas relações de mercado, na produção de mercadorias, na urbanização da cidade que se tornava “moderna”, numa uniformidade do tempo, que agora não era mais o tempo da natureza, mas o tempo do relógio, mecânico, sincronizado, uniformizado, estabelecendo uma dicotomia entre “trabalho e vida”.

Fortaleza estava passando por um processo de modernização, que se refletia em vários aspectos: culturais, econômicos, políticos e sociais. A mudança na percepção temporal, ou melhor, a tentativa de se impor uma nova idiossincrasia por parte da burguesia e do governo é apenas um dos elementos que compõem a modernidade de Fortaleza, visto que essa modernidade é complexa e permeada de paradoxo e contradição. Os retirantes eram utilizados para construir e remodelar, por exemplo, o espaço urbano da cidade. Eram obrigados a morar em outros espaços, que não eram planejados de maneira racional, mas a partir das necessidades imediatas de ter uma moradia. Assim sendo, a modernização como palavra de ordem hegemônica nos discursos políticos do governo, passava a quilômetros da periferia e dos bairros pobre da cidade.

No livro, “Fatores de Localização e de Expansão da cidade de Fortaleza”, do arquiteto José Liberal de Castro, verificamos melhor como era a dimensão espacial de Fortaleza na época da seca de 1932 e a mudança que a cidade sofre depois da seca.

A cidade era ainda bem pequena, como se percebe através da planta levantada em 1932, época em que conseguia recobrir bem pouco a mais do que as vias planejadas por Hebster em 1875! A partir do início do decênio de 30, desenvolve-se a cidade toda, zoneando-se de acordo com a estrutura preexistente. Os bairros mais modestos vão se espalhando ao longo das ferrovias, junto das quais, principalmente na zona oeste, surgem as indústrias. As pessoas mais abastadas começam a preferir a Aldeota”. (CASTRO, 1977, p 35 e 36).

Castro argumenta que a cidade de Fortaleza, após a seca de 1932, aumenta consideravelmente o seu espaço urbano. Mas o interessante notar é que esse espaço é

³⁸ No capítulo *Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial*, E. P. Thompson faz uma brilhante análise de como as sociedades industriais na Inglaterra estabeleciam o controle do tempo e como a população de trabalhadores ingleses passaram por esse “conflito temporal” que estavam intimamente relacionadas a uma disciplina de trabalho capitalista. Sendo muito interessante fazer uma analogia das sociedades industriais inglesas e de Fortaleza na década de 30 no que tange numa tentativa de controle mais racional do tempo.

modificado a partir dos grupos que o habitam, pois bairros mais modestos vão se formando próximos às linhas de trem que estavam surgindo. Isto ocorreu provavelmente devido às estratégias do governo de controlar as levas de retirantes que chegavam à capital pelos trens e lá já se “instalavam” em campos de concentração, ou fora deles, construindo as embrionárias favelas. Também se instalavam próximos às indústrias, pois seriam eles os operários, sem falar que ficariam distantes dos grupos mais abastados que não gostavam de ter “flagelados” como vizinhos.

Neste sentido, as formações dos bairros de Fortaleza estão intrinsecamente ligadas às diferenças sociais dos grupos que o habitavam. Assim, a modernização de Fortaleza é excludente, pois só uma parte da população usufrui da sua urbanização e também é contraditória, pois a maioria da população da cidade é de origem rural, ou seja, “não-moderna”.

É interessante percebermos o choque que havia entre os retirantes e a elite fortalezense que “lutava” para transformar Fortaleza numa cidade moderna com uma população hegemonicamente rural.

mesmo na época em que se fixam as primeiras grandes levas de imigrantes rurais, trazidas pela seca de 1932, período de grandes transformações sociais e econômicas, quando grupos recém-chegados, sem tradição de vida urbana, se tornam demograficamente majoritários, mesmo nesses dias, jamais se apegaram as características do viver fortalezense, ora traduzidas pela complacência diante da novidade, ora marcadas pela ironia demolidora e amarga aos valores mais consagrados, herança do elevado nível de vida intelectual de fins do século XIX, perfeitamente configurado pela posição antiprovinciana daquele grupo sério da Padaria Espiritual. (IDEM, 1977, p. 44).

Através da fala de José Liberal de Castro, é possível observar o choque cultural entre a elite intelectual de Fortaleza e os retirantes. Esses considerados como provincianos, sem tradição urbana, espantados diante da “cidade moderna”, que tinha uma população mais intelectualizada, adaptadas aos “ideais de modernidade” desde o final do século XIX. Por isso os retirantes eram enxergados de maneira dual, representando mão de obra barata que poderia ser utilizada para a remodelação da cidade, deixando-a então “moderna”. Mas também representavam costumes arcaicos, rurais, que para uma cidade moderna eram inoportunos, “deselegantes”, para não dizer indesejáveis.

Torna-se plausível questionar se Fortaleza era uma cidade moderna na década de 1930, principalmente após a seca de 1932, uma vez que ao mesmo tempo em que ela passava por reformas urbanas, que modernizavam seu espaço físico, era habitada por uma população

majoritariamente rural, que tinha costumes, hábitos, considerados pelos grupos dominantes como não modernos.

Marshall Berman argumenta que é perfeitamente possível, pois ele compreende a modernidade enquanto contraditória e paradoxal. Para o autor, “é dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização”. (BERMAN, 1998, p. 16)

Por isso a cidade de Fortaleza pode ser compreendida a partir da divisão social dos seus grupos. De um lado podemos enquadrar a elite, representante dos governos, a população mais abastada de uma maneira geral, com seus costumes, hábitos, “estilo de vida”, locais específicos de moradia. E do outro lado o resto da população pobre, que não era composta apenas de retirantes, mas que a partir da seca de 1932, período que analisamos nesta pesquisa, era a sua maioria. Esses grupos, apesar de separados socialmente, culturalmente e até espacialmente, faziam parte do todo que era a cidade de Fortaleza, moderna e contraditória, aliás, a moderna por ser contraditória. A cidade, portanto, não pode ser analisada apenas no seu aspecto físico, mas a partir dos sujeitos que produzem seu espaço, que habitam a cidade, que vivem experiências concretas. E também dos discursos que são produzidos sobre esses sujeitos e sobre a cidade. Se observarmos, por exemplo, o discurso do cronista Mozart Soriano Aderaldo³⁹ numa crônica do livro História Abreviada de Fortaleza, referente a Fortaleza moderna, poderemos perceber sua visão acerca dos retirantes, da modernidade e as contradições que a permeavam.

Se assim procediam as chamadas ‘elites’, o que não dizer da ‘massa’, dos habitantes de nossos subúrbios? Levas de emigrantes em conseqüência das secas, constroem ‘favelas’ em seu derredor e trazem para a cidade problemas sociais, os mais variados, da prostituição de infelizes mocinhas pobres ao ‘biscatismo’ conseqüente da mão-de-obra não qualificada. Do costume de cuspir no pé das paredes ao de alimentar-se nas ruas e jogar nas calçadas as cascas de bananas, manga e laranja ali mesmo consumidas. Dos pés descalços à roupa em trapos e mal lavada. (ADERALDO, 1974, p 60).

Apesar de a crônica ter sido escrita posteriormente à década de 1930, pois o livro não traz a data específica da crônica, é muito importante para analisarmos como o autor representava os retirantes. Segundo ele, são os emigrantes que traziam os problemas sociais para a cidade, como a prostituição, o biscatismo, mão de obra desqualificada, sem falar que

³⁹ Mozart Soriano Aderaldo, apesar de ter nascido no Maranhão era descendente de uma tradicional família cearense de Mombaça. Ocupou vários cargos no governo chegando a ser prefeito de Senador Pompeu, diretor da Imprensa Oficial do Estado, secretário Estadual de administração do governo Plácido de Aderaldo Castelo. Foi também professor universitário e participou efetivamente do grupo “Clã”. Fizemos essa lacônica apresentação para que possamos entender melhor o seu lugar social da fala. Portanto, entender melhor o seu discurso.

seus costumes eram “péssimos”. Jogar cascas de bananas nas calçadas, andar de pés descalços, esfarrapados, alimentarem-se nas ruas, etc. A partir de uma representação negativa sobre os retirantes, podemos observar como se davam as contradições entre os grupos sociais em Fortaleza, onde os costumes dos retirantes se mostravam diametralmente opostos aos das elites. A modernidade da Capital mostrava-se deveras paradoxal.

Apesar dos costumes sociais que Fortaleza presenciava no início da década de 1930, como a seca de 1932 e a invasão de uma população de “flagelados” em seu território, havia em contrapartida a introdução de novas tecnologias que animavam as classes abastadas, que associava essas tecnologias ao desenvolvimento do progresso na capital. “Ainda em 1933, a título de experiência, em trecho da cidade se inaugurou a pública iluminação elétrica, denunciando-se, em consequência, o contrato com a Ceará Gás, cuja duração se alonga por muitos anos, entervando o nosso progresso.”(ADERALDO, 1974, p. 55).

A eletricidade se torna sinônimo de “novo”, urbanização, modernização, em detrimento do velho, antigo e “insuportável” gás carbônico. Outra inovação para a cidade na época foi a primeira transmissão a rádio realizada na inauguração da Coluna da Hora, representando dois marcos simbólicos que denotavam a cidade de “progresso e modernização”

No dia da inauguração da coluna, 31 de dezembro de 1933, foi realizado nos estúdios da casa Dummar, futura PRE-9, então nos altos da atual sede da CIMAIPINTO, a primeira transmissão radiofônica no Ceará, para aparelhos receptores fixados no referido monumento do centro da Praça, a não mais de 200 metros de distância... Mas que progresso para época! ⁴⁰(IDEM, 1974, p 54 e 55).

O ano seguinte, em 1934, vai ser inaugurado à primeira radio do Estado do Ceará. É a Ceará Radio Clube (PRE-9), que significava então para a ascendente burguesia urbana de Fortaleza, que a capital estava se, modernizando e em constante “progresso”.

Sandra Jatahy Pesavento, ao analisar as características da ascendente burguesia urbana, que crescia em boa parte das capitais brasileiras, devido ao desenvolvimento do capitalismo, argumentou:

É para ela, principal ator do espetáculo da cidade, que esta se transforma. Parques, jardins, calçamentos, boa luz, segurança? Lojas com vitrinas iluminadas, café com espelhos, cinemas e teatros? O palco está armado para que a burguesia desempenhe a performance desejada. Entretanto, por mais que o novo imaginário urbano se povoe de figuras e imagens desejáveis, existem outros personagens deste cenário. Eles são, ao mesmo tempo, objeto de um discurso burguês – e como tal, enquadrado segundo sua ética – e

⁴⁰ Idem. p. 54 e 55

também protagonista e construtores de outras imagens sobre a cidade. (PESAVENTO, 1994, p 140 e 141)

Em Fortaleza, a partir da seca de 1932, a realidade não é muito diferente. São as classes abastadas que mais se beneficiam da modernidade e urbanização de Fortaleza. Por exemplo, as principais obras de urbanização, saneamento, aterramento, são realizadas no centro da cidade, e a grande massa de retirantes, não vai ter acesso, nem, vai usufruir da urbanização da cidade. Porém, essa população de retirantes não era passiva nesse processo de transformação da cidade. Eles se organizavam, questionavam o governo e faziam saques de mercadorias, forçando assim a burguesia e o governo a cederem as suas pressões. Nesse sentido, os retirantes enquanto sujeitos coletivos também são protagonistas da cidade, como já foi apontado no primeiro tópico, chegavam a incomodar a “paz urbana” das elites e ameaçar a quebra da ordem. Consequentemente, sendo eles o “flagelo” da elite, que era obrigada a conviver com essa população que lotava a cidade a partir da seca de 1932. Miséria e luxo coexistiam não como um antagonismo indissolúvel, mais como fruto de uma modernidade paradoxal e excludente.

Contudo, nos períodos de secas, como a de 1932, intensificavam-se os conflitos e exacerbavam-se as contradições na capital. Uma população de retirantes sem recursos materiais, devido a uma série de fatores como concentração de latifúndio no campo, má distribuição de renda, conflito de interesses entre classes sociais, política excludente do Estado, dentre outros, contribuía para aumentar a violência na cidade.

A seca de 1932, entendida como fenômeno social, exacerbou a desigualdade e a exclusão, também sendo ela um fator objetivo para se compreender a construção do espaço urbano de Fortaleza, visto que é nesse período que o centro da cidade é remodelado. Também é nesse período que se começa uma explosão demográfica, causada em parte pela seca, em que os retirantes irão lotar a cidade, e junto com o resto da população pobre, habitar as primeiras favelas da Capital. O governo, agora numa relação de “paternalismo estatal”, era obrigado a dar respostas aos anseios dessa nova população que chegava à cidade. As obras serviriam para dar trabalhos aos “excluídos”, por conseguinte, ocupá-los e aproveitar uma mão de obra que estava em excesso. Já as favelas, era uma forma das elites isolarem essa camada, dos seus locais de moradia e lazer. É claro que no caso das favelas, não havia uma racionalização na construção do seu espaço, como havia nos bairros das elites. Elas eram erigidas, devido à exclusão e à necessidade que permeava a Fortaleza “moderna”.

O governo e as classes abastadas da capital queriam expurgar o centro e os seus bairros de moradia, o que significava afastar do seu convívio as camadas mais pobres. Porém

essa não era uma tarefa fácil, pois as camadas mais pobres representavam a grande maioria da população, que tinha migrado para a capital devido à seca de 1932, e que buscavam em Fortaleza uma melhoria na qualidade de vida, e não um recrudescimento da miséria. Esses contrastes sociais que havia na cidade só salientavam o caráter contraditório da modernização de Fortaleza, referenciada no antagonismo dos grupos sociais que habitavam a cidade.

É interessante assinalar que essas contradições são inerentes à modernidade. Isso não significa apenas tecnologia, urbanização, produtos modernos, mas também uma camada da população que viva na exclusão do processo, que possa trabalhar com mão de obra barata, para gerar taxa de mais-valia que proporcione a acumulação de outra camada. Nesse sentido, é importante compreender a modernidade como sendo um complemento do desenvolvimento capitalista na cidade, uma vez que as reformas urbanas que ocorreram em Fortaleza no início da década de 1930, mais especificamente nos anos 1933 e 1934, estavam relacionadas também ao contexto de uma nova classe social que emergia no País, a burguesia industrial urbana.

É nesse emaranhado de conflitos e interesses de classe, que ocorreu o processo de “modernização” de Fortaleza. Modernização essa que:

Além do paradoxo e da contradição, no caso específico de Fortaleza, a modernidade também vai ser marcada pela exclusão, tanto espacial como social, pois enquanto a cidade será o lugar das proibições e dos desejos, esta mesma cidade será o lugar das proibições e separações. Enquanto a cidade fascina por sua magnitude não se mostra acessível a todos. Paradoxo, contradição e exclusão: eis as características da modernidade praticada em Fortaleza nas primeiras décadas do século passado. (ARIMATÉIA, 2007, p 40 e 41).

A própria exclusão espacial, não é somente espacial, mas também material e social. O espaço se confirma como um lugar de conflitos entre camadas, grupos, classes sociais, no qual os produtores desse espaço no sentido material, ou seja, os trabalhadores que carregaram as pedras e ergueram os prédios, pavimentaram as ruas e calçadas, serão consumidores de “sonhos menores”, na medida em que não vão ter acesso aos bens de consumo que as classes abastadas terão. Portanto, a modernidade de Fortaleza atende a interesses de classe, e não os da maioria da população.

Neste período as instituições do governo agiriam de forma mais racional e sistemática no que se refere ao combate à seca e o controle dos retirantes, ressaltando o caráter complexo da modernidade como sendo mais um elemento para a compreensão da construção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Essa modernidade era marcada por uma

vertiginosa e desordenada urbanização, por introdução de novas tecnologias e símbolos como a estação de rádio (PRE-9) e o Coluna da Hora, que demonstra um aspecto mais racional na marcação do tempo. Todos esses aspectos elevam a cidade de Fortaleza a um patamar de cidade “moderna”. Porém, Fortaleza também é marcada pelo “antigo”, pois a maioria da sua população era composta de retirantes, “flagelados”, que tinham costumes considerados provincianos, mas que também habitavam seu espaço. É essa relação complexa, que tem de um lado uma população rural, do outro uma elite com costumes “modernos”, que faz com que Fortaleza seja uma cidade “moderna”, mas transbordando de contradições antigas. E como diria Bermam, 1999, p 13, “ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição”.

SEGUNDA PARTE

CENTRO

CAPÍTULO 2

O espaço é uma construção social em todas as dimensões.

Mark Gottdiener

2.1 – Fortaleza e a produção capitalista do espaço urbano: riqueza e miséria, dois lados da mesma moeda.

Neste capítulo, faremos uma discussão teórica sobre o espaço urbano e como se deu o processo de construção do ambiente construído em Fortaleza, compreendendo a relação dialética entre o centro e as favelas, na produção de riqueza e miséria. Para tal empreendimento, faz-se necessário um debate sobre o conceito de espaço urbano, na tentativa de estabelecer outro painel teórico-categorial, compreendendo o espaço na sua dimensão ontológica.

Fortaleza, na década de 1930, já apresentava indícios de um desenvolvimento capitalista acentuado, com ampliação das lojas, produtos importados, instalação de fábricas distribuídas em diversos ramos, como: tecidos, redes, sabão, óleos, aniagem, mosaicos, calçados, curtumes, destilação e bebidas, velas, malas, torrefação de cafés, gelo, cigarros⁴¹, etc. Sem falar no desenvolvimento dos transportes, ferrovias, e até a expansão do capital financeiro, como observamos nessa matéria do jornal A Rua:

Uma empresa cearense para construções de casas. Vendas as prestações. Amparada por vários capitalistas desta cidade, projeta-se, para breve, a fundação de uma empresa cearense para construção de casas. Essas construções, dado o estado econômico de nosso povo, serão vendidas a prestações, facilitando deste modo consideravelmente, a solução do problema da habitação com que, por vezes, nos vemos assoberbados. Vários capitalistas da terra têm subscrito grande números de ações da empresa, dando assim um grande impulso a sua breve instalação. Por um acionista da novel sociedade nos foram gentilmente mostrados ontém, os documentos constitutivos da fundação da mesma.” (A RUA, 28/08/1933)

⁴¹Em relação a diversidade e ao número de fábricas e indústrias instaladas em Fortaleza, já no início da década de 1930, Ver: Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1932 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empresa Tipographica. P. 189 à 199.

A expansão do crédito, vendas de casas a prestações, investimento em ações, a transferência de capital para o circuito secundário⁴², nos fornece um panorama de como as relações capitalistas de produção espacial se processaram no período, pois é comum a transferência de capital de um circuito para o outro, principalmente depois da grande crise econômica, de 1929, quando o capital não consegue realizar a mais-valia na venda direta de mercadorias, ou bens de consumo, existe uma tendência a transferir recursos para o circuito secundário. Porém, a questão é: como explicar os fluxos entre os circuitos? O que torna o investimento imobiliário atraente?

Segundo Gottlieb (1976) e Gottdiener (1993), este setor se torna atrativo devido à baixa composição orgânica de capital, e as possibilidades quase infinitas do uso da terra como mercadoria. Ou seja, com poucos melhoramentos, uma propriedade pode mudar o seu valor de troca. Uma casa pode se tornar um pequeno comércio, ou escritório, podendo ser transformado novamente em outro estabelecimento. O que não acontece com outros tipos de mercadorias⁴³. Em outras palavras, o investimento na construção civil tornou-se bastante viável em Fortaleza, principalmente após a seca de 1932, devido à necessidade de absorver a força de trabalho excedente, oriunda dos retirantes, e atrair investimentos do governo federal para desenvolver a cidade, e as frações da classe capitalista. Pois a análise da morfologia espacial e as contradições do ambiente construído, não pode se resumir a uma explicação monocausal, ou tratar de compreender aspectos isolados da estrutura urbana, mas buscar compreender os elementos conectivos constituintes da realidade na dinâmica do processo histórico. Nesse sentido, quatro elementos foram centrais para a construção da forma espacial de Fortaleza: 1) A acumulação de capital; 2) O papel do Estado (governo municipal, governo federal e suas instituições); 3) A luta de classe e a 4) A seca de 1932.

Os aspectos supracitados são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento desigual de Fortaleza no período, pois no modo de produção capitalista, o crescimento de uma

⁴² Lefebvre define as atividades de produção no espaço em dois circuitos: primário e secundário. O circuito primário seria o responsável para a produção de mercadorias nas indústrias, ou bens móveis de consumo geral. Já o circuito secundário, seria o responsável pela produção de bens imóveis como a construção civil, de casas, apartamentos, prédios comerciais etc. No circuito secundário atuaria de maneira hegemônica, o capital imobiliário, com especulação financeira tentando realizar a mais-valia neste setor. Para um aprofundamento dessa discussão ver: (**LEFEBVRE, 1999; GOTTDIENER, 1993 e HARVEY, 1981**).

⁴³ “ Particularmente, o mesmo pedaço de terra com seu mínimos melhoramentos de capital pode ser utilizado de maneiras muito diversas- de tal modo que o espaço abstrato, pulverizado, apresenta possibilidades quase infinitas de valor de troca para a movimentação da terra na sociedade. Isto é, ao contrário dos lucros oriundos do circuito primário, a realização de valor na terra ocorre por causa da sua baixa composição orgânica de capital e por causa da facilidade com que pode ser transformada em usos alternativos e depois comercializada”. (**GOTTDIENER, 1993, P. 188**).

cidade é acompanhado de desigualdades socio-espaciais. Ao mesmo tempo em que as classes capitalistas acumulam riquezas, e vão morar em bairros com uma maior infraestrutura urbana e equipamentos modernos, aumenta a miséria na classe trabalhadora, expulsando-os para as periferias. Não se trata de uma característica específica de Fortaleza, mas como diria (HILL 1977, p.47), “A lei do desenvolvimento desigual, refere-se há uma tendência endêmica do capitalismo para produzir tanto desemprego como emprego, miséria como riqueza, subdesenvolvimento como desenvolvimento”. Trata-se, portanto, da estrutura interna⁴⁴ do capitalismo, no qual a produção do espaço se processa de maneira desigual. Fortaleza não foge a essa regra, o crescimento do seu espaço urbano foi permeado de contradições e desigualdades socio-espaciais, numa dialética da modernidade em que discurso e realidade material se antagonizam, formando uma unidade dos contrários. Neste capítulo, tentaremos analisar algumas das contradições que constituíram Fortaleza no período.

2.2 O Centro e a Dialética da Modernização.

O espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque o constrói e reproduz, tornando o objeto sobre o qual recai o trabalho em algo que lhe é próprio. Por outro lado, o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade. (CARLOS, 1997. P.15)

O espaço enquanto objeto de análise, é algo complexo e multifacetado. Para Lefebvre, 1999, não é apenas um local da produção, mas se delineia como uma força produtiva, envolvendo forma, função e estrutura. Não obstante, o espaço é dialético⁴⁵ por natureza, sua constituição só pode ser apreendida em movimento, na formação de um todo coerente. Dizer que o espaço é dialético, é reconhecê-lo como dinâmico e não mero reflexo de um modo de produção, a sua estrutura interna é determinada por uma série de fatores, sendo necessário separar os elementos centrais de sua constituição, dos seus aspectos secundários. Daí advém a

⁴⁴ É importante destacar que essa estrutura interna, ou tendência do modo de produção, não explica o processo histórico. Ela é apenas o ponto de partida, jamais o de chegada. É necessário analisar os aspectos empíricos da realidade, os diversos sujeitos históricos envolvidos, estabelecer hierarquias e compreender as mediações dialéticas, para obter uma visão do todo. “ No capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que frequentemente, irrompe sob a forma de crises”. (HARVEY, 2001. P. 42)

⁴⁵ Em relação à utilização da dialética enquanto método de análise, tivemos acesso há uma pequena parte da literatura que trata do assunto. Ver: (KOFER, 2010); (Kosik,1986), (Goldmann 1978; 1979); (Lima, 1997) ; (Raniere, 2011); (Giannotti, 1985; 2000); (Marx, 1985; 2011); (Lukács, 2010); (Hegel, 2011); (Lefebvre,1995), Meszáros(2009);(2011).

utilização do método dialético que, segundo Kofler “a conexão dialética se distingue por sua capacidade para reconhecer e seguir o movimento interior constitutivo da essência dos fenômenos e para avançar da superfície ao núcleo anterior do fenômeno”. (KOFLER, 2010. P 212.). Neste sentido, o pensamento dialético “ se rege pela unidade, em que os fenômenos aparecem como elementos dialéticos funcionais de uma totalidade ordenada segundo determinadas leis”.(IDEM, 2010. p 198.) Traduzindo para a morfologia do espaço urbano de Fortaleza, apesar dele aparecer como caótico e desordenado, podemos compreender a sua formação, a unidade dos contrários na formação do centro, no qual o velho e o novo se relacionam numa tensão permanente de reformas modernizantes, novas práticas matérias, com formações discursivas enraizadas em acepções nostálgicas, como crítica dessas transformações infraestruturais. Podemos observar um exemplo, nessa matéria:

Segundo um documento da edilidade, as carroças não poderão trafegar na pavimentação a concreto. As ruas Major facundo e do Rosário, Praça do ferreira, Travessa Senador Alencar, enfim, os pontos centrais da cidade estão sendo pavimentados a concreto. Diante desse impasse, o que poderá fazer o pobre carroceiro? Pagou o imposto adiantadamente durante o corrente ano, e não pode exercitar a sua atividade!Pensa que o Sr. Prefeito que a civilização está no caminhão Chevrolet, queimando gasolina da América do norte!Antes do contato da vertigem inhanque, o Ceará atravessava um período de grande prosperidade econômica e financeira.Hoje, entretanto, constatamos o contrário. Enquanto experimentamos o progresso na mecânica, nos ares, em terra, no mar, por outro lado o nosso dinheiro se escoia para o estrangeiro e caímos numa pobreza de job!O movimento de carroças é nosso. É regional. Fica entre nós.Mas o Sr. Prefeito não entende de finanças. Acha que a carroça afeia a nossa linda artéria toda recamada de concreto. E pronto. Com um decreto manda as favas o serviço de carroças pelo centro da capital.Bela visão de administrador! (A RUA, 05/09/1933/ p 01.)

O jornal tece uma crítica ácida ao Prefeito Raimundo Girão, ao imperialismo Estadunidense, e defende o carroceiro com um discurso “anti-moderno” e regionalista. Também critica a noção de “civilização” baseada no caminhão Chevrolet, que segundo o matutino, só piorou as condições econômicas da cidade. Porém, percebemos como havia uma disputa ideológica a respeito da modernização da cidade. A realização da pavimentação a concreto do centro que, nos veículos oficiais era apresentado como grande inovação e melhoria para Fortaleza, tem no jornal A Rua o antidiscurso, o reverso da medalha, realçando o “novo” como quebra de costumes e tradições citadinas. Em contrapartida, o carroceiro é concebido como símbolo regional e cristizador de uma identidade.

As reformas urbanas são analisadas pelo prisma do interesse particular, pois “o fenômeno e o espaço urbano não são apenas projeção das relações sociais, mas lugar e terreno

onde as estratégias se confrontam. Eles não são, de maneira alguma, fins e objetivos, mas meios e instrumentos de ação” (LEFEBVRE, 1999. P 83.) Nesse sentido, a polêmica continua quando Raimundo Girão resolve colocar uma placa na faculdade de direito.

As coisas do Ceará não mudam e nem mudarão. Em matéria de política, então, o negócio aqui é individualista até no modo de falar. O Sr. Governador da cidade entendeu de reformar a pavimentação a concreto da cidade por conta do particular e vem levando tudo de roldão, só pelo gosto de deixar o seu nome ligado a alguma concreta que perdure (per omnia secula seculorum)... “O que, porém, está chamando a atenção do público é a placa colocada na testa da faculdade de Direito, lado em frente ao Palacete Brasil, com o seguinte título: Travessa Morada Nova”. Morada nova é a terra dos Girão. Daí, certamente, a glorificação do nome numa das ruas de Fortaleza. Isso assim, também é demais. (A RUA, 05/09/1933/ p 01.)

O projeto de “urbanização” da cidade atendia aos interesses de governantes e capitalistas, no qual o papel do Estado era muito presente. As ruas eram reformadas e tinham seus nomes alterados de maneira arbitrária seguindo a perspectiva do enaltecimento. Como ressalta Ferro, 1989, a memória está em disputa, e a cidade se torna o anfiteatro dessa luta. O urbano, porém, necessita ser compreendido numa acepção menos anódina e mais genérica. Ainda segundo Lefebvre, o urbano “é um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível-impossível que atrai para si o realizado, uma presença ausência sempre renovada, sempre existente”. (LEFEBVRE, 1999, p 45). Nessa assertiva, o sentido da urbanização de Raimundo Girão, Roberto Carneiro de Mendonça, e inclusive Getúlio Vargas (representantes do Estado), se aproxima muito mais do conceito de urbanismo⁴⁶ do que propriamente de uma sociedade urbana⁴⁷. Podemos observar melhor os interesses envolvidos na remodelação do centro, na matéria sobre a “Travessa das Trincheiras”.

O Sr. Prefeito continua com a picareta em funcionamento. Quando a sua ação destruidora é bem orientada, ainda bem; quando, porém, a mania demolidora, não se exerce em proveito coletivo, é claro que a imprensa precisa clamar. É o caso da Travessa das Trincheiras. O S.s. é incapaz de

⁴⁶ Trataremos do conceito de urbanismo e de sua diferenciação de urbano, mais a frente na pesquisa. No momento, é suficiente entender urbanismo ligado há uma lógica industrial, e a eliminação das diferenças, ou seja, “escamoteador” da realidade.

⁴⁷ “O urbano (abreviação da sociedade urbana) define-se, portanto não como realidade acabada, situada, em relação a realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele”. (LEFEBVRE, 1999. P 26). Em toda a obra de Lefebvre, principalmente as que tratam da temática do espaço, percebemos várias definições sobre o urbano. O leitor desavisado vai achar que, trata-se de uma contradição. Porém, na verdade, se refere ao método utilizado por ele. Lefebvre, assim como Marx, não trabalha com definições e sim, com sistemas de determinações. Portanto, cada definição acerca do urbano, é na verdade uma determinação a mais sobre o objeto no caminho percorrido do abstrato ao concreto. O concreto entendido como “a síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2011).

justificar com argumentos aceitáveis o considerável dispêndio que vai fazer sem qualquer interesse aconselhável da parte da população. Vão ser gasto neste serviço, 200 ou 300 contos, sem nenhum proveito para a cidade. Pelo lado estético, a estrutura da travessa é uma pilheria, ridícula [...] ⁴⁸ quadra [...] parada pelo beco [...] um alejão. Pelo que toca ao descongestionamento da Praça do Ferreira, o absurdo não é menor, pois esse congestionamento só existe na cabeça dos inovadores apressados. O tal beco vai ser tão útil quanto o da travessa da Boa Vista... que o povo bem sabe a que ele é destinado. Perguntamos: não seria mais proveitoso para a população que essa avultada quantia fosse aplicada em calçamento, na zona afastada do centro ou em qualquer melhoramento que beneficiasse o contribuinte? Qualquer pessoa em bom senso ficaria com nosso ponto de vista. {...} nunca os que são refratários da imprensa, e nesse número o atual Prefeito bate o Record. Há, porém, uma {...}: se o dinheiro fosse do seu bolso, certamente que s.s. o aplicaria mais cuidadosamente. Mas que usa a pólvora alheia pouco se incomoda que o tiro atinja ou não o alvo... Se o programa é gastar, dinheiro haja.....(IDEM, 14/09/1933 p. 01.)

Segundo o periódico, a reforma da Travessas das Trincheiras seria, não só inviável como totalmente desnecessária para os “cofres públicos”. Não atenderia as expectativas da população, seria dispendiosa, esteticamente não “aconselhável” e inoperante. Em contrapartida, sugere que o dinheiro gasto nessa reforma fosse aplicado nos bairros mais afastados do centro, pois teria uma maior funcionalidade pública. Todavia, o processo de urbanização de Fortaleza priorizou o centro, sua artéria comercial, mostrando uma tendência das cidades capitalistas em formação inicial. Reforma-se logo o lócus do poder econômico, depois se pensa no resto. De acordo com Jucá, 2003, existiam duas Fortaleza, uma com infraestrutura e com conjunto de equipamentos modernos, e outra composta de areais, moradias sem saneamento, onde habitavam as populações mais pobres. Jucá defende essa ideia da dualidade da cidade relacionada ao período de 1945-60. Não obstante, defendemos a tese que essa realidade se aplicava integralmente na década de 1930, principalmente após a seca de 1932, pois os bairros que eram mais pobres nessa época como Arraial Moura Brasil, Mocuripe, Lagamar, para citar alguns, se confirmarão como os mais pobres no período subsequente, ou seja, nas décadas de 1940 a 1960. A gênese dessa urbanização desigual se materializa ainda na década de 1930.

O cearense fez de Fortaleza a linda cidade cheia de alegria e de encantamento. Deu-lhe a imponência das ruas largas e simétricas. Deu-lhe agora a pavimentação a concreto. Deu-lhe tudo, enfim, que uma civilizada metrópole pode proporcionar aos seus insaciados turistas. Eis a cidade de Fortaleza. Encantada. Assejada. Faiscante de reformas materiais e estéticas,

⁴⁸ Os colchetes indicam trechos que estão faltando no documento devido ao péssimo estado de conservação. Optamos, por conseguinte, não completar os espaços vazios, pois não há prejuízo de sentido no texto, e o documento é respeitado na íntegra.

o pano de boca do grande teatro da vida cearense...A plateia gosta de aplaudir a representação. Desconhece, entretanto, a tragédia dolorosa que se passa por detrás dos bastidores..(...) A pobreza nos arredores da cidade vive a sua grande tragédia anônima... Os homens públicos nunca penetraram a baiuca do vagabundo. Acostumados ao conforto social, jamais sentiram a angústia dos que peregrinam, noite e dia, pelas ruas da cidade, a procura de uma codea de pão. A costureira que dá o último ponto da encomenda no atelier, e espera à tardinha de sábado, o pequeno salário, não pode compreender o que seja felicidade. O trabalhador da oficina e do campo, exausto do cansaço e da desilusão, não encontra nenhum conforto no regaço da família porque o governo não lhe pagou a jornada semana. (...) Nas obras do Porto, o governo não paga os vencimentos dos operários. A Inspetoria das Obras contra as Secas não satisfaz ao pagamento dos seus fornecedores. A cidade está cheia de flagelados, a toda hora descem dos sertões ressequidos, caravanas de famintos. Nos centros populosos das localidades sertanejas, agrupam-se milhares de camponeses a procura de pão e de trabalho. (...) A pomposidade, o luxo, a sela, o pompom, o frou-frou da alta sociedade, todo esse requinte de beleza não pode viver sem o auxílio do trabalhador anônimo que habita os subúrbios, envelhece nas fábricas e nas oficinas e morre de tuberculose nos hospitais. A cidade é o pano de boca dos subúrbios e dos campos. Sem o concurso das gentes dos bastidores, a farsa da vida não terá uma boa representação e a plateia chicoteará com apupo o elenco da Companhia. Não se iluda o governo com o julgamento dos moralistas. O povo tem fome. E a fome, diz um ditado, tem cara de hereje... (IBIDEM, 10/08/ 1933 p. 05).

Esta longa citação, escrita por Gastão Justa⁴⁹, tinha como objetivo defender o jogo do bicho, pois o governo aprovara uma lei considerando esse jogo ilegal. Por conseguinte, o referido periódico abriu uma campanha nas suas páginas defendendo o jogo do bicho como fonte de renda para a classe trabalhadora. Porém, o que é sintomático nesta matéria é que ela sintetiza as principais contradições por que passava a cidade na época, salientando que existia uma Fortaleza representada para turistas, “asseada, faiscante de reformas matérias e estéticas”, ao mesmo tempo em que os subúrbios estavam repletos de problemas sociais, tais como falta de pagamento aos trabalhadores, excesso de migração para Fortaleza, que continuava no ano de 1933, mesmo com a estratégia do governo dos campos de concentração, além da epidemia de tuberculose que afetava principalmente os pobres da cidade, devido à subnutrição, precária condição de moradia e falta saneamento e carga horária extenuante da classe trabalhadora nas fábricas, que tornavam rotineiros os diversos acidentes de trabalho. Todos esses elementos são componentes do processo de urbanização de Fortaleza na década de 1930. Enquanto havia uma proliferação da miséria, existia, também, um aumento no crescimento de estabelecimentos comerciais como bancos, construtoras, maior número de

⁴⁹ Redator chefe e secretário do jornal A RUA. Boa parte das matérias de crítica ao governo foi escrita por ele. Na grande maioria das vezes com tom ácido e irônico.

automóveis na cidade, e um crescimento substancial de empresa particulares⁵⁰. E a picareta do governo, para usar uma expressão do jornal, não parava. Se compararmos os serviços de construções de ruas e calçamentos, de 1927 a 1933, notaremos um acréscimo substancial nos anos de 1932 e 1933, ou seja, no período da seca as obras foram intensificadas. Como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 2:

Exercício	Calçamentos novos	Calçamentos reconstruídos	Calçamentos reparados
1927	2.607 ms.	_____	8.050 ms.
1928	5.660	5.172 ms.	_____
1929	11.060	7.470	4.305
1930	13.709	5.523	2.505
1931	806	11.842	4.682
1932	28.261	39.110	5.306
1933	43.086	41.369	1.887

(Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1934 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 187 e 188.)

Todavia, se cotejarmos o ano de 1931(“véspera da seca”) com os anos de 1932 e 1933, veremos que o aumento chega a ser bastante considerável em relação a calçamentos novos e reconstruídos. Isso significa dizer que a seca de 1932 foi um elemento importante para a remodelação do espaço urbano de Fortaleza, especialmente, o centro. Por ilação, se houve aumento na construção de ruas e calçamentos nesse período, também houve aumento da verba para realização de tal empreendimento. O governo Municipal acabou angariando mais investimentos do governo Federal, e investindo nas palavras de Lefebvre, no setor secundário da economia, uma vez que as despesas com melhoramentos passaram de 484:117\$006, em 1931; para 698:325\$087, em 1932; e 558:332\$700, no ano de 1933. E a arrecadação total do município de Fortaleza, passou de 1.926\$252\$439, em 1931; para 2.249\$007\$416, em 1932; obtendo uma ligeira queda no ano de 1933 para 1.862\$703\$600.⁵¹ O que é interessante

⁵⁰ Para ver a quantidades de bancos na época e a diversidade de empresas particulares, respectivamente, ver: Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1932 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 147 e 192.

⁵¹ Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1934 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 187 e 188.)

ressaltar, é que houve um aumento de investimentos dos governos (Municipal e Federal) no setor de construção e melhoramentos de ruas, mesmo num momento crítico e tênue que o País estava passando, devido à crise de 1929. Por que os investimentos não diminuíram substancialmente, visto que o capitalismo enfrentava a maior de suas crises? Ou será que os investimentos migraram de um setor para o outro? Harvey argumenta que “as crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante do ajuste espacial”. (HARVEY, 2006. P 115). Defendemos, nesse sentido, que Fortaleza passou por um “ajuste espacial”, no qual Raimundo Girão encetou o momento para aplicar reformas no centro da cidade, atraindo recursos, desenvolvendo o setor secundário, e absorvendo a mão de obra dos retirantes, que, além de ser barata, gerava uma acumulação adicional de capital, retirava os flagelados da “ociosidade e do perigo do banditismo social”.

O processo de urbanização de Fortaleza, desta forma, foi marcado por uma dialética do ajuste espacial, em outras palavras, tentou-se buscar uma acumulação de capital a partir da reforma do centro da cidade, tentando mitigar as contradições internas de um capitalismo periférico. Então, no Ceará os investimentos se processaram em duas frentes distintas: 1) recursos para construção de açudes, poços profundos e estradas de rodagem no interior⁵²; 2) recursos para melhoramentos do centro e construção do porto na capital. O que nos interessa aqui é compreender como se deu a construção do segundo aspecto, ou seja, como ocorreu o processo de urbanização de Fortaleza, e suas nuances. No entanto, reconhecemos que a “urbanização não é um processo único, integral e universalmente semelhante, mas que assumia formas e significados distintos de acordo com as condições históricas, econômicas, sociais e culturais.” (OLIVEN, 1982. P 27 citando Lewis).

E as reformas na capital, continuavam! Porém, a insatisfação de alguns periódicos com a administração municipal também. Como podemos observar em relação à mudança das novas placas e dos números das ruas.

A prefeitura no desejo iconoclasta de tudo reformar desta terra resolveu mudar as placas dos números das casas da cidade. Ao tempo da administração do Sr. Godolfredo Maciel, o assunto mereceu o cuidado do chefe municipal e a colocação do nosso número se processou de forma rápida e prática. Presentemente o serviço não corresponde à necessidade do meio. Em vez de substituir a placa velha pela nova, a edilidade atrapalha o serviço, mandando pintar na parede dos edifícios um número provisório,

⁵² Ver: Relatório do IFOCS.

para o mesmo ser substituído depois pela placa efetiva. O funcionário postal encarregado pela distribuição de cartas e jornais encontra séria dificuldade para normalizar o serviço. Ficando também prejudicado o particular que não recebeu, com regularidade, a sua correspondência. Urge uma reforma contra a reforma. [...] Reformar para melhor, vá lá! Para pior, é melhor deixar a coisa como estava. (IDEM, 17/08/1933. P 03).

Qualquer alteração no cotidiano, na normalidade da rotina diária era criticada pela maioria dos periódicos da época. A mudança dos números das casas foi o prosaetrio de disputas quase homéricas, pois a efemeridade dos nomes e números, além de dificultar o serviço postal regular, transfigurava a identidade dos lugares. A crítica geralmente vinha de forma comparativa com administrações pretéritas, no caso dessa matéria do jornal A Rua, elogiava a forma como Godofredo Maciel tinha executado a mudança dos números das ruas, de forma “prática e efetiva”. Enquanto isso, as ruas do centro iam sendo reformadas, mas nem sempre da maneira que o governo gostaria. Como o desabamento do aterro da “Praça General Tibúrcio”, noticiada pelo Correio do Ceará, como “Serviço mal feito”.

Em consequência da torrencial chuva desta manhã, veio a desabar parte da muralha de arrimo do Aterro da Praça General Tiburcio, canto da Rua São Paulo, local onde ultimamente a Prefeitura planejava construir mictórios públicos. Embargada a obra já iniciada, trataram de reconstruir a parede e o fizeram sem a necessária solidez, causa do desmoronamento desta manhã. (CORREIO DO CEARÁ, 20/12/1934. P. 08).

Neste sentido, o processo de remodelação do centro se efetuava com percalços pelo caminho, pois desabamento de aterros, acidentes de trânsito causados pelas obras, acidentes de trabalho nas construções, dentre outros, ocorria com uma assiduidade espantosa que já se tornara uma característica congênita do processo de urbanização da cidade. Fortaleza era na época um “canteiro de obras a céu aberto”. Porém, um canteiro sem uma infraestrutura segura para os operários e transeuntes, como verificado no caso do desabamento do Arco do Triunfo, na Rua Major Facundo, uma das mais importantes do perímetro central. Na época, quase toda a cidade estava eufórica com a visita de Getúlio Vargas, veiculada em todos os jornais da urbe como um grande acontecimento, até mesmo pelos matutinos que criticavam Getúlio, como ditador. Portanto, a cidade deveria estar bonita e “enfeitada”, para transmitir uma “boa imagem” da administração local. Todavia,

Ontem cerca das 23, ½ horas, deu-se um horrível desastre do qual quase que perecem sem vida seis operários, a serviço da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Estava em construção, há alguns dias, no trecho da Rua Major

Facundo, esquina com a Travessa Senadora Alencar, um arco em que seriam colocadas flores naturais, para o fim de ser saudado, com elas, a entrada da nossa cidade, o Sr. Chefe do governo provisório. Naquela hora, a mandado do *humanitário* Prefeito da Capital, uma turba de trabalhadores foi desobstruir o referido arco, pois, com a notícia da chegada, hoje a tarde, do Sr. Getúlio Vargas, todos os esforços seriam perdidos em concluir a obra em tempo. Quando despregavam as primeiras taboas, veio abaixo toda a armação, resultando da catástrofe saírem cinco operários com sérios ferimentos nos membros, e um contusionado gravemente. (A RUA, 17/09/1933. P 02).

Após o acidente, os operários foram levados pela polícia para a Santa Casa de Misericórdia, onde receberam atendimento. Na verdade, era muito importante para Raimundo Girão, como administrador da cidade, apresentar Fortaleza como uma cidade “moderna”, resultado do seu trabalho. Pois, além dessa boa imagem garantir a sua permanência no poder, poderia receber mais incentivos financeiros para efetuar a modernização da Capital, visto que uma boa parte dos recursos era oriunda do Governo Federal. Para tanto, não bastava reformar as ruas, praças, logradouros etc., era necessário “vendê-la” como um arquétipo da modernidade, onde o centro era a sua vitrine principal. Os aspectos obsoletos, arcaicos, anti-modernos da Capital, como as favelas e os areais, deveria ser ocultada da visita de Getúlio.

A dinâmica da cidade foi transfigurada, nos dias 17 a 20 de setembro de 1933, período da estadia de Getúlio Vargas, as obras de calçamento das ruas tiveram que sofrer alterações no “calor da visita”, para resplandecer, cintilar, somente os aspectos positivos da urbanização.

Agora, porém, com a passagem da comitiva presidencial, o Sr. Prefeito deu nova feição aos trabalhos. Por quê? Ninguém sabe. O certo é que ele mandou que a picareta da prefeitura, desordenadamente, arbitrariamente, desalojasse todas as pedras de algumas travessas, e simultaneamente da Praça do Ferreira, de forma que hoje, ninguém mais pode andar por aqueles sítios. [...] Ontem, por exemplo, o mau serviço culminou. Ninguém sabia onde pisar. Tinha-se a ideia que um terremoto deslocara o empedramento da cidade, fazendo um estrago irremediável. (O NORDESTE 23/09/1933 p 04).

Porém, o que notamos é que a imagem construída pelo “O Nordeste” divergiu do projeto do Prefeito. O matutino na mesma matéria, ainda ironiza Raimundo Girão, insinuando que ele estava iludido, achando que parecia Getúlio Vargas, quando na verdade ele estava “interrompendo o trânsito, atestando o progresso e também atestando um serviço mal orientado”. O calçamento das ruas foi um dos pontos mais polêmicos no projeto de modernização na época. Primeiro, porque só contemplava o centro e as ruas comercialmente mais importantes. Segundo, porque foi um processo arbitrário, verticalizado onde a sociedade

estava apartada das decisões, restando apenas, criticar os resultados. Noutra matéria do O Nordeste, percebemos melhor esses contrastes.

Fortaleza apresenta, em matéria de calçamento, o mais chocante dos contrastes. Enquanto a Praça do Ferreira, e algumas ruas ostentam o luxo da pavimentação a concreto ou a paralelepípedo, outras vias, mesmo centrais, se ressentem de qualquer melhoramento nesse sentido, e em várias, o calçamento existente é desolação. Trechos há, por exemplo, na rua “Dona Isabel”, quase intransitáveis, como há na rua “Major Facundo”, “Dona Bárbara”, etc. É uma tortura andar por ali, de veículo ou a pé. De forma que a capital está dando a impressão dessas moças vaidosas que usam vestido de seda e sapatos de solados rôtos. (IDEM, 16/12/1933. P 03).

Esse trecho é muito elucidativo sobre o processo de remodelação das ruas, e da implantação do calçamento a concreto. O calçamento a paralelepípedo estava sendo substituído pelo concreto, pois facilitava o transporte de carros, de pessoas, e era considerado mais moderno e esteticamente superior. Porém, como observamos essas melhorias só contemplavam o centro da capital, e mais especificamente, as ruas mais importantes. As áreas mais distantes como subúrbios, favelas, ou mesmo um bairro um pouco afastado do centro, não era alvo dessas reformas. A modernização numa cidade capitalista é, em essência, excludente. A produção de mercadorias é priorizada em detrimento das relações humanas, por conseguinte, os locais de saneamento com equipamentos modernos e condições salutaras de moradia, também seguem essa ordem, a “hierarquia da mercadoria”. Não obstante, a própria rua e o calçamento, são também mercadorias, que também se depreciam.

Trechos há, em que dentro de pouco tempo, terá desaparecido por completo o cimento, tal é a precariedade do trabalho [...]. O serviço está mal feito em vários pontos, e a prefeitura deve-se lembrar de que o proprietário, que concorre com sua quota para o calçamento, tem o direito de exigir trabalho eficiente, seguro, para que amanhã, sob pretexto de remodelação no pavimento urbano não venha a recontribuir, onerosamente, para tal serviço. Faz-se preciso, destarte, fiscalização mais rigorosa no calçamento a concreto. (IDEM, 16/11/1933 p 03).

Esta citação expressa que a rua, mesmo sendo uma via pública, já era enxergada como mercadoria, da qual os “proprietários- consumidores” que pagaram os seus impostos teriam o direito de “usufruir” de um produto com qualidade e trabalho eficiente. Há uma inversão de valores, e uma apropriação do público pelo privado, pois não é um cidadão que exige um serviço bem feito mediante a cobrança dos seus impostos, mas um “proprietário”, que não

quer onerar o seu bem. Outro elemento importante que podemos constatar, é que já se tinha a noção de que algumas obras eram construídas para terem uma vida curta, a pretexto de reconstruí-las e atrair novos investimentos. O que Meszaros, 2002, chama de “obsolescência programada da mercadoria”. Ou nas palavras de Berman, 1997 p. 98,

ainda as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizada para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas; assim, estão mais próximas, em função social de tendas e acampamentos que das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos, das catedrais góticas.

Ao que tudo indica as reformas na pavimentação de Fortaleza, não escaparam a esta lógica.

Quem se der a curiosidade de transitar pela travessa Senador Alencar, trecho compreendido entre a rua Major Facundo e Barão do Rio Branco, verificará de que maneira pouco recomendável está a prefeitura gastando os dinheiros do povo. Só nesse pequeno trecho encontram-se uma meia dúzia de remendos recentes, defeituando todo o serviço da pavimentação. Isso vem provar, simplesmente que na composição do concreto entra grande parte de areia e uma insignificância de cimento. O mesmo vem acontecendo com os paralelepípedos. Esse mal acabamento demonstra a sociedade que a prefeitura não fiscaliza os serviços que estão sendo executados a custa do povo e que vão ser pagos por esse mesmo povo. [...] Tudo isso ocorre agora em pleno e rigoroso verão. E quando chegar o inverno? Temos necessariamente de encomendar algumas canoas se desejarmos transitar pela Praça do Ferreira e rua Major Facundo. (A RUA, 29/10/1933 p 09).

O “libelo” acima critica a qualidade da pavimentação, destacando que o material utilizado na construção era adulterado, composto mais de areia do que de cimento. E a culpa seria da prefeitura, que não “fiscalizara as obras”. Diferentemente do relatório apresentado pelo Interventor Federal, Roberto Carneiro de Mendonça, que representou uma imagem edulcorada da remodelação de Fortaleza, alguns periódicos mostraram uma visão diametralmente oposta, esboçando que foi um processo constituído de diversas contradições. E as contradições iam desde o péssimo saneamento dos bairros pobres, até precariedade do serviço de saúde, proliferação da miséria nos areais ao redor da cidade, ausência de local para cuidar dos mendigos, propagação de doenças como: varíola, lepra e alastrim, aumento dos números de delitos, aumento exponencial dos acidentes de trânsito e de trabalho, divorciamento socioespacial do centro–periferia, dentre outros antagonismos provenientes do processo de “modernização” de Fortaleza, ou melhor, das reformas materiais realizadas no perímetro central. Deixando os demais logradouros, expostos á sorte.

O Sr. Goverdador da cidade deveria lançar as suas vistas para Rua Rufino de Alencar, mais conhecida por Ladeira da Prainha. Por ali ainda não se passou o fio de pedra. Nem sequer o chefe da edilidade teve a boa vontade de mandar acertar o calçamento pontiagudo daquela via pública. Parece que o mesmo tem contrato com alguma fábrica de calçados. Os pisos dos passeios têm aspectos de uma escada. Uma verdadeira “montanha russa”....Cheia de altos e baixos. Os transeuntes vencem, de ida e volta aquele trajeto com maior sacrifício. Ora, a Rua Rufino fica situada no centro da cidade, ao lado do palácio Arquiepiscopal. Não se compreende, portanto, o abandono em que o tem deixado o *Mairé* da cidade. Além da falta de estética, logo no começo da Rua, no bifurcamento da Praça da Sé com a Rua São José, levanta-se um grande areal. Se o Sr. Prefeito tem olhos para ver a Praça do Ferreira, parece se descuidar do resto da nossa capital. (IDEM, 27/10/1933 p. 03).

Esse “descuido”, ou negligência com os demais logradouros da cidade não era por acaso. A remodelação da capital, ao contrário do que pensavam alguns jornais citadinos, não se devia à falta de planejamento urbano, mas justamente o oposto. Existia um planejamento que beneficiava uma parte da cidade, tendo em vista principalmente o desenvolvimento do comércio e dos chamados bairros “aristocráticos”. De acordo com Spósito, 000, p 86, “uma dada forma espacial é, também, um dos elementos de redefinição dos processos econômicos, sócias, políticos ou culturais”. Neste sentido, a urbanização do centro expressava interesses de dirigentes políticos, e de setores da classe capitalista. Não se tratava de um processo caótico e desordenado, mas de uma lógica que tinha como prioridade atender a demanda do Capital, seja ele ligado ao comércio, construção civil, transporte, importação e exportação. Não podemos entender o processo de urbanização de Fortaleza, se não considerarmos o papel que exerceu a necessidade de acumulação de capital, refletindo até na prioridade de reformar, equipar e sanear alguns bairros, em detrimento do abandono de outros. Porém, é necessário deixar claro que esse processo não foi fruto do reflexo de uma estrutura funcionalista, onde os sujeitos não tiveram participação, e a “mão invisível do mercado” edificou toda a cidade. Pelo contrário, foi resultado da dialética entre os sujeitos e as estruturas sociais⁵³.

A urbanização de Fortaleza foi resultado de um campo de disputas, de uma luta entre os diversos setores sociais. No caso do governo, estava claro que se tratava de um projeto, pois na época foi criado até um imposto sobre os meios fios, e quem não pagasse no prazo, acarretaria multa. Portanto, o governo crivava fontes de rendas voltadas, exclusivamente, para

⁵³ Para saber mais sobre a dialética do sujeito e as estruturas sociais, consultar: (Varquez, 2002), especialmente a parte III, o tópico “Estruturalismo e a História”; Ver também (Meszáros, 2011), especialmente o capítulo 1, “A Natureza da determinação histórica”; e o capítulo 6, “Estrutura e história. A inteligibilidade dialética do desenvolvimento histórico”.

a construção de ruas. Mas as obras nem sempre correspondiam às expectativas, e às vezes eram motivos de chacotas na imprensa.

Por toda a parte observa-se uma falha no trabalho. Ora, é um bueiro, ora é um arremate mal feito, deixando, as vistas do público, o aspecto do dismantelo prefetural. O paralelepípedo que estão sentando é tão áspero que tem a aparência do antigo calçamento. Corre até uma pilheria a respeito. Um paraense ironizando o trabalho, disse que aquilo não era paralelepípedo, mas cearenselepípedo. Ontem, ao passarmos pela Rua Dr. Pedro Borges, verificamos que o concreto, que se está fazendo, naquele trecho, nas mediações da Padaria Italiana, é trabalho de tapiação, pois que o concreto é sentado sobre uma camada de areia. Pelo menos, é o que se nota nas extremidades. De modo que a espessura da massa é diminuta, não correspondendo ao que ficou estipulado da firma empreiteira com nossa edilidade. (IDEM, 10/11/1933 p. 01).

À medida que a remodelação da cidade ocorria, as críticas na imprensa acompanhavam nas mesmas dimensões. Todavia, também existiam elogios sobre o aspecto estético da cidade, no sentido de uma urbe moderna, bela, nos parâmetros da “civilização europeia”. Os adjetivos sempre salientavam os equipamentos modernos, a arquitetura dos prédios, o desenvolvimento do comércio, a suntuosidade das sedes administrativas, os recursos de transporte e iluminação, todos apresentados como condição *sine qua non* de um estereótipo de cidade moderna. Não obstante, mesmo os periódicos que teciam críticas “cauterizantes” à administração de Raimundo Girão, faziam reverência a Fortaleza como símbolo da modernidade.

É empolgante. Possui prédios colossais como o “Hospital de Santo Antônio dos Pobres”. O cinema como não há igual no sul do Estado; o prédio dos Correios e Telégraphos; o luxuoso Palacete Benevides; sedes da Associação Comercial e da União Artística; a igreja matriz; estação da R. V. C.; Usina C. I. D. A. O; Villa Margarida, Prefeitura, e outros. Duas lindas avenidas. Iluminação elétrica de primeira ordem. (O NORDESTE, 17/03/1934 p. 06).

Trata-se de mais um dos paradoxos da modernidade. A elite que pertence ao local não deseja representá-lo como arcaico, prosaico, ou obsoleto. A modernidade adquire tanto um sentido denotativo, de expressão material das ruas e prédios da cidade, do novo suplantando o velho, como uma acepção conotativa, onde a população sintetiza valores “eurocêtricos”, desejando adquirir costumes e culturas de outro padrão societal. O moderno era almejado como um horizonte a ser seguido, ao qual toda a população cidadina deveria se adaptar sem nenhuma denegação. Portanto, além de uma pavimentação nova e esteticamente bonita, a capital precisaria ter um sistema de transporte urbano novo e eficiente. A “mobilidade

urbana”, para usarmos uma expressão hodierna, foi um dos problemas da modernização de Fortaleza, protagonizando lutas titânicas entre a prefeitura e Light⁵⁴, empresa que exercia o monopólio do transporte na época. Uma dessas lutas ocorreu devido à reforma da Praça do Ferreira, e a prefeitura, no caso, criou um decreto para retirar os trilhos da Light, pois estaria atrapalhando a tal reforma e, segundo o prefeito, também estava causando congestionamento no local.

Isto é o cúmulo. E falta de senso político. O chefe do executivo municipal deve convir que os trilhos da Light não podem ser removidos de um momento para o outro, e ao sabor de um desejo pessoal, da Praça do Ferreira para outro qualquer ponto da cidade. Quanto a rescisão do contrato, é pilheria que não vale a pena nem falar. Nós não temos alcance para capital de tão arrojada empresa. Salvo se desejamos voltar aos antigos bondes de burro.... (A RUA, 29/08/1933 p. 03).

O jornal A Rua, como o veículo que fazia oposição aberta ao prefeito sai em defesa da empresa, alegando arbitrariedade por parte de Raimundo Girão, que tinha ameaçado romper o contrato com a Light, caso ela não retirasse os trilhos da Praça do Ferreira. Porém, a problemática era muito mais complexa, tratava-se, além da questão da referida praça, uma discussão sobre o monopólio dos transportes urbanos. Era uma estrutura arcaica, para um capitalismo que “necessitava de concorrência”. Sem falar que a cidade estava se expandindo, a população aumentando, os subúrbios crescendo, e alargando a distância dos trabalhadores para os seus locais de trabalho. O transporte não poderia ficar fora do projeto de modernização do Estado. Gottidiener, 1993 p. 54, reverbera “ a afirmativa de Lefebvre, segundo a qual os interesses capitalistas são promovidos quando se usa a própria organização espacial como força de produção”. Por conseguinte, “num sistema social desse tipo, inovações tecnológicas nos transportes e nas comunicações são apenas aspectos de um complexo muito mais amplo de forças sócio-estruturais que transformaram as relações espaço-tempo na sociedade moderna”. Neste sentido, a intervenção do Estado no sistema de transporte se tornara inevitável. O que poderia variar seriam os aspectos dessa intervenção.

⁵⁴ “Concessionária do serviço de luz, força e viação elétrica no município de Fortaleza, a The Ceará Tramway, Light and Power C’, Ltda, tem seu escritório na Rua Barão do Rio Branco n 844. Tem como gerente o Cel. Francis Reginald Hull, e sub-gerente o Sr. João Batista de Paula. A extensão atua de sua linha é de 20 kms, tendo 38 bondes no tráfego, e 11 auto-ônibus. O número de passageiros transportados, nos bondes, no último ano 16.800.000, em ônibus 2. 160.000. Tem 7.200 consumidores de luz, e 480 de força”. Almanach administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1934 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 257..

A última nota da prefeitura proibindo que viajem mais de 4 passageiros nos bondes da Light, não traz nenhum benefício a população. Ao contrário, acarreta prejuízos. As classes pobres não se utilizam dos ônibus, já pelo preço, que é mais caro, como também porque eles reclamam um traje mais desceite. Resulta daí que o número de veículos, em determinadas horas do dia, é insuficiente para lotar os passageiros, e estes ficam naturalmente prejudicados com a nova invenção da prefeitura. Se tal providência é posta em prática com o objetivo de ferir a companhia inglesa, vá lá, nada temos a ver com isso. Acreditamos, porém, que não há de ser com esses processos que a municipalidade consiga que a Light retire os seus trilhos da Praça do Ferreira. (IDEM, 31/10/1933 p 01).

Existiam na época dois tipos de transporte que atendiam a maioria da população, os bondes e os auto-ônibus. Os bondes representavam o passado, o velho, com suas instalações antigas, serviço precário, com excessivas reclamações dos habitantes da urbe. Já os auto-ônibus, surgiram como o moderno, mais novo, mais flexível, visto que não necessitava de trilhos fixos para se locomover. Mais rapidez no transporte do trabalhador para o seu serviço, refletindo as necessidades de uma cidade que crescia e se desenvolvia.

A contenda com a Light figurava, além da questão do monopólio dos bondes, a necessidade de substituir um transporte obsoleto por um mais moderno. Por isso, acreditamos que Raimundo Girão restringiu os números de passageiros dos bondes, com o seu intuito de diminuir a quantidade de lucro da empresa, e incentivar a propagação do auto-ônibus, uma vez que a Light detinha o monopólio dos bondes, mas não dos auto-ônibus. Raimundo Girão também estava consciente da difícil fase que passava a empresa inglesa, pois a maioria dos países ainda estava, de maneira lenta, se recuperando da crise de 1929, e a Light não era “imune” a essa situação.

Pensará a municipalidade que Fortaleza é um ótimo campo de exploração para os serviços de transporte a cargo da empresa inglesa? Jornais de Londres anunciam, conforme estamos informados, exatamente o contrário. Dizem que as ações (debêntures) da Light, cujo valor nominal é de 100, estão sendo cotadas na bolsa da capital inglesa ao preço de 24,5. A notícia, a ter o fundamento que a mesma atribuímos, demonstra eloquentemente que a companhia estrangeira não está disposta a agravar uma situação já de se precária. Se a prefeitura quer tirar os trilhos da Praça do Ferreira sem ônus para empresa, deve fazê-lo. Sobrecarregando a companhia de maiores despesas é que não vai, salvo medidas vexatórias que de certo não hão de ser lá muito aconselháveis....(IBIDEM, 07/11/1933 p 01).

Diametralmente do que se explanara no matutino acima, pensamos que o prefeito sabia exatamente como andava a companhia, o que justificava ainda mais as suas medidas antilucrativas para com a empresa. Além do mais, o próprio jornal já modificou o seu

discurso, edulcorando um pouco a linguagem, pois, “se a prefeitura que tirar os trilhos da Praça do Ferreira deve fazê-lo”, mas sem acarretar um “ônus” para empresa. Porém, era provavelmente esse ônus o escopo de Raimundo Girão. A Light passou muito tempo sem investir em equipamentos novos e renovação da frota, sem falar que “trilhos” não combinavam com o projeto urbanístico do governo. A relação de tensão da prefeitura com a companhia era bem mais complexa do que se supunham os periódicos da época, pois representavam dois projetos antagônicos, em várias dimensões: monopólio/concorrência; bondes/auto-ônibus; trilhos/pavimentação á concreto; e todas essas contradições tinham como pano de fundo o projeto de modernização do Estado. O que convergissem para o desenvolvimento do projeto seria mantido, ao mesmo tempo em que, os obstáculos seriam “extirpados” do meio do caminho da “modernidade”. No caso da Praça do Ferreira, “cartão postal” do projeto de urbanização, o contraste de interesses deixava a relação da companhia com a prefeitura, num patamar de tensão ainda maior.

Era desejo do Sr. Raimundo Girão, prefeito desta cidade, retirar da Praça do Ferreira, os trilhos de bonde da companhia inglesa. O jovem filho de Morada Nova, desejava transformar a Avenida 7 de Setembro numa artéria silenciosa e calma, tendo apenas o sonoro relógio elétrico da Coluna da Hora. A Light, porém, puxou para traz. Fez fincapé e disse para o governador do município: Qual o que, doutor! Não retiro as linhas. [...] Rompendo as hostilidades começou o Sr. a controlar todos os serviços da Light. Exigiu da companhia contra mão e quatro passageiros por banco. Ontem, porém, o prefeito exorbitou. Proibiu o tráfego dos bondes em redor da Praça, alegando que o paralelepípedo sentado ali não suportava a trepidação do tramway. É o cúmulo. Em toda parte do Brasil, senta-se a linha, faz-se o calçamento, sem a interrupção do tráfego. Além disso, o Sr. Prefeito mandou deitar areia seca nos trilhos da companhia, nas imediações da Praça. (IBIDEM, 16/12/1933 p 03).

Após essas exigências e impasses, um funcionário da Light foi tomar satisfação com o Prefeito, explicando que não tinha condições de funcionar desta forma. Porém, a mediação encontrada por Raimundo Girão foi permitir que os bondes pernoitassem fora da estação. O chefe da municipalidade havia deixado claro que o “a modernização” das ruas e das praças estavam no topo da hierarquia, e qualquer empresa deveria se adaptar a esse projeto.

O governo compreendia a importância de controlar os transportes, como parte de um complexo social maior que ia desde o esquadrinhamento das ruas em traçado xadrez, para evitar barricadas e facilitar o tráfego de mercadorias e transeuntes, até o isolamento e marginalização dos pobres em bairros afastados do perímetro central. Enquanto a Light, ou qualquer outra empresa, não aceitassem as regras do jogo, os prejuízos só tenderiam a se elevar até a falência. Pois o Estado brasileiro, com a ascensão de Getúlio Vargas no poder,

não estava mais entregue “a mão invisível do mercado” (a experiência de 1929 foi muito educativa sobre os problemas que “tal liberdade” poderia causar), mas, trava-se na época de um Estado interventor, e que tudo queria controlar.

Percebemos a dimensão desse controle numa matéria do Correio do Ceará, referente ao trânsito de animais pela cidade.

Todos sabem que não se pode contar com o abastecimento de água do Aracape que falta desde as primeiras horas do dia até a noite. É imprescindível que se recorram aos vendedores ambulantes e se estes não podem transitar com seus burricos como é que vai ser? [...] A situação é, pois, desesperadora para os que ficam sem o precioso líquido do abastecimento público e não podem comprar porque é proibido animais transitarem pelas ruas calçadas a paralelepípedo ou a concreto. [...] Se se permite que animais puxando carroças com rodas de borracha penetrem nas ruas, porque impedir o trânsito deles só porque não estão atrelados a um veículo? A Avenida João Pessoa é calçada a concreto em toda a extensão do Benfica a Porangaba. Entretanto, por ali transitam, sem proibição nenhuma, animais de toda a espécie, sem que dali resulte qualquer dano ao calçamento. Reflita bem o Sr. Prefeito sobre os embaraços que essa medida ocasiona ao comércio e a população em geral e verá que convém revogá-la em bem do público e para maior simpatia da administração municipal. (CORREIO DO CEARÁ, 04/10/1934 p 01).

A prefeitura proibiu os animais transitarem em algumas ruas do centro da cidade que foram calçadas a paralelepípedo ou a concreto, alegando que poderia danificar o material do calçamento. Sendo que boa parte do abastecimento de água, venda de diversos produtos como frutas e outros gêneros de primeira necessidade, ainda eram realizado por ambulantes conduzindo as mercadorias nos animais. A contradição aumenta quando o periódico cita que da Avenida João Pessoa a Porangaba, os animais transitam sem nenhuma fiscalização, e mesmo assim não causaram dano algum no concreto. Na verdade, o que podemos inferir dessa medida da prefeitura, é que ela queria afastar os animais do perímetro central, escopo principal da modernização, lócus do comércio e anfiteatro do desenvolvimento, pois, como a Avenida João Pessoa ficava um pouco afastada do centro, sem falar da Porangaba, que era ainda mais distante, não carecia de tanta fiscalização.

Dessa forma, animais transitando pelas artérias centrais causariam contrastes com a remodelação do centro, praças reformadas, introdução de novos cinemas, teatros, clubes recreativos, toda uma série de equipamentos modernos que estavam sendo instalados em fortaleza na época. A modernização não foi apenas um projeto econômico e político, mas também estético e cultural. “A urbanização da sociedade não compreende, portanto, apenas a dinâmica demográfica de concentração dos homens, ou a dinâmica econômica de

concentração de riquezas, nem as formas concretas que expressam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural”. (SPOSITO, 1999. P 84).

O centro de Fortaleza foi remodelado como síntese de diversos processos convergentes e antagônicos. Só tem sentido em pensar nas reformas materiais das ruas, praças, avenidas, modernização do sistema de transporte, se comparado com a ausência dessas infraestruturas nos bairros mais afastados, nas favelas e nos subúrbios. O que houve no centro da capital foi uma dialética da modernização, uma relação tensa entre o todo e as partes, entre os anseios da população e o projeto de Raimundo Girão, entre a remodelação de algumas ruas e o total abandono de outras, entre uma Fortaleza que se queria moderna ao preço de expurgar costumes e valores rurais. Portanto, nesta dialética, como afirma Goldmann, 1991 p. 5-6,

nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais.

Em suma, esta analogia se aplica perfeitamente ao “centro e à dialética da modernização”, que só podem ser apreendidas como relacional, portanto, como um processo.

2.3. Coluna da Hora: “A Odisseia de um Relógio”.

“ Do pó, do nada do chão,
Vai subindo céus afora,
Numa sublime ascensão,
A tal Coluna da Hora.
Nos velhos tempos de outrora,
A tal Coluna da Hora,
Causaria sensação!
Talvez, ficasse na história
Da princesa Teodora
O nome do seu Girão”.

Feira de Missangas

Aqui, trataremos de expor alguns dos aspectos simbólicos e culturais, que fizeram parte desse empreendimento urbano, como a construção da Coluna da Hora, a remodelação da Praça do Ferreira, a introdução de novos equipamentos para a cidade, e a sua iluminação

elétrica. O eixo norteador será a Coluna da Hora e a Praça do Ferreira, por sua importância material e, acima de tudo, simbólica para o projeto de modernização da capital.

Uma parte significativa da historiografia cearense já tratou da temática, porém, ao se referirem à Coluna da Hora, abordaram como marco de um projeto de modernidade, o que não deixa de estar correto, mas só expuseram o relógio como produto concluído. Não analisaram a sua gênese e seu desenvolvimento. Por isso, iniciaremos destacando a odisséia que foi o seu processo de constituição.

Disse que esta ideia não era recente, pois desde o ano passado, sob a administração do major Tibúrcio Cavalcante, a Prefeitura cogitava deste melhoramento urbano. Em dezembro o major licenciou-se e foi ao Rio, incumbido de procurar um relógio adequado a Praça do Ferreira. Seus esforços foram, porém, baldados. Nem no rio nem em São Paulo encontrou um que satisfizesse. Consigo levava também plantas e fotografias das quatro faces da referida praça. Confiando a organização do projeto da Coluna a uma comissão de três membros, entre os quais se achavam os arquitetos Ruderico Pimentel e o capitão Ruy de Almeida. Cada um apresentou o seu projeto, chegando todos a conclusão, pela média das alturas dos prédios, que a Coluna devia ter a elevação de 10 a 12 metros. (O NORDESTE, 01/09/1933 p. 05).

Porém, nenhum desses projetos apresentados foi aprovado pelo Estado, com alegação de não consultar o “senso estético do local”. O arquiteto da Prefeitura, também apresentou três projetos que foram sumariamente recusados. Ficou a cargo do engenheiro e arquiteto José Justa, apresentar um projeto definitivo. Também foram solicitados catálogos e preços de relógios europeus, através das firmas Alfredo Salgado, Gradovhl & Fils, Dumar & Cia e Antônio Fiusa, contudo também resultou em nada. Após esses impasses, foi criada outra comissão, composta pelo dr. Ernesto Pouchain e pelos relojoeiros Abilio Silva e Milton Muratori, para julgar a licitação mais vantajosa, em relação ao relógio. A comissão aprovou a proposta da firma Bryngton Co., que tinha filial em Recife, pois apresentou o menor preço, garantindo entregar o relógio todo montado pela quantia de 20 contos de réis. Depois foi aberta outra licitação para saber qual a empresa que iria construir a Coluna.

Apresentaram-se dois concorrentes: dr. Antônio Urbano de Almeida e o Sr. Covis Janja, aquele prontificando-se a edificá-la por 29:300\$, e estes por 28:690\$. Como estava fixado no orçamento municipal, não ultrapassar a referida construção de 25 contos, condicionou a proposta vencedora a uma redução de preço”. (IDEM, 01/09/1933, p. 05)

Isso foi aceito pelo senhor Janja, todavia, a história do relógio e da coluna, tinha apenas começado. A primeira polêmica acerca da construção da Coluna ocorreu devido ao coreto que existia na Praça, o qual nunca conseguiu agradar gregos e troianos. Havia aqueles que defendiam sua importância histórica e política, pois ele era frequentemente utilizado para proferir discursos sobre a cidade, problemas sociais, ou mesmo propagandas políticas. E existiam aqueles que o tratavam com escárnio, menosprezando o seu estilo arquitetônico, alcunhando-o de feio, antiquadro e obsoleto.

Vai ser demolido o coreto da Avenida 7 de Setembro, na praça do Ferreira. Do ponto de vista estético é, não resta dúvida, providência que se justifica, pois aquilo não é lá coisa que se recomende, apesar de ter custado- ao que se diz- mais da metade de uma centena de contos... Caro e feio. Mas tinha além da serventia para as retretas aos domingos, a de ser tribuna dos demagogos, desde os mais sisudos aos mais implumes ensaístas da oratória. Muita gente pregou ali ideias de todo quilate. Ouviram-se dali, palavras de fogo e asneira de palha. Oradores aclamados, aplaudidos, vaiados e apeados. Alguma coisa de histórico... E onde será, agora, a tribuna da oratória popular? Nos pisos da Coluna do relógio? (IBIDEM, 02/08/1933 p 03).

“E onde os demagogos falarão agora”? Este foi o título da matéria do Nordeste, acima citado. Para o matutino, o coreto era um espaço, essencialmente, das expressões de demagogos, que tinha lá seu valor histórico, apesar de custado muito caro e ser feio. Mas que, de certa forma, a sua demolição era justificável, não fazendo tanto alarde a esse respeito. No sentido oposto, A Rua saiu em defesa da manutenção do objeto em questão, justificando como espaço da expressão e liberdade do povo, e acusando o Prefeito de ter “passadofobia”.

Não houve apelos, não houve razões, por mais ponderosas que fossem que demovessem o “futuroso” Prefeito da nossa Urbs da sua temível sanha de aniquilar o passado. É um homem teimoso, e sua “passadofobia” não tem limites. Por isso, o coreto do jardim da Praça do Ferreira, presentemente atingida por um terremoto vai desaparecer, está desaparecendo. As picaretas do estadista de Morada Nova manejadas por mãos hábeis e possantes, já, a estas horas põem por terra a verdadeira tribuna do povo livre do Ceará. (A RUA, 12/10/1933 p 01).

O periódico continua fazendo um resgate da importância histórica do coreto na derrubada de governos conservadores e antiliberais. Não obstante, o que está em jogo não é a defesa do coreto como objeto de relevância histórica e operacional para o desenvolvimento da liberdade do povo cearense, mas a crítica ao projeto de modernização de Raimundo Girão, onde o coreto é apenas um elemento simbólico da retórica de oposição. Os argumentos de

defesa do velho e de críticas ao novo⁵⁵, mesmo envolvido de uma epiderme lógica e racional, se sustentam numa “retórica da nostalgia” como aspecto substancial da negação, na medida em que as reminiscências sentimentais são erigidas como o sustentáculo da defesa da tradição e da crítica à mudança.

Começou, há dias, a demolição do coreto da Praça do Ferreira. O jovem governador da cidade não se sente bem como o passado. Tem uma verdadeira volúpia pelo modernismo. Arrasou a Praça do Ferreira pelo prazer de construir para o futuro. [...] Mas é preciso demolir tudo. Como Julião, o Apostata, quer lavar Fortaleza de toda nódoa da administração do passado. Deixar incólume o coreto da 7 de Setembro é fazer obra incompleta. É que nas suas paredes está a inscrição, em vernáculo, da remodelação do jardim, na administração do Dr Godolfredo Maciel Daí o pesadelo do jovem Chefe da Edilidade. Acha que a cidade de Fortaleza veio a lume, ressurgiu do nada graças aos seus esforços! [...] Enquanto houver dinheiro, estamos certos, o jovem Governador do município, derruirá tudo. Constatando com esta febre de reformas, a pobreza esfarrapada anda esmolando a caridade pública, pelos passeios da cidade. Mas, como já disse o Sr., a pobreza não vale nada. Vale mais um palmo de pavimentação a concreto do que um abrigo para as crianças pobres. São palavras do facundioso chefe do executivo municipal. E não há lógica que sirva. O coreto entrou há dias no pano das reforma... A picareta entrou em cena, sem contemplação! Pobre passado! (IDEM, 10/10/1933 p 03).

Observamos, portanto, que o passado é o pano de fundo para uma crítica mais visceral ao projeto de modernização da cidade. Ao mesmo tempo em que a picareta do governo não para de executar reformas materiais que atenderão a uma pequena parcela da sociedade, a miséria em torno da cidade aumentara substancialmente. Também estava em questão, e o matutino aponta com sagacidade, a ofuscação das melhorias realizadas nas administrações passadas, pela administração hodierna. Cada Prefeito gostaria de deixar sua marca, ou ganhar o título de modernizador. Raimundo Girão não era indiferente a esses anseios.

No entanto, a destruição do coreto e a introdução da Coluna da Hora revelavam além desses aspectos políticos, uma tendência de uma cidade que se adaptava ao capitalismo, não apenas nos aspectos econômicos e políticos, mas culturais e simbólicos, pois a Coluna da Hora representava uma noção específica de temporalidade, o tempo do relógio, das horas de trabalho, das atividades programadas por segundos, minutos e horas, em detrimento de uma temporalidade essencialmente campesina, estigmatizada e norteadada pela natureza. O tempo do relógio marca a imposição de novos costumes, de uma sociedade que está se industrializando, e que precisa “otimizar” o tempo da produção e circulação de mercadorias. Por isso, a construção de um marco regulador se fazia urgente!

⁵⁵ Para debate acerca da transição do velho e do novo, pautada na obra de Walter Benjamin, ver: (Rouanet, 2008).

Pelo navio “Sheridan”, chegaram a nossa capital os 8 volumes de que consta o material do novo relógio a ser instalado na coluna erigida á Praça do Ferreira. A remessa foi feita pela casa Byignton com matriz em São Paulo, e filial em Recife, sendo o relógio fabricado pela “Westing House”, E. U. da América.[...] O relógio como já é do conhecimento público, será movido a eletricidade, com 4 faces e dispositivos automáticos para darem a corda necessária. Esta é regulada por meio de pesos, que serão levantados, quando preciso, pelo maquinismo automático. Desta maneira, a intervenção que se requer é apenas em ordem a lubrificação e limpeza e ao bom andamento dos motores. A fortaleza deverá chegar, brevemente, de avião, o Dr. Hermes barroso de Lima, da filial Byignton, do Recife, e que se vem encarregar da montagem do relógio. (O NORDESTE, 29/11/1933 p 4 e 5).

O relógio é apresentado como o mais moderno possível, não sendo quase necessário trabalho humano para regular, salvo em matéria de limpeza e manutenção, trazendo características que são sinônimos dos discursos da modernização como, “movido à eletricidade”, constituído de “dispositivos automáticos”, sendo ainda todo o material importado dos Estados Unidos. O relógio era um símbolo moderno em várias acepções! Em primeiro lugar, representava a instalação de uma nova temporalidade, industrial, urbana, afastando-se do tempo da natureza materializado no campo. E, em segundo lugar, o próprio “relógio em si” já era moderno na sua composição física.

De acordo com “O Nordeste”, o relógio custou 20.000\$000, sem os impostos que teriam sido dispensados graças à intervenção do Interventor Carneiro de Mendonça. Caso tivesse que pagar os impostos, o custo sairia quase o dobro. Neste sentido, o maquinário foi apresentado como vantajoso para a municipalidade, e que seria inaugurado na véspera de Natal. Porém, nem tudo ocorreu como se esperava!

Descobriram depois que o relógio não cabe na cama que lhe arranjaram na tal Coluna do revolucionário desconhecido. Por último verificaram, por ocasião de examinarem a encomenda, que os quatros vidros que protegem o mostrador vieram quebrados. Será possível tanta urucubaca! Santo Deus, quando teremos hora oficial na cidade? (A RUA, 7/12/1933 p 01).

Segundo o jornal, além do material ter vindo já danificado e não caber no local da Coluna, ainda houve outro problema. “Rachou o pedestal da Coluna da Hora”. De acordo com o periódico, a base sofreu uma rachadura, prejudicando mais ainda o projeto do governo de inaugurar “a melhoria urbana”. A Praça do Ferreira e a Coluna da Hora eram o cartão postal do projeto de urbanização da prefeitura. Qualquer entrave na sua remodelação, de imediato já era denunciado nas páginas da imprensa, que não poupavam críticas quando se relacionava a tais “melhorias”. Todavia, a Coluna é inaugurada na virada do ano de 1933 para 1934, que,

segundo o jornal O Povo, foi esperado por uma multidão de pessoas que se aglomeravam ao redor da Coluna, onde Raimundo Girão proferiu um discurso que foi irradiado através da Rádio Clube Ceará para a população que ali se encontrava.

A Coluna da Hora, no entanto, não foi o primeiro relógio da capital. De acordo com artigo de Antônio Theodorico da Costa, publicado no O Nordeste, 16/11/1934, p. 01 e 04, Já havia sido instalado em 1854 o relógio da Catedral da Sé, depois outro relógio foi implantado no edifício da Estação Central, e um terceiro com caráter oficial no prédio da Intendência, onde funcionava a Prefeitura, na Rua Floriano Peixoto. No ano de 1922, também foi construído outro na coluna do *Redemptor*, na Prainha, em comemoração à independência do Brasil. Por conseguinte, este breve histórico sobre os relógios da cidade, mostra que a tentativa de estabelecer um padrão temporal, já vinha ocorrendo desde o final do século XIX, mas que ganha força e se materializa de forma mais concreta na década de 1930, uma vez que não se trata de um relógio instalado numa igreja, estação, ou órgão oficial do governo, mas fincado na Praça do Ferreira, e como diriam alguns dos escritores da época, a maior artéria econômica da capital.

Porém, o projeto de remodelar a Praça do Ferreira como locus do centro comercial, também foi alvo de críticas de setores da imprensa.

Esse serviço que a prefeitura executa na Praça do Ferreira, ao que parece não terá mais fim. Está prejudicando a deus e o mundo. A população que é obrigada a transitar pela nossa principal artéria, não obstante todas as precauções, deve ficar com os pulmões avariados, tal a nuvem de pó que se espalha pelos quadrantes da velha praça. E o comércio? Esse, tem tido grandes prejuízos que poderão ser atestados por qualquer comerciante ali localizado. Um caminhão que se movimenta incessantemente, em todas as direções, carregado de areias para as obras de calçamento, o menor dano que ocasiona é empoeirar os tecidos das lojas de modas que se encontram nas imediações do interminável serviço. [...] Lembre-se o Prefeito que é o comércio quem lhe mantém as extravagâncias, inclusive as que transformam a Praça do Ferreira em detestável logradouro. (IDEM, 10/10/1933 p 01).

Esta matéria é lapidar no que se refere à importância que exercia o comércio e a Praça do Ferreira, na capital cearense. E o jornal tinha razão quando dizia que era o comércio que bancava essas obras, ou, nas palavras do periódico, essas extravagâncias. Tal projeto de urbanização do governo municipal atendia, primordialmente, aos interesses dos setores capitalistas ligados ao comércio e à indústria da construção civil.

A Praça do Ferreira, como representava o centro comercial da cidade, era também o local onde a picareta mais pulsava, ao ponto de alguns jornalistas ironizarem que, o que ocorria naquele logradouro era um terremoto. Porém, além do caráter comercial já explanado,

a Praça do Ferreira também exercia fascínio por ser o símbolo da modernidade de Fortaleza na época, pois lá se encontravam os equipamentos de lazer e cultura, frequentados, majoritariamente, pelo público mais abastado.

Centro comercial, por excelência, no quadro daquela *urbs* está localizado o movimento *chic* de armarinho, miudezas, assim como se acha instalado os cinemas elegantes, os cafés e as confeitarias de primeira ordem desta capital. Todos são contribuintes do Estado e Município. Todos concorrem para o progresso material do Ceará. Deviam, por isso mesmo, merecer dos poderes públicos, um pouco mais de consideração, um pouco mais de respeito. Infelizmente nossos homens públicos, com raríssima exceção, cuidam que o dever do povo é pagar tributo e acatar sem turgir nem mugir as ordens emanadas do alto. É o que acontece, presentemente, entre nós. Além da poeira produzida pelo trabalho da trituração do cimento, em pleno dia, a prefeitura manda fazer a varrição daquele trecho em plena as 3 horas da tarde.[...] Em fortaleza, o Chefe da Edilidade sente um prazer satânico em cobrir de poeira os transeuntes e proprietários da Praça do Ferreira! Ô terra pra ter sorte! (IBIDEM, 19/10/1933 p 01).

As críticas em relação à praça, no sentido de ela estar sendo, constantemente, coberta de poeira, de reformas intermináveis, da “picareta” da prefeitura não parar de funcionar naquele local, só confirma a nossa hipótese do escopo da urbanização da prefeitura. Os cafés, armarinhos, padarias, teatros e cinemas de primeira ordem, eram espaços de grupos privilegiados. A urbanização nesses locais não poderia parar, por isso que o centro e, especialmente a Praça do Ferreira, vivia coberta de Poeira. Porém, era um tipo “diferente de poeira” dos areais e subúrbios, ocasionados pelo excesso de reformas e não pela negligência total e abandono das áreas mais pobres.

Outro aspecto importante da modernização de Fortaleza foi o referente à iluminação pública. Segundo Nogueira, 1980, a iluminação de fortaleza teve três fases: 1) a era do azeite de peixe; 2) a era do gás carbônico; e 3) a era da eletricidade com fios. O período analisado em nossa pesquisa marca a transição da era do gás carbônico para a da eletricidade com fios. Como observamos, existia um projeto do governo de modernizar a capital, e nada mais simbólico do que a “iluminação”, que está associado ao ideário de progresso desde os tempos do iluminismo, em contraste com a escuridão, figurativa de atraso e “trevas”. No entanto, a iluminação segue na esteira da modernização das ruas e praças, ou seja, é desigual, contemplando apenas uma parte dos logradouros. As ruas mais afastadas do centro, num adágio da época, deveriam fazer “contrato com a lua”.

A iluminação a gás⁵⁶ ficava a cargo da empresa britânica, Ceará Gás Company, que exercia essa atividade desde 1866, clareando algumas ruas da cidade, dando à época uma sensação que a cidade estava caminhando rumo ao progresso, por se distanciar da escuridão. Porém, em 1934, se inicia um conflito entre a companhia e a prefeitura municipal.

Entendeu a prefeitura de fazer um contrato provisório para a iluminação da cidade e publicou edital exigindo o sistema exclusivo a eletricidade, o que importava em excluir a companhia que já vinha executando o serviço a gás carbônico, o que era uma injustiça. Não obstante, ou por isso mesmo, a concorrência não teve êxito. Apareceu a estranha proposta do Sr. Strainer, que se oferecia apenas para instalar os focos provisórios, indo a prefeitura buscar a energia elétrica onde pudesse obter, o que não foi aceito de acordo com o parecer dos técnicos.(CORREIO DO CEARÁ, 10/12/1934 p. 01).

A Interventoria e a prefeitura acabaram rescindindo o contrato com a empresa inglesa, alegando que os prazos de contratos eram excessivos e os serviços onerosos. O ministro das relações exteriores, J.C. de Macêdo Soares, tentou intervir para revogação do contrato, mas não obteve êxito. Já era a segunda vez que o governo municipal estabelecia uma relação litigiosa com empresas estrangeiras, especificamente, inglesas, demonstrando uma tendência política diferente dos anos anteriores. Após o “Golpe de 1930”, as empresas estrangeiras foram tratadas com menos regalias pelo governo municipal, recebendo aval da Interventoria e do Presidente da República. A resposta do Interventor Federal, Cel. Moreira Lima, ao ministro das relações exteriores, é bastante elucidativa deste novo cenário político.

Sinto obrigado a declarar a v. excia. Que a não ser ordem formal Sr. Presidente da República, de minha parte nenhuma possibilidade reconsiderar ato de rescisão meu antecessor contrato Ceará Gás Company visto haver ele consultado interesses da administração e população desta capital.[...] Referido contrato, pelas sua clausulas e prazo excessivo, oneroso e prejudicial, é um desses encargos do passado que urgia fazer desaparecer, de qualquer forma, sob pena do governo revolucionário revelar-se solidário com todas as imoralidades administrativas que arrastaram o país a revolução de 1930. (IDEM, 27/11/1934 p. 08).

O Interventor ainda menciona no mesmo telegrama que num prazo máximo de 20 dias, instalaria a iluminação elétrica, que, segundo este, o serviço já estava bem encaminhado, faltando apenas comprar uma parte restante do material. Mas o que ficou evidente no telegrama do Interventor é que existia uma nova forma de lidar com os contratos das empresas estrangeiras. Não podemos inferir se tratava de um projeto nacionalista, apesar de alguns

⁵⁶ Para saber mais sobre o processo histórico de iluminação de Fortaleza, ver: (Nogueira, 1980); (Bezerra de Meneses, 1992); (Aderaldo, 19740); e (Silva e Filho, 2004).

elementos sinalizarem para isso, mas, com certeza, se referia a uma centralização política bem maior do que na primeira república, sendo os contratos, e em especial os de monopólios, reavaliados.

Todavia, “a Companhia do gás fez ponto aos 25 de outubro de 1935, encerrando-se assim, a era do gás carbônico, que durou 68 anos, 1 mês e 8 dias”.(NOGUEIRA, 1980 p. 31). Iniciou-se, ainda em 1934, a iluminação elétrica em algumas ruas, começando pela colocação de algumas lâmpadas na Praça do Ferreira. Mas determinados locais como o Alagadiço e a Praia de Iracema, que na época do gás não tinham iluminação, continuaram sem ter com a implantação dos fios elétricos, corroborando o caráter excludente e desigual da urbanização de Fortaleza.

Fato que está provocando grande número de reclamações e queixas da população vêm a ser falta de iluminação elétrica em certos trechos da cidade onde não havia iluminação a gás, e por isso não terão luz elétrica. Temos um exemplo nos dois primeiros quarteirões da Avenida Imperador, lado norte. Pelo que sabemos a rede nova de luz elétrica não será estendida naquele trecho. O interesse da população requer uma solução para o fato em apreço, e também para a escuridão das ruas, que se acham nas trevas, quase por toda cidade. (IBIDEM, 29/12/1934 p 09).

Neste sentido, a população pobre, que morava em bairros afastados do centro, nos subúrbios e favelas da capital, continuou sem “luz”, tendo que restabelecer o seu “contrato com a lua”. Na medida em que a urbanização da cidade, com a predominância do tempo do relógio, materializado na construção da Coluna da Hora, reformas do perímetro central, incluindo ruas, praças e demais logradouros comerciais, substituição da luz a gás pela elétrica, todo esse conjunto de características que metamorfosearam a cidade “antiga” em “moderna”, só foram sentidos e usufruídos por uma pequena parte da população. Porém, as normas e a doutrinação, a implantação de novos costumes e valores, foram universalizadas através do imperativo das leis e o autoritarismo do governo, ao mesmo tempo em que, os equipamentos modernos, saneamento básico e energia elétrica, não passaram de utopias para a maioria da população, “Utopia no sentido grego da palavra, ou seja, ‘lugar nenhum’ ”.

Em suma, os aspectos simbólicos, culturais, econômicos e políticos, constituíram um mosaico complexo, permeando a realidade urbana de Fortaleza, só podendo ser apreendido como unidade de uma totalidade maior que envolve um projeto coeso dos governos (municipal, estadual e federal), na produção espacial de uma cidade capitalista em desenvolvimento. Portanto, a heterogeneidade da construção socioespacial é tão diversa, que

não apenas a instalação de um relógio, mas, principalmente, a extensão das “melhorias urbanas” para o restante da população, tornou-se uma odisséia ainda maior.

2. 4. Acumulação de Capital: a necessidade de um Porto.

Marx analisa o capitalismo como um modo de produção, em que para funcionar é necessário um ciclo de produção, reprodução, circulação e consumo. Daí o seu caráter sistêmico, no qual todas as partes se articulam na sua reprodução social. Porém, para o sistema capitalista se reproduzir e o seu ciclo funcionar, é preciso haver processos de acumulação de capital. Marx também definia como característica imanente do capitalismo, a sua tendência a crises de sobreacumulação. O paradoxo é o seguinte, para sobreviver o capitalismo tem que acumular, porém quando acumula demais ele entra em crise. Lefebvre descobriu a chave heurística para esta questão, destacando que o capitalismo sobrevive mediante a produção do espaço. Neste sentido, a acumulação de capital não pode ficar de fora de uma análise que se proponha compreender a produção espacial de uma cidade capitalista. Todavia, neste tópico iremos avaliar o papel que a acumulação de capital cumpriu na formação do espaço urbano de Fortaleza, materializado nos discursos sobre a necessidade de construção do porto.

O debate sobre a construção do porto de fortaleza é bem primevo, datando ainda do período Imperial⁵⁷. Mas ele ganha um contorno mais amplo na década de 1930, quando a cidade começava a se industrializar, necessitando expandir o seu espaço e seu capital. Nada melhor, numa capital litorânea, do que um porto para escoar as suas mercadorias. Por isso, todos os jornais da época clamavam para a construção do porto do Mucuripe.

Ontem às 13 horas, estiveram com o Dr. Edgard Chermont, chefe das obras do porto deste Estado. [...] Disse-nos, que no dia 7 esteve com o ministro Jose Américo, que abriu uma verba de 250 contos afim de satisfazer parte do débito em que se acha o nosso departamento de Obras do Porto para com seus empregados extranumerários que alguns, há 6 meses, outros há 3, não recebem vencimentos. Acrescentou-nos que no Rio, esteve com o capitão Carneiro de Mendonça, tendo-lhe este assegurado estar trabalhando

⁵⁷ Relação de engenheiros que foram enviados para estudar a realização do porto de fortaleza, ainda no império. 1854, Dr. H.A.Millet; 1858, o Dr. R.J.G Jardim e o Dr. Pierre Berthot; em 1860, o capitão-tenente Raja Gabaglia; em 1864, o Dr. Zozimo Barroso; em 1874, Sr. John Hawkshaw; e em 1881, o Dr. Milner Roberts. Almanach administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1932 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 230..

fortemente para a continuação do serviço. (O NORDESTE, 19/07/1933, p. 01).

Observamos nesta matéria, que existia uma articulação do Departamento de Obras do Porto, com a interventoria para a realização das obras, pois o porto não seria uma melhoria para atender apenas o município de Fortaleza e o Estado do Ceará, mas o crescimento econômico do país como um todo. Harvey (2004, p. 87) nos mostra que “o movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, etc.” Esse capital fixo⁵⁸ investido na cidade é importante para absorver capital e evitar crises em médio prazo. Todavia, sua funcionalidade não era somente esta. É de substancial relevância que o investimento no porto tenha operacionalidade, pois não se justifica a construção de um porto que não receba e não despache embarcações. Além da mobilidade de escoar excesso de capital e de trabalho, “o capital fixo investido na terra requer que as interações espaciais sigam o padrão geográfico fixado de seus investimentos para que seu próprio valor se realize”. (HARVEY, 2004, p. 87).

Há três anos começaram os estudos do porto. Entretanto, não se sabe ainda onde o mesmo ficará localizado. Se na enseada do Mucuripe, se em continuação da ponte de cimento armado, conforma a opinião de um dos especialistas...[...] Há oito meses que os operários do porto não recebem seus minguados salários. [...] O governo revolucionário deveria abolir a prática do fornecimentos, pagando em dias os seus empregados, diaristas ou não, e resolver o problema portuário do Ceará, com a maior brevidade, porque o povo, vendo em tudo isso uma cópia grosseira do passado, e enfiado que se acha de promessas falazes, não acredita mais nas excelências reformistas, preconizadas e enaltecidas pelos apóstolos da Nova República”. (A RUA, 09/09/1933 p 03).

De acordo com o periódico, localizamos três problemas referentes às obras do porto: a) sua posição geográfica, se seria localizado no Mucuripe; b) os pagamentos dos operários que estavam atrasados; c) e a própria materialização do porto, que já vinha de anos de estudos, estudos e nada. Esses foram os problemas mais frequentes no debate sobre a construção do porto. Por exemplo, a falta de pagamento dos operários causava enorme

⁵⁸ Harvey define dois tipos de capital fixo: o capital fixo incorporado a terra como, fábricas, escritórios, unidades escolares, hospitais, sistemas elétricos, redes de esgotos, etc. Em oposição ao capital fixo como aeronaves, máquinas, que podem ser movidos. Na verdade, Harvey parte da noção de capital fixo desenvolvida no capital de Marx, mas ao diferenciar o capital fixo ligado à terra do fixo que pode se movido, ele espacializa a teoria de Marx. São esses, em nossa opinião, os méritos de Harvey e Lefebvre, especializar a teoria do capitalismo de Marx. Para um balanço sobre a teoria de Harvey e Lefebvre, ver: (Katznelson, 1993); (Gottdiener, 1997); (Soja, 1993).

transtorno na época, pois um dos objetivos da obra era absorver o excesso de força de trabalho, ocasionado em parte pela seca de 1932, ao transferir levas de retirantes em busca de emprego na capital, e que viam nas obras do porto, a saída de suas mazelas. Porém, não era de grande serventia trabalhar sem remuneração. De acordo com os discursos hegemônicos na época, se os retirantes estivessem ocupados trabalhando, não se envolveriam em saques, furtos ou motins. Portanto, as obras públicas de maneira geral também exerciam a função de controle social. Daí a necessidade dos governos pagarem em dia os operários, sendo estigmatizados de “apóstolos da Nova República”, por atrasarem os vencimentos e a realização da obra, mantendo o mesmo sistema administrativo oneroso e burocrático, criticado pelo “governo revolucionário”⁵⁹, antes de se estabelecer no poder.

São decorridos 9 meses que aquela desprotegida gente não sabe o que é dinheiro. Avalie V.S. as dificuldades por que estão passando centenas de empregados, na sua maioria, chefe de famílias, sem receberem seus vencimentos. [...] Que desculpa dará o pobre funcionário atrasado aos seus inúmeros credores, como: ao proprietário da casa que habita, ao seu fornecedor de leite, etc.? Como adquirir roupas, sapatos, para si e sua família? É doloroso!..É uma lástima. Terminando fazendo um apelo ao Sr. Carneiro de Mendonça, no sentido que esse valoroso revolucionário interceda junto ao Sr. Ministro da Fazenda para que seja enviado o quanto antes o numerário necessário ao pagamento daquela sofredora gente, prestes a agonizar.(IDEM, 27/09/1933 p 03).

O não pagamento dos operários era apenas “a ponta do iceberg” em relação à dinâmica total da obra. Havia também a problemática da licitação, pois foi aberta uma concorrência para saber qual seria a empresa responsável para a construção. Concorreram para tal as firmas Cristiani Nielsen e Geobra Civis e Hydraulicas. “As propostas foram abertas por uma comissão presidida pelo engenheiro Oscar Weischenck⁶⁰, que designou um engenheiro para dar parecer a respeito. Ao que consta, esse parecer já está lavrado e é favorável à firma Cristiani Nielsen. No departamento, consta, entretanto, que já foi apresentado um protesto contra esse parecer”.(CORREIO DO CEARÁ, 22/10/1934, p. 01), com a alegação de que venceu a proposta menos econômica. Além da possibilidade de fraude na licitação, o governo ainda tinha que responder aos fornecedores dos materiais, pois o pagamento também se encontrava em atraso.

⁵⁹ Colocamos aspas em governo revolucionário, por se tratar de um golpe de Estado e não de uma revolução social. Porém, mantivemos o termo, devido ao uso dele pelos partidários de Getúlio Vargas. Para uma análise que desconstrói o movimento de 1930 como uma revolução, ver: (Dedeca, 1994).

⁶⁰ Diretor do Departamento de Portos.

A situação dos proprietários de fornecimentos às obras do sob a superintendência da fiscalização do porto é das mais prementes, das mais vexatórias. Invertendo naqueles negócios os seus capitais, e forçados a manter as secções respectivas, desde janeiro não recebem pagamento. [...] Além disto, tem lucros insignificantes. Lucros por hipóteses, que, realmente, prejuízos é que vem sofrendo, com o emprego do capital e o serviço de juros, a que quase todos estão sujeitos. [...] E tudo isso seria sanado com 600:000\$000- uma insignificância, que ainda sim o governo demora a resgatar, sacrificando profundamente os interesses dos que lhe deram o necessário crédito. (O NORDESTE, 04/09/1933, p. 03).

Esta matéria do Nordeste nos revela o corolário de interesses em jogo na construção do porto. Mesmo o leitor mais obtuso em matéria de economia política, não pode deixar de notar a pressão que os capitalistas exerciam no governo, no sentido de retorno dos seus investimentos e gerenciamento dos seus lucros. Os investimentos nas obras do porto absolveriam capitais de ambos os circuitos, primários e secundários. Haveria um fluxo de capitais, com o objetivo de anular o espaço pelo tempo. “Os fluxos de capitais são retirados do domínio da produção e do consumo imediatos (o circuito primário) e redirigidos, seja para um circuito secundário de capital fixo e de formação de fundos de consumo ou para um circuito terciário⁶¹ de gastos sociais e de pesquisa e desenvolvimento”. (HARVEY, 2004, p. 94).

O porto de Fortaleza iria acumular capitais de vários setores, além do papel que cumpriria na circulação de mercadorias. Um latifundiário da capital ou do interior do Estado poderia exportar mercadoria com um menor custo, pois “no capitalismo a circulação de excedente está constantemente mudando para novos canais quando novas oportunidades são exploradas, novas tecnologias e novos recursos são alcançados e a capacidade produtiva são abertas” (HILL, 1977 p 42). O desenvolvimento do porto, nesta acepção, convergia para o desenvolvimento econômico da cidade, e dos setores capitalistas que dela faziam parte.

A grande e velha esperança do Ceará vai, desta feita, felizmente, tomando as cores de uma consoladora realidade. Fruto é verdade, de uma terrível seca, de que os nossos sertões, largo tempo guardarão ominosa lembrança. Pode-se dizer assim, que os eternos estudos de outrora, lograram o seu fim. Já está marcado de vez o local e os técnicos se lançam afanosos, aos trabalhos das plantas definitivas. (IDEM, 11/11/1933, p. 03).

⁶¹ Harvey amplia a teoria dos circuitos de Lefebvre, inserindo na discussão um terceiro circuito ligado aos gastos sociais e pesquisa e desenvolvimento. Investimentos para serem absorvidos numa longa duração. (Harvey, 2004 p 93 á 105).

Bourdieu (2008) é presciente quando diz que os discursos não podem ser desvinculados das suas bases sociais. Em outras palavras, eles não podem ser reduzidos a si mesmos. Os discursos sobre o Porto de Fortaleza expressavam, em sua grande maioria, os anseios das frações capitalistas de desenvolvimento econômico da cidade. O porto fulgurava como uma panaceia, trazendo a “redenção” dos flagelos da seca. Mais, no interior dos enunciados, cintilavam seus interesses primordiais, ampliação de novos canais de importação e exportação de mercadorias, novas oportunidades de angariar recursos e de desenvolver o comércio local. Percebemos a confluência visceral dessas falas, quando o decreto sobre a construção é, enfim assinado.

O presidente Getúlio Vargas assinou, ontem, o decreto fazendo a entrega, ao governo do Ceará, da importância correspondente a dois 2% ouro, para a construção do porto de Fortaleza, subindo essa importância a quinze mil contos de réis. Foi Também assinado o decreto que transfere para o governo do Ceará a construção do porto. (IBIDEM, 22/12/1933, p. 01).

O porto seria construído com uma boa parte dos recursos oriundo do governo federal, mas com a centralização administrativa do governo estadual. Diferentemente de outras melhorias urbanas, o porto conseguia agradar gregos e troianos. Não se levantava uma voz dissonante para negar os benefícios de tal obra, no máximo se ouvia ruídos para criticar a demora de execução das obras, atrasos salariais, ou discordância da localização geográfica.

Em relação à localização geográfica, uma das teses que eram defendidas por um largo setor da imprensa, baseada nos estudos do engenheiro Augusto Hor Meyll, situava a enseada do Mocuripe, como local privilegiado para construção da obra. A construção da cidade, não obstante, deveria convergir para tal, pois na época se construía uma estrada de ferro que ligava o centro de Fortaleza ao Mocuripe.

A linha férrea pode-se dizer que vai até o farol do Mocuripe, encontrando-se os trabalhos a uma distância de apenas cerca de 300 metros da ponta, distância essa que será coberta de trilhos destes para o mês seguinte. Os trilhos acompanham a praia, separando-se do mar, em certos trechos, por 5 ou 6 metros apenas. O leito da estrada de ferro será alargado, de 6 m.50, que tem agora, para 16 m.50, á direita de Fortaleza, afim de dar margem ampla para uma estrada de rodagem onde os dois automóveis possam simultaneamente trafegar Na enseada que deve ser aterrada, em grande parte, para construção do cais, encontram-se 13 mil toneladas de pedra para a consolidação das grandes dunas locais. Esse enrocamento que é definitivo, com as outras obras atuais, tem ocupados uma turma de 120 operários, sob a chefia do Sr. Gastão Aranha. (IBIDEM, 25/08/1933 p. 01).

Além dos ricos aspectos descritivos, em relação à quantidade de operários trabalhando em parte da obra, no que se refere à ampliação da largura da estrada, quantidade de pedras que se teria a movimentar etc, a matéria supracitada é mais elucidativa do ponto de vista do interesse econômico, construir uma estrada de ferro ligando ao porto. Com isso melhoraria, substancialmente, o fluxo de mercadorias. A circulação de capital revelava a sua importância para uma cidade que estava se modernizando, pois o investimento no porto era seguido de investimento no alargamento das vias férreas, pensando na conexão de ambos os setores. Mais uma vez, confirma a nossa tese que neste período houve um aumento no circuito secundário, como tentativa de desenvolver a cidade, numa época de crise econômica mundial. Não seria demasiado pensar, que a saída Keynesiana, ao menos como horizonte era referendada, o que torna o discurso das obras públicas ainda mais forte, com uma verve sentimental e “redencionista”, pois havia um atenuante, a problemática da seca. O discurso da seca era lucrativo e atraía recursos para serem utilizados no desenvolvimento material da cidade.

A construção de uma estrada de ferro ligando o centro ao Mocuripe mostrava uma clara intenção do governo de expandir o comércio, através do alargamento da circulação de capital. As obras tinham um caráter funcional nítido. Porém, a especulação em torno da construção do porto na enseada do Mucuripe, não se confirmou frustrando, assim, quem especulava investir na área.

Acaba de ser inaugurada a via férrea que liga esta capital a enseada ao farol do Mocuripe. [...] Esta estrada de ferro recém-construída vai ficar sem aplicação, desde que o porto não vai ficar localizado naquela vizinha enseada, conforme resolução última. Torna-se, porém, indispensável o aproveitamento daquela via de transporte para ligação rápida do mocuripe com esta cidade. Mesmo que não se estabeleça um serviço de trens suburbanos, bem se poderia adotar o sistema de troler-motor, para trânsito daqui aquele ponto, tão procurado pelas famílias para lugar de repouso. Confiamos que o Sr. ilustre interventor tomará a iniciativa de obter do governo federal uma concessão em favor dos interesses de nossa capital, que com esse melhoramento, contará um grande progresso. (IBIDEM, 26/12/1933, p. 04).

Como podemos notar, a racionalidade em relação à cidade imperava. Se o porto não seria mais construído próximo à estrada de ferro, na enseada do mocuripe, caberia ao interventor federal, dotar aquele espaço de funcionalidade. Não há margem para o acaso, para obras erigidas de qualquer forma. Todo local tem que ter um “sentido”, principalmente se esse for lucrativo e valorizar o capital antes investido. As “melhorias urbanas” sofriam, já na época, intensa especulação imobiliária. Os espaços eram urbanizados de maneira assimétrica,

desigual, não por acaso ou obra do destino, mas porque fazia parte do jogo de interesses envolvidos na disputa do urbano. Assim como os açudes no interior do Estado eram construídos em terrenos de particulares, valorizando suas respectivas propriedades, os proprietários de imóveis na capital, também estavam sintonizados em investir os seus recursos próximos às melhorias.

O governo, por conseguinte, deveria garantir o retorno dos investimentos, como na justificativa do engenheiro responsável pelo porto. “Edgar Chermont, disse- nos, que aquele local, já que não seria mais destinado ao porto, destinar-se-á no projeto que vai apresentar ao Sr. interventor federal á localização de um depósito de infamáveis, de um porto aéreo e também para a organização da pesca”. (O NORDESTE, 26/12/1933 p. 07). Em linguagem comum, ele queria dizer o seguinte: quem aplicou recurso naquele espaço poderia ficar tranquilo que o terreno seria valorizado de outra maneira. Como observamos na continuação da matéria, do referido matutino, “O trecho da estrada de ferro está construído admiravelmente. O referido ramal deve ser aproveitado para uma linha suburbana. Com essa aplicação, os terrenos a margem da referida estrada de ferro se valorizariam e a cidade cresceria, expandindo naquela zona”. (IDEM).

Não há dúvida da intrínseca relação do projeto de urbanização do governo e os interesses dos capitalistas, em relação ao investimento no circuito secundário e especulação imobiliária. Portos, aeroportos, pontes, ruas, avenidas, estradas de ferros⁶², ou seja, investimentos em estruturas físicas tinham que concatenar modernização da cidade e repartição das fatias de lucros. Todavia, havia uma integração entre os governos para as construções dessas obras. O

presidente assinou o decreto entregando ao Ceará 25 mil contos apurados taxa 2% ouro para a construção do porto de Fortaleza PT autorizou ainda o ministro de viação contratar com particulares em fretes para aquisição material para Rede de Viação Cearense PT abraços. Carneiro de Mendonça. (IBIDEM, 04/07/1934, p. 01).

⁶² “A rede de viação cearense, compreende a estrada de ferro de baturité(de Fortaleza ao Crato), com 599 Km.109, os ramais da alfândega, com 2, Km.900, de Itapipoca, com 61, Km.300, inclusive o sub-ramal da barra, de Maranguape, com 7 Km.246, de Cariús, com 33 Km. 200, de Orós, com 42 Km.740, da Paraíba, com 119 Km.402, inclusive o sub-ramal de Cajazeiras, e a estrada de ferro de Sobral(de Camocim à Itapipoca), com 373 Km.493, perfazendo, assim, o total de 1.239 Km.410 em tráfego”. Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1932 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 142. O Ceará representava a sétima maior rede de estrada de ferro em 1932, que continuou sendo ampliada com a estrada de Fortaleza ao Mocuripe, em 1933.

Este telegrama mostra claramente os recursos do governo federal destinados ao porto e às estradas de ferro, na perspectiva de valorizar o ambiente construído e melhorar a circulação de capital. Ainda segundo Harvey,

a circulação de mercadorias possui dois aspectos: o movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo, e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e as mediações sociais (cadeias de atacadistas, varejistas, operações bancárias etc) necessárias para que a mercadoria produzida encontre seu usuário final. (HARVEY, 2006 p. 47).

Os investimentos no porto e nas estradas de ferro atenderiam a essa demanda, reduzir o custo do produto final, diminuir o tempo de giro do capital, acelerar a sua valorização, em linguagem comum, tinha como objetivo fazer com que a mercadoria chegasse mais rápido aos seus consumidores, além, é claro, de ocupar a mão de obra dos retirantes.

Neste sentido, a acumulação de capital exerceu um papel importante na formação do espaço urbano de Fortaleza, na medida em que absorveu o trabalho excedente, e criou novos canais de negociação e de trocas. Na época existiam três portos no estado do Ceará: Fortaleza, Aracati e Camocim. A ampliação do porto de Fortaleza, ou no caso, a construção do porto no Mocuripe⁶³, representava os anseios dos setores capitalistas que queriam expandir os seus capitais naquela cidade. No ano de 1933, segundo O Nordeste (27/01/1934 p. 05), o número registrado de embarcações que adentraram no porto, perfaz um total de “571 navios, 1.029.462 toneladas de registro, 30.902 de tripulação e 114.392.270 toneladas de carga”, marcando assim, um aumento exponencial comparado ao ano de 1932.⁶⁴

O movimento de importação e exportação de mercadorias corroborava a necessidade de se investir no setor secundário, de valorização do ambiente construído. Em um trecho do jornal A Rua, excepcional enquanto síntese da política do governo, relata que “A estabilidade econômica e financeira do Ceará dependerá, exclusivamente, de duas ações técnicas: a construção do porto de Fortaleza e o trabalho eficiente de açudagem. Todo e qualquer

⁶³ O porto no mocuripe só começou a ser construído novamente, a partir do ano de 1939 através do decreto, n 504, 7 de julho de 1938. Voltando a ser localizado na enseada do Mocuripe, e só foi completamente terminado em 1952, recebendo seu primeiro vapor em 1953. Portanto, na década de 1930, fortaleza continuou com o antigo porto localizado próximo da região central, onde hoje fica a Praia de Iracema.

⁶⁴ “Segundo os dados oficiais da guarda-moria, durante o ano de 1932, deram entrada no porto de Fortaleza, 535 embarcações diversas, com 952.816 toneladas de registro, 27.683 homens de tripulação, trazendo 149.378 toneladas de carga. Saiu devidamente despachado igual número de embarcações, levando deste Estado para os portos da União e do estrangeiro 449.763 volumes pesando 2º.911 toneladas. Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1934 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 219.

empreendimento comercial e industrial do Estado, sem porto e sem água, será um fracasso”. (A RUA, 03/12/1933 p. 03).

Todavia, o investimento em ruas, praças, avenidas, porto e vias férreas, na capital, e os investimentos nas estradas de rodagem e açudes no interior mostram dois lados de um mesmo projeto, coadunar a acumulação de capital com a valorização do ambiente construído, portanto, não se pode pensar a urbanização de fortaleza, sem levar em consideração esse conjuntos de fatores.

2.5. A Cidade como Reta: O Urbanismo de Nestor Figueiredo.

O planejamento urbano em toda sociedade
é uma fachada para o poder.
Mark Gottidiener

É linguagem comum falar de um crescimento desordenado do espaço urbano de Fortaleza a partir da década de 1930. Em grande medida, contribui para essas análises a explosão demográfica causada pelas secas, em especial, a seca de 1932. Porém, não se analisou até que ponto essa urbanização foi realmente desordenada. Não havia planejamento do estado? E se havia planejamento, em que medida foi eficiente? Qual foi o papel que o urbanismo exerceu nesta urbanização? São questões fundamentais, que, neste espaço, tentaremos ao menos estabelecer um debate propedêutico.

A tentativa de traçar um plano urbanístico para Fortaleza data de meados do século XIX, com o plano em xadrez de Silva Paulet, e depois em 1875, com ampliação do traçado em xadrez por Adolfo Hebster, influenciado pelas reformas do Barão de Haussmann, na França, contornando o centro comercial com um conjunto de avenidas chamadas de *boulevards*. De acordo com Castro (1977, p. 30), “o plano em xadrez está intimamente ligado a objetivos colonizadores ou de expansão urbana. Era o traçado helenístico por excelência, empregado por Alexandre, o Grande, nas cidades recém-criadas em seu vasto império. Era o traçado da colonização romana, introduzida algumas peculiaridades”. Não obstante, a perspectiva de se estabelecer um plano urbanístico continua na década de 1930, especialmente após a seca de 1932, sendo, inclusive, criado um conselho consultivo para desenvolver um plano de urbanização para a capital. “O conselho consultivo em sua sessão de ontem deliberou

acerca da consulta feita pelo Sr. prefeito municipal sobre o projeto de urbanização da cidade a ser contratado pela prefeitura com o engenheiro Nestor Figueiredo”. (O NORDSTE, 12/07/1933 p. 01). Todavia, o conselho não se mostrou favorável ao plano de urbanização apresentado pelo arquiteto Nestor Figueiredo, dando o seguinte parecer:

De todo o exposto, resulta que sem negar a necessidade de retoques e ampliações no plano atual de desenvolvimento de Fortaleza, discordo todavia da conveniência de uma obra geral de reforma do mesmo plano, com o caráter amplo e suntuário que necessariamente teria o projeto do engenheiro Nestor Figueiredo. [...] Julgo que as necessidades urbanas, determinadas pelo crescimento da cidade, as modificações que acima aludi à conveniência enfim de disciplinar esse crescimento, poderá ser atendida gradativamente, sem dispêndios extraordinários e onerosos pela própria Secretaria de Obras e Viação da prefeitura. [...] Toda questão está naturalmente em aparelhar esse departamento de recursos necessários, provendo-o dos meios para a elaboração desse plano- o que se deve ir fazendo gradualmente, a medida das reais necessidades de Fortaleza, de acordo mesmo com a mentalidade ambiente e na proporção, o que é essencial, dos recursos econômicos normais do município. (O NORDESTE, 12/07/1933 p. 01).

Existiam, portanto, dois projetos de controle do crescimento da cidade. Um projeto elaborado por Nestor Figueiredo, que pensava numa reforma mais radical, de investimentos mais vultosos, para uma reforma geral da urbe. E, num sentido diametralmente oposto, o plano defendido pelo conselho consultivo, que deveria ser executado pela própria Secretaria de Obras do Município, tendo como prioridade mudanças gradativas de acordo com os recursos econômicos do Estado, em outras palavras, sem gastar muito dinheiro com as reformas. Porém, o que havia de similar em ambos os projetos, era o reconhecimento de “disciplinar” o crescimento urbano. A cidade tinha que ser apreendida por uma racionalidade instrumental, não poderia ser deixada ao fluxo espontâneo da desordem provocada pelo aumento populacional. Esta era a tarefa do “urbanismo”, padronizar a cidade, dirimir sua heterogeneidade, considerada como uma contradição. Como o urbanismo conseguiria resolver

ordem e desordem, equilíbrio e movimento, estabilidade e mobilidade. Como essa reflexão conseguiria isso, senão concentrando as exigências, impondo uma homogeneidade, uma política do espaço, uma programação rigorosa suprimindo, ao mesmo tempo, os símbolos, a informação, o lúdico?. (LEFEBVRE, 2008, p. 91).

Neste sentido, o projeto de Nestor Figueiredo se enquadra numa tentativa de ordenar a cidade, da aplicação de uma lógica industrial e evacuação da “racionalidade

urbana”⁶⁵. Porém, ele é apresentado travestido de uma couraça reluzente que chega a ofuscar os seus objetivos.

Realizou-se ontem na sede da prefeitura municipal, a anunciada exposição do plano de urbanização de Nestor Egídio Figueiredo. [...] Começou tecendo algumas referências ao alcance e responsabilidade desse contrato, que devia ser mais uma obra de previsão que de momento. Discorreu sobre o urbanismo, analisando-o sua existência na antiguidade, no seu colapso na idade média, e em seu recente ressuscitamento no século passado, novamente preocupado com os planos urbanísticos. Explicou aos presentes como esses planos devem obedecer não somente a técnica pura, mas também ao lado emocional, poderíamos dizer, romântico, de acordo com a psicologia dos povos habitantes das diversas cidades. Para o plano de urbanização de Fortaleza, havia a considerar, portanto, estes dois lados igualmente importantes e necessários. Seus habitantes têm sentimentos morais próprios, que constituem um delicioso motivo de beleza coletividade cearense. (A RUA, 20/12/1933, p. 03).

Figueiredo tem consciência do papel que o urbanismo exerce na remodelação de uma cidade. Não é por acaso que no seu discurso ressalva a importância dos sentimentos, valores morais, e costumes dos seus habitantes (influência de Camillo Sitte)⁶⁶, pois o urbanismo age exatamente no sentido oposto. Faz parte da sua lógica, como destacou Lefebvre, homogeneizar esses costumes através da centralização de atividades, e do controle da desordem. Isto se torna mais operativo, com a problemática da seca, numa confluência de habitantes do campo e da cidade, exigindo um maior nível de ordenação do Estado.

A exposição do plano urbanístico continua, salientando que “o plano urbano deve presidir sempre o critério de prever, isto é, impedir males futuros. A utilidade pública está acima da obra de luxo. As cidades de hoje apresentam estas falhas que obstam a expansão e a formação de uma futura cidade”. (IDEM, 20/12/1933 p 01). O traçado da cidade continuaria na linha desenhada por Paulet, Boticário e Heister, porém ampliando o perímetro e a sua dimensão global. Não apenas a divisão das ruas seria levada em consideração, mas um

⁶⁵ “O urbano se define como lugar onde as diferenças são conhecidas e, ao serem conhecidas, postas à prova. Portanto, confirmando-se ou anulando-se. Os ataques contra o urbano consideram, fria ou alegremente, o desaparecimento das diferenças, não raro identificadas ou confundidas com as particularidades folclóricas. A ideologia, tecnocrática ou individualista, é homogeneizante”. (Lefebvre, 2008 p 90). O urbano nesta acepção, desenvolvido por Lefebvre, como método da “transdução”, ou reflexão do possível, é o espaço das diferenças, de outras sociabilidades, é o vir- a- ser no sentido hegeliano, de reconhecimento da consciência de si no outro. Mais tarde ele vai definir esse espaço como vida cotidiana, obviamente numa revisão crítica do conceito. (Lefebvre, 1991).

⁶⁶ Arquiteto, pintor e teórico urbano. Nasceu em Viena, no ano de 1843 e faleceu em 16 de novembro de 1903. Tentava conciliar a estética ao caráter funcional, considerando a construção da cidade como uma obra de arte. Não teve muito influência na sua época, onde predominou na Europa as reformas Haussmann.

conjunto amplo de fatores. Observamos melhor as características do plano, nas suas cláusulas contratuais, que define como seria desenvolvido o projeto.

1 Parte- Análise da aglomeração nos seus múltiplos aspectos no tempo e no espaço de acordo com os pontos de vista físico, geológico, hidrogeológico, geográfico, hidrogeográfico, meteorológico, histórico, social, econômico. 2 Parte- Elaboração do plano em cartas, quadros sinóticos, etc. 3 Parte- Organização do plano diretor que deverá compreender a ossatura do plano, os meios de transporte e zoneamento, organização do comércio varejista, bairro industrial e zona do porto, localização dos bairros residências, determinação dos espaços verdes, gabaritos, legislação e regulamento, estudo de uma legislação especial do plano diretor com conexão com o código municipal de construções. O plano geral para o desenvolvimento sistemático da cidade atende a uma população de 250 mil habitantes. (O NORDESTE, 20/12/1933 p 01).

As partes do contrato mostram a dimensão do plano urbanístico. Tratava-se de um projeto para a cidade envolvendo aspectos econômicos, sociais, políticos, estudos geográficos, geológicos, hidrogeográficos. A capital foi pensada na sua estrutura global, pois havia separação de bairros industriais dos residenciais, organização do comércio varejista, do sistema de transporte, criação de uma legislação própria em conexão com o código de construção do município, análise das aglomerações, que na época já se tornara um problema, e, por fim, uma projeção para o futuro, pois o plano tinha como base atender uma população de 250.000 habitantes, ou seja, o dobro da população do período⁶⁷.

O projeto de Nestor Figueiredo sofreu muitas críticas, dentre um dos motivos, o fato de pensar em 250.000 habitantes, sem levar em consideração a realidade financeira do município. No contrato, ficaram acordados que a prefeitura pagaria o valor de 120.000\$ ao engenheiro, em cinco prestações. Além do valor da obra em si, que pela vultuosidade do projeto, envolvendo desde arborizações a separação de bairros, não se podia ter um número preciso do gasto. Uma crítica mais contundente analisava os principais problemas sociais da cidade, destacando-os como prioridade, em detrimento de um projeto, que além de custar caro para a população, não resolveria as dificuldades dos que mais necessitavam de urbanização.

⁶⁷ A população do Brasil, no ano de 1933, foi estimada em 43.340.000 habitantes, tendo o Estado do Ceará, 1.800.000, e Fortaleza 126.000, a sétima cidade mais populosa na época. Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1934 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 30. No ano de 1934, a população de fortaleza teve um ligeiro aumento, passando para 133.066, tornado-se a oitava cidade mais populosa. Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1935 confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica. P. 140 à 144. Portanto, o projeto se balizava num crescimento futuro da cidade.

Fortaleza é uma cidade que só tem aparência. Não tem, por exemplo, uma rede de água e esgoto capaz de abastecer e higienizar uma população de milhares de almas. Os seus grandes e populosos bairros vivem isolados, sem ligação com o centro. Esquecidos de que a nossa terra vive á mercê da periodicidade do fenômeno metereológico das chuvas, os higienistas, que nos visitam mandam fechar cacimbas e poços, e desmontar alguns cataventos que ainda existem em Fortaleza. [...] Somente uma coisa preocupa os nossos modernos estadistas: encher a cidade de *bungaloros*, fios de pedra e fícus Benjamin... Trata-se agora, do tão decantado plano de urbanização de Fortaleza. O contrato já foi assinado entre a prefeitura e o engenheiro Nestor Figueiredo. Ora, se era desejo do governo municipal contratar um técnico urbanista, para que deu início as reformas da cidade abrindo ruas e demolindo coretos? (A RUA, 22/12/1933, p. 03).

Essa citação é lapidar em revelar o outro lado da cidade, a falta de rede de água e esgoto para os bairros mais pobres, o problema da seca, o isolamento dos bairros pobres da cidade com o centro, e o mais importante, que tipo de urbanização a prefeitura estava realizando? Abrir ruas e derrubar coretos resolveria os problemas da maioria da população? Sem falar na mudança na estratégia do governo, que agora reconhecia a necessidade de contratar um especialista, e pensar a cidade na sua totalidade. É importante frisar que o projeto de urbanização do Estado, não mudou o seu foco central, separar os bairros pobres dos ricos, visando um maior controle da população e uma melhor circulação de mercadorias. Não obstante, os caminhos a serem percorridos sofriam constantes alterações, e não dependiam apenas dos desejos e anseios do prefeito ou de qualquer estadista. A cidade é muito mais complexa do que as intencionalidades dos sujeitos que a habitam e a constroem. “A morfologia do espaço assume uma forma que não é necessariamente funcional para o capital, apenas para certas frações de classe”. (GOTTDIENER, 1993, p. 220).

Destarte, não se pode exercer o controle total da cidade, embora seja esse o intuito do urbanismo. Como explanamos anteriormente, esse urbanismo também tem como função homogeneizar os espaços, modelar as relações sociais heterogêneas, obliterando as características peculiares dos espaços sociais. Todavia, o projeto urbanístico de Nestor Figueiredo não é tão diferente dos projetos anteriores, na medida em que adota padrões eurocêtricos, mantém o traçado xadrez, e legitima as desigualdades sociais materializadas nas formas espaciais dos bairros, centro em oposição às periferias.

A nosso vê, pensamos que cada povo deve ter o seu gosto estético. Uma cidade americana tem o seu aspecto urbanista diferente de uma cidade europeia. O clima, a topografia, o costume social, tudo deve influir na reforma estética da localidade. Transformar uma cidade só pelo gosto de imitar o sistema de outros povos, não é La coisa de grande alcance social. A capital cearense se recente de muitas falhas de civilizatórias, não há dúvida.

E não será por meio do problema de traçado que se resolverá o problema da sua urbanização. Muito estimamos, que o Sr. Nestor Figueiredo, nos explicasse como a atual rede canalizadora de Fortaleza, poderia abastecer a cidade futura, com uma população de 250.000, quando é sabido que o depósito de água existente já não tem mais capacidade para abastecer uma população de 80.000 pessoas. (IDEM).

Existia uma abissal diferença entre o discurso de urbanização do governo, e as práticas desenvolvidas na cidade. Um caleidoscópio quase infinito de problemas sociais norteava a capital, na mesma época em que a prefeitura inaugurava as praças e os equipamentos modernos. As reformas materiais da cidade se limitavam ao perímetro central, lócus por excelência do comércio e desenvolvimento do capital. O crescimento desordenado tinha endereço, os subúrbios, bairros que se erigiram na lógica da necessidade, próximo às linhas de trem, porto e as fábricas. O centro não poderia ser afetado por essa “desordem”, daí a necessidade de centralizar o poder e pensar a cidade na sua dinâmica total. Não obstante, em que medida se pode falar de um crescimento desordenado, se a separação do centro dois bairros mais pobres se manteve durante o período, e o traçado em xadrez permanece até os tempos hodiernos. O termo desordenado transmite uma impressão de que a urbanização de Fortaleza foi feita ao caso, sem a presença efetiva do Estado e frações capitalistas, como fosse resultado apenas de um aumento demográfico oriundo da seca de 1932. Porém, como nos alerta Hegel na “Ciência da Lógica”, é necessário ter a paciência do conceito, para compreendermos a síntese de fatores que compuseram a construção do espaço urbano da capital. Pois a própria desordem, foi em parte ordenada, e a ordenação foi também desordenada. O plano urbanístico que tinha como meta racionalizar o caos, só se justificava por sua presença. E, aos olhos de muita gente não parecia viável, principalmente pelo alto custo, e por ter questões de primeira ordem, alicerçares para serem resolvidas antes.

O projeto em perspectiva, por mais perfeito agacemente falando, não fará muita coisa além do que já está feito, precisamos falar claro. Ademais, mesmo com as rendas assegurada do Matadouro- nova fonte de receita de vulto, para o município- essa despesa nos parece que bem poderia ser evitada. Não porque não a possa fazer a prefeitura, mas porque há serviços que estão reclamando mais urgentes providências para a sua realização. Neste caso vem em primeiro plano o calçamento. Temos ruas centrais já sem uma pedra; praças em idênticas condições e outras calçadas, mas em tal estado que melhor fora não o fossem, o que dá a impressão, ante o concreto das vias centrais, de assemelhar Fortaleza a uma *girl* de sapatos Lis XIV. [...] Não queremos condenar a tal urbanização. Achamos apenas que, com os nossos, é um tanto cedo para se tratar disto. (IDEM, 29/12/1933 p. 03).

A precariedade da urbanização, e das obras erigidas durante o ano desacreditava um setor da imprensa, que achava primordial resolver os problemas centrais de moradia, calçamento, rede de abastecimento de água, que causou enorme transtorno em 1932, e persistiu em 1933, mesmo com o advento das chuvas. As epidemias de doenças que se espalhavam na cidade, como lepra, alastrim, varíola, tuberculose, etc, os acidentes de trabalho, tudo isso se propagava numa imensa velocidade, com o aumento das obras, os diversos casos de saques em lojas, casa e prédios, os acidentes de trânsito, que não eram mais raros, e diuturnamente faziam vítimas estampando as páginas dos periódicos. Neste sentido podemos falar de caos e desordem, mas que não foi uma peculiaridade da urbanização de Fortaleza. “O processo de desenvolvimento capitalista produz custos externos que toda comunidade tem de suportar. Alguns deles- como poluição, congestionamento de tráfego, degradação e crise – afetam qualquer área que esteja passando por um crescimento rápido, desordenado, e esses efeitos colaterais do desenvolvimento são intrínsecos do capitalismo”. (SCOTT, 1980; GOTTDIENER, 1993, p. 213).

A produção capitalista do espaço se baseia na distribuição assimétrica da riqueza, pois tem como essência a manutenção da propriedade privada. O projeto do governo, orquestrado por Nestor Figueiredo, não poderia fugir desse axioma. A centralização da prefeitura na perspectiva de criar um plano que projetasse o crescimento da cidade estava pautada na administração dessas desigualdades, jamais na sua solução. Todavia, o projeto não sai do papel, provavelmente devido ao seu custo operacional. O governo ainda cria uma subcomissão para executar o plano, reunindo quase todas as lideranças da prefeitura, com o apoio da interventoria, e sob a liderança do engenheiro, mesmo assim não vai adiante.

Apesar do plano urbanístico não ter se materializado no sentido como foi pensado, nas cláusulas do artigo do contrato, não podemos compreender Fortaleza na década de 1930 sem a sua intencionalidade, e como princípio “educativo” para as administrações posteriores. A cidade não poderia ser construída por forças “naturais” do acaso e da aglomeração, os ricos não poderiam pleitear o seu sono na morada dos pobres, residências, comércio e indústria, são coisas diferentes e deveriam, por conseguinte, habitar espaços diferentes, o centro deveria ser tomado como prioridade urbanística, a circulação de mercadorias é tão importante quanto a circulação de capitais.

Em linhas gerais, esses conjuntos de fatores que ilustraram a cartilha de Nestor Figueiredo definiram, em boa medida, a morfologia espacial de Fortaleza na década de 1930. O fato do plano não ter sido aplicado de uma vez, como uma racionalidade matemática que

tenta planificar e padronizar tudo, não retira a importância do sentido da urbanização que estava sendo implantada no período, que tinha por objetivo efetuar mudanças espaciais para deixar tudo exatamente como estava a cidade era pensada como uma reta, porém, mesmo o Estado, mais centralizado, não tinha o poder de definir quem andaria e “entortaria” essa reta.

TERCEIRA PARTE

FAVELAS

CAPÍTULO 3

3. O outro lado da cidade: favelas, doenças e outros problemas sociais.

A formação do espaço urbano de Fortaleza foi permeada de contradições e desigualdades sociais, constituindo uma dialética entre o centro e as periferias. A seca é apenas um elemento catalisador desse processo, daí a sua importância na análise da urbanização de Fortaleza de uma maneira geral, por conseguinte, no momento em que o centro da capital passou por diversas transformações, alterando a sua tessitura urbana, dotando-o de equipamentos modernos, de ruas com calçamento a concreto, novas praças, cinemas, teatros, novos prédios e clubes. A periferia da cidade, os seus bairros pobres, na sua maioria afastada do centro, sofreram negligência por parte do Estado, sendo erigido, como explanado anteriormente, na lógica da necessidade, sem infraestrutura básica, em espaços salubres e impregnados de doenças, e em condições de moradia sub-humana.

A formação das primeiras favelas da capital data de: “Estrada de Ferro, 1954; Cercado do Zé Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Varjota, 1945; Meireles, 1950; Lagamar 1953; Morro do Ouro, 1940; Graviola, 1940 e Papequinho, 1950- revelam quão recente é o crescimento exagerado da capital do Estado”⁶⁸, além de outros bairros populares como o Pirambu⁶⁹ em 1932 e o Arraial Moura Brasil⁷⁰, no final do século XIX. Esses bairros cresceram de maneira desordenada, trazendo na sua formação um conjunto de mazelas sociais como doenças,

⁶⁸ **As Migrações para Fortaleza.** Governo do Estado do Ceará. Secretaria de administração do Estado. Fortaleza, fevereiro de 1967. P 54.

⁶⁹ “A formação do maior bairro popular de Fortaleza- Pirambu- data de 1932; outras secas determinaram o seu crescimento e, também, o avanço do mar sobre a praia de Iracema, desalojando os moradores que buscaram outras paragens.” **As Migrações para Fortaleza.** Governo do Estado do Ceará. Secretaria de administração do Estado. Fortaleza, fevereiro de 1967. P 54.

⁷⁰ “Entre os trilhos, à beira da praia, e o alto da encosta, surgira um grupo de casas dispersas, escondidas da cidade pela Estação Ferroviária. Essas casas constam da planta de 1888 sob a denominação de Arraial Moura Brasil. Certamente constituíam a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu, isto é, se considerarmos que o favelamento se define mais pelo confinamento social do que pela uma ruim condição arquitetônica. Posteriormente, na década de 1930 deste século, para aquele trecho pobre e isolado, ainda que próximo ao centro, foi removido parte do meretrício da zona comercial, principalmente o espalhado pela a Rua das Flores (Castro e Silva) e adjacências, decisão oficial que veio degradar o bairro. A abertura recente da avenida Leste-Oeste alterou completamente a forma urbana e a vida social da área. Moura Brasil, homenageado na nomenclatura do bairro, era o renomado oftalmologista cearense, José Cardoso de Moura Brasil (1846-1929), que depois se transferia em definitivo para o Rio de Janeiro, onde viria a falecer”. (Castro, 1982 p 76).

banditismo, ausência de rede de esgoto, falta d'água etc. Portanto, neste capítulo tentaremos analisar alguns dos problemas sociais que constituíram as favelas da capital, destacando o outro lado da modernidade, não apreendida pelos discursos oficiais, e menos ainda, por práticas materiais que transformassem o seu entorno.

Várias foram as mazelas que assolaram os bairros pobres da época, pois somente o centro da capital passou por um processo efetivo de modernização, no que tange a ampliação da infraestrutura urbana e de espaços de desenvolvimento de lazer e cultura. As favelas, e os bairros pobres de maneira geral, careceram não apenas de modernização do seu espaço, mas do mais elementar serviço. Uma dessas ausências, ainda mais em época de seca, foi o concernente à falta d'água potável.

A Prefeitura municipal, queremos dizer, o seu jovem orientador, está com suas atividades todas absorvidas pelos serviços da Praça do Ferreira. Levantamento da Coluna da Hora, destruição do coreto, concretização da praça, o diabo, empreendimentos, enfim, que roubam o mais leve cuidado pela situação do restante dos seus munícipes. Sabe o Sr. prefeito o que está ocorrendo em Mecejana?[...] Não há rede de abastecimento de água e esgoto. A população se supre graças ao catavento local. Este, porém, está desmantelado há mais de uma semana, de modo que o povo está bebendo água transportada em costa de jumento, e de uma distância longínqua da povoação. Isso representa um enorme transtorno para quem habita as margens da lagoa onde Iracema tomava banho. (IBIDEM, 03/09/1933 p. 03).

Mecejana era um bairro afastado do centro, que nos jornais da época aparecia constantemente devido à problemática da falta d'água. Esta citação é lapidar, na medida em que estabelece um paralelo entre os dois projetos de modernidade. No perímetro central, a picareta do governo não parava, reforma da Praça do Ferreira, construção da Coluna da Hora, etc. Enquanto a população de Mecejana carecia de água potável, e reproduzia uma prática do interior do Estado, considerado na época como antiquada, buscar água no lombo de um jumento para saciar a sede e tomar banho, destarte, percebemos a assimetria no processo de urbanização de Fortaleza, na medida em que a rede de água e esgoto atendia apenas a uma pequena parcela da população. A maioria dos habitantes deveria se “virar com um jumento”, isso, na possibilidade de possuir um!

Ontem a cidade amanheceu seca. Pelos subúrbios a água do Aracape não correu. A canalização de Fortaleza é um número de aborrecimentos para as famílias da terra. Parece uma comédia americana da “Sunshine”. De manhã, tem água. A tarde não tem. No dia seguinte, falta água de manhã. E a noite, depois que a cidade está dormindo, aparece um chorinho do líquido aracapense. O pior de tudo é que no fim de cada semestre a Fazenda do

Estado manda cobrar ao proprietário da casa o pagamento pela a água que ficou no Aracape...[...] Todo dia surge um jardim público. Todo dia a prefeitura arranja um serviço novo. Para o trabalho da pavimentação a concreto, na Praça do Ferreira, a prefeitura colocou duas possantes caixas d'água nas imediações dos serviços. Ao povo pode faltar água. Pode faltar o conforto e o asseio, pouco importa!(IBIDEM, 16/09/1933 p. 03).

O problema da falta d'água não era exclusivo da Messejana. O próprio sistema de abastecimento era precário e irregular, não atendendo os bairros mais afastados do perímetro central. Mesmo na década de 1960, trinta anos após o período de nossa pesquisa, a rede de abastecimento de água só abastecia cerca de 15,5% dos prédios da cidade⁷¹. Torna-se evidente o contraste da urbanização, o seu caráter excludente e “faraônico”, priorizando o embelezamento estético da cidade, em detrimento de reformas na infraestrutura nas periferias da cidade.

Fortaleza seguiu a esteira de um modelo já aplicado no Rio de Janeiro, pois “pode-se afirmar que o crescimento das favelas ocorreu, primordialmente, como resultado das ações em prol da modernização e embelezamento da cidade” (MAIOLINO, 2008, p 27). Raimundo Girão e Carneiro de Mendonça, nesta acepção foram sucedâneos de Pereira Passos. Ambos queriam modernizar o centro e expulsar a população pobre para a margem. “Moderna, bela e saneada, uma “Paris tropical” a nova feição da cidade, inspirada na reforma urbana de Hausmman na capital francesa, ainda no século XIX, transformara o centro em lugar de luxo, com suas ruas alargadas, a construção de magníficos edifícios, a introdução de calçadas e de iluminação pública, a reforma do porto” (IDEM, 2008, p 27). Descontextualizada, esta citação parece fazer alusão a Fortaleza na década de 1930, porém, refere-se à cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. As similitudes não são coincidências ou obras do acaso, pelo contrário, revela o papel do Estado na construção de ambas as cidades, na perspectiva de implantação do projeto de modernização que visava criar extremos. O luxo não poderia coabitar com a miséria⁷².

Enquanto isso, de acordo com A Rua,

Fortaleza atravessa um período agitado de remodelações materiais. Tudo, porém não passa de fantasia. A verdade é que os arredores da cidade vivem

⁷¹ **As Migrações para Fortaleza.** Governo do Estado do Ceará. Secretaria de administração do Estado. Fortaleza, fevereiro de 1967. P 63

⁷² “Com a expulsão da população humilde da área central da cidade e a intensificação da taxa de crescimento urbano, desenvolveram-se as favelas, que em breve seriam o alvo predileto dos regeneradores”.(Sevcenko, 2009, p 46). Esta citação é referente ao Rio de Janeiro no início do século XX. Percebemos algumas semelhanças, no que se refere afastar a população pobre do centro para as favelas. Indicando um padrão na modernização das cidades brasileiras.

as moscas. Os menores vagabundos abandonados aos ensinamentos das ruas, sem pão, sem instrução e sem lar. Até a rede de água e esgoto que nos custou um empréstimo onerosíssimo, aí está emprestável, sem outra utilidade que não o aborrecimento que nos vem causando todos os dias com a cabulosa falta d'água. (IDEM).

As favelas teriam, neste sentido, um caráter funcional e não ocasional. Seriam elas a moradias dos pobres, e no caso de Fortaleza, dos retirantes que adentravam a capital no período da seca de 1932. As reformas materiais, para essa população, seriam fantasias como expressa o periódico, porém sem dias de carnaval. A ausência de uma rede de saneamento e de abastecimento de água nestas residências seria um fator endógeno ao processo de urbanização desigual, que separa os centros das periferias.

Não é de agora que a falta d'água desorganiza a vida da cidade. Antes da canalização e do esgoto, a capital cearense se abastecia d'água de cacimba. Cada residência particular ou pública tinha um poço (cacimba como é vulgarmente conhecida entre nós). Cada propriedade mais vasta tinha um possante catavento. O serviço de higiene era incipiente. As fossas fixas resolviam o problema com relativa economia... Com o avanço da civilização, Fortaleza inaugurou a sua rede de água e esgoto. De começo o Acarape fornecia água à vontade. A cidade era bem servida. Tudo finalmente corria bem. O povo pagava uma taxa caríssima, é verdade, em compensação a linfa aracapense corria dia e noite pelos canos da rede irrigatória. Afim de combater o mosquito condutor da febre amarela, a Higiene resolveu mandar fechar as cacimbas e desmontar os cataventos de Fortaleza. A cidade cresceu. Os jardins públicos gastam milhares de litros d'água. A pavimentação a concreto da *urbs* consome outros milhares de litros. Resultado: falta água aos habitantes desta capital. (IDEM, 17/10/1933 p. 03).

O rio Acarape era fonte principal de abastecimento da cidade, desde o governo Franco Rabelo. “O rio Acarape foi escolhido como reservatório e sua água enviada para exame por Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, que a aprovou como sendo de boa qualidade- desde que fervida e tratada por ozônio” (Ponte, 1999, p 50). Não obstante, o rio manteve-se como fonte principal de abastecimento nos governos posteriores, com poucas reformas até a década de 1930. A cidade cresceu, sua população multiplicou-se, e as reformas no sistema de abastecimento não acompanharam esse crescimento. Não implica dizer, como atesta o matutino acima, que se deveria voltar para o abastecimento de cacimbas e cataventos, obviamente bem mais precário, e com maior risco de salubridade. O que podemos apreender dessa citação, fora essa retórica nostálgica, é que o abastecimento d'água priorizou as reformas dos jardins, praças, a remodelação da cidade no sentido geral, do que o atendimento aos anseios da população pobre. O estado não é neutro, muito menos seus governantes. “O

Estado capitalista, enquanto variável complexa, constituído por diversos segmentos sociais, atua de diversas formas, muitas vezes de forma contraditória, como reflexo dos grupos de poder que o compõe ou mesmo como resultado do conflito de classes na sociedade capitalista” (PEREIRA, 2008, p. 426).

Naquele momento, o abastecimento das casas, hospital da Santa Casa e de outros edifícios públicos tiveram seus serviços prejudicados. Porém, as obras permaneceram ininterruptas.

A Santa Casa de Misericórdia há meses que se abastece com água de cacimba. É um martírio para os empregados de enfermarias. Toda hora são obrigados a levar o balde ao fundo da cacimba. Como se poderá fazer higiene sem água? Principalmente, agora, que a exigência do Sr. Pelon é absurda! E as feses que ficam no colo das sentinas! E ainda falam em Companhia de Bombeiros nesta terra sem água, sem canalização, sem organização de serviço sanitário. (IDEM, 08/11/1933 p. 01).

Como nos mostra o periódico, há meses a Santa Casa estava sem o abastecimento d'água, sendo que já era na época um hospital importante, inclusive no que tange ao atendimento da população de retirantes. Porém, mais paradoxal do que faltar água na Santa Casa, era a propaganda do governo que anunciava a inauguração do Corpo de Bombeiros. A pergunta mais constante nos matutinos da cidade era a seguinte: com que água eles iriam apagar os incêndios da cidade? Apesar do tom irônico que a pergunta era formulada, não deixava de revelar um fundo de verdade, e de ser uma crítica ao abastecimento d'água na capital, e sua distribuição que tinha como prioridade as reformas materiais, ao invés das casas dos cidadãos e instituições públicas como os hospitais.

O ceará pavimenta a rua a concreto, e levanta um luxuoso Departamento de Higiene. Em compensação corta o abastecimento d'água da Santa Casa de Misericórdia, Asilos do Bom Pastor e de mendicidade e do Asilo de Proteção à infância. Que o diabo leve esse sistema de progresso e cidadão. (IBIDEM 11/11/1933 p. 03).

A modernização de Fortaleza foi balizada numa série de contradições, onde o luxo coexistiu com a miséria, e o problema da água se manteve uma constante nos bairros periféricos da capital.

Todavia, a cidade vai se configurando numa polarização crescente, à medida que a população aumentava, pois, como explanamos em capítulo anterior, os campos de concentração obtiveram resultado parcial, as favelas também se alastravam, e junto com elas

um conjunto de mazelas sociais, que a população abastada da capital lutava para manter afastada e isolada do seu convívio.

Apesar das medidas profiláticas da Higiene, a catapora está assolando nesta capital. Alguns casos foram registrados no hospital da Santa Casa. De acordo com o regulamento da Higiene, a diretoria do hospital comunicou-se com o Departamento de Saúde, afim de o mesmo providenciar a respeito. Há três dias que tal se verificou, e somente ontem a Higiene mandou conduzir a sua ambulância para o Pirambú quatro doentes. Ficaram no hospital esperando pela boa vontade do bem organizado e moderno serviço de assistência, alguns cataporentos. [...] O Diretor do formidável estabelecimento de Saúde, há dias inaugurado com requintado aparato, não deve ficar de braços cruzados, gozando a fama e os louros da vida fácil. [...] Mãos a obra colaboradores do Centro de Saúde. (IBIDEM, 21/09/1933 p. 03).

As doenças também fizeram parte da urbanização de Fortaleza. Qualquer pesquisa que visa compreender a formação do espaço urbano de Fortaleza na década de 1930, não pode descartar o papel que cumpriram as doenças, tanto num sentido analítico, pois através delas se tornou possível rastrear as condições de vida dos trabalhadores, os bairros com menos condições de higiene e saneamento, os tipos de epidemias que se propagaram na época, sem falar da apreensão da relação Estado/população no trato das endemias, possibilitando compreender costumes e práticas arquetípicas do período. E num sentido político, de como os doentes eram tratados e a perspectiva de se estabelecer o controle sobre a população mais pobre. A precariedade dos nossos arquivos pode ser suprida, em parte, por um olhar atento sobre essas doenças⁷³.

Neste sentido, a matéria acima é cintilante. Na época, inaugurava-se um novo e moderno centro de saúde, com equipamentos novos, dotado de uma boa infraestrutura tecnológica, para cuidar dos flagelados e da população doente de um modo geral. O centro de saúde tinha a sua frente, o secretário Almicar Barca Pellon⁷⁴, considerado por muitos o “grande modernizador da saúde pública brasileira”. Todavia, o que é mais interessante inferir do substrato supracitado, é a relação dos doentes e seu bairro. Os quatro enfermos são do Pirambu, umas das primeiras favelas da capital, enfatizando a intrínseca relação entre os

⁷³ Por questões de recorte do objeto e por escolhas metodológicas, não iremos fazer uma análise detalhada das epidemias, endemias, ou outras doenças que se desenvolveram no início da década de 1930. O nosso interesse na análise, mesmo que de maneira tangencial, é perceber a relação dessas doenças com os bairros pobres da capital, com o que chamamos de outra cidade.

⁷⁴ “A partir de 1933, surge uma nova era na saúde pública do Ceará com as ações desenvolvidas pelo grande sanitarista Amílcar Barca Pellon ao implantar a estrutura “distrital”, instituída pelo Decreto n.º 1.013, de 09 de maio de 1933, ficando conhecida como a “reforma Pellon”, uma verdadeira revolução administrativa no âmbito da saúde pública estadual. Essa forma zelosa de cuidar da saúde pública, para controlar e prevenir alarmantes surtos epidêmicos, que ceifavam vidas e deixavam grandes seqüelas na população, foi adquirindo proporções significativas com o passar dos anos”. (Gadelha, 2006).

bairros pobres, sem infraestrutura urbana, e o desenvolvimento de endemias. A higiene da população já se tornara objeto de preocupação do Estado, desde final do século XIX e início do século XX, criando concepções sobre o que seria salutar e insalubre, ou seja, na tentativa de padronizar costumes e valores que a população deveria reproduzir no seu dia a dia. Uma questão polêmica no período era concernente ao isolamento dos enfermos. Qual seria a postura adequada, tratar os doentes em hospitais normais com os outros pacientes, ou isolá-los? Que tipo de doenças teria que merecer clausura? Eram questões incipientes na época, pelo no que tange ao Ceará, e por isso levantaram profundas contendas.

O caso dos moradores do Pirambu que sofriam de catapora é exemplar. De acordo com A Rua, eles deveriam ser conduzidos para o campo de concentração do Urubu, e ficar isolados das outras pessoas.

Tal, porém não se verificou. O isolamento do Urubu não tinha capacidade para receber oito ou dez enfermos. Parece pilheria. Mas o caso é verdadeiro. Temos um suntuoso departamento de Higiene, porém inútil. Os cataporentos ficaram no hospital da Santa Casa de Misericórdia porque não havia cômodos no isolamento do Urubu. O povo desconhece essa ocorrência. O governo também. Só o que aparece aos olhos de todos é a importância do prédio da Higiene. A ação profilática do chefe da saúde é quase nula. Uma dúzia de doentes de moléstia contagiosa reduz a cacos a atividade do “sanitarista notável”. [...] É pra custear um estabelecimento dessa ordem que é que o Estado gasta uma fortuna. (IBIDEM, 23/09/1933 p. 01).

O matutino critica Barca Pellon e o Departamento de Higiene, por não isolarem os enfermos no Urubu, devido não haver mais espaço para tal. Dois aspectos interessantes podem ser extraídos dessa matéria. O primeiro refere-se ao fato do campo de concentração do Urubu ainda permanecer ativo, quase um ano após a seca. O segundo, é que a população dos bairros pobres, quando adoeciam, era enviada para lá. A imprensa, mesmo a que fazia oposição ao governo referendava esta atitude. Reunir a população pobre, os retirantes e os enfermos, mostrava-se uma alternativa viável para o governo.

Os serviços de higienização, ao que tudo indica, adentravam o centro e os bairros mais abastados com uma frequência maior. Alguns bairros da periferia como o Tauape, que ficava próximo a famosa lagoa que justifica o seu nome, tornara-se caudatário do processo de modernização e higienização, mesmo cumprindo uma função social importante para a cidade.

A Lagoa do Tauape conhecida como um local onde se praticava a lavagem de roupas. Muitas lavadeiras tinham na lagoa, a sua principal, quando não, a única fonte de renda. Que, vez por outra eram prejudicadas por falta de higienização da água.

O Ceará, que em matéria de higiene estava atrasado trinta anos, viajando em carro de bois, iria agora, na opinião de notável higienista, penetrar o luzeiro da ciência profilática! Ao contrário, entretanto, é o que se vem observando. Enquanto exigem medidas rigorosas e inexequíveis no tratamento do gado estabulado, o gado abatido no Matadouro Modelo se dessedenta na Lagoa do Tauape. Esta lagoa é um lavradouro público. Roupas de doente de todas as enfermarias são ali lavadas. Para os estábulos, tanto requinte higiênico. Para o gado do Matadouro, a água pútrida, infeccionada da Lagoa do Tauape. Belo sistema de fazer profilaxia! (IBIDEM, 09/09/1933 p. 03).

Não nos causa espanto, o fato dos moradores do Tauape, assim como outros bairros da periferia, serem acometidos de diversas doenças. A negligência na fiscalização da lagoa e outros pontos afastados do centro da cidade chegavam a ser alarmante. No entanto, é preciso deixar claro que havia uma maior preocupação com a higiene da população, em relação ao final do século XIX, e até mesmo dos anos 1920. Esse interesse com a saúde dos cidadãos originava-se, em grande medida, da influência do padrão europeu de “civilização”, que o Brasil no seu processo de modernização tardia tentava acompanhar. A arquitetura, o urbanismo, os costumes, valores, e as noções de assepsia eram importados como mais uma mercadoria a ser consumida. O problema maior para o governo e para as classes abastadas, é que a maior parte da população não queria consumir essas “mercadorias”, em outras palavras, não tinham acesso a esse padrão de vida. A saúde, não obstante, passou a ser analisada de forma sistêmica com integração dos governos estadual, municipal e federal.

Barca Pellon era o representante do projeto nacional de saúde, em Fortaleza. E em relação ao gado dos estábulos mencionado acima, ele preocupava-se com o desenvolvimento do tifo e paratifo, por isso exigia um controle e fiscalização do gado de estábulos. A crítica que foi dirigida a ele, foi de não dar o mesmo tratamento ao gado do Matadouro Modelo, que alimentava a maioria da população. O cuidado com a saúde, assim como a urbanização, era um processo desigual. Como no caso da Lagoa do Tauape, que além da poluição da água, era um constante foco de mosquitos. E enquanto isso as doenças se propagavam nas periferias da capital. Como, por exemplo, a lepra.

O Ceará está infestado de doentes do mal de Hansen, disseminado em todo o quadrante do Estado e nas próprias fronteiras urbanas de Fortaleza. [...] Em diversos pontos do interior e nas ruas da capital, mesmos nos lugares mais frequentados, são observados diversos desses infelizes a esmolarem a caridade pública. [...] Não tem remédios, órfãos de qualquer assistência, imploram um pouco de pão. [...] Enquanto assistimos de nossas portas esse espetáculo doloroso, o Sr. Diretor da Saúde passeava o seu riso, a sua displicência, e quem sabe a fugacidade de sua ventura, em luxuosos carros, pela ruas de Fortaleza. [...] E não aparece uma providência. Os que habitam o

Leprosário, quando tem qualquer recurso, fogem e vem contaminar os rebentos sadios da família. Os novos, os que perambulam pela cidade, não vão para o refúgio maldito, porque o miserável hospital vive desprovido de tudo: sem higiene, sem conforto, sem água, sem assistência médica e amanhã, talvez, sem alimentação que já hoje é precaríssima. (IBIDEM, 28/09/1933, p. 01).

A lepra foi mais uma das epidemias que acometeu a população na época. As condições estruturais do leprosário (local onde ficavam isolado os leprosos), segundo a Rua, não eram muito convidativas aos enfermos, e muitos que iam pra lá acabavam fugindo. Criava-se uma tensão na cidade, e os representantes das classes abastadas normalmente exigiam providências da prefeitura e do interventor para resolver esses problemas. Pois o que estava em jogo não era o tratamento dos leprosos em si, mas a segurança e a saúde desse setor mais rico, com o medo da epidemia da lepra se espalhar. As críticas aos representantes do Estado tornavam-se inevitáveis. “O que o diretor da Saúde está consentindo que continue é crime inominável. Então a lepra se propaga sem entraves, o número de doenças aumenta dia a dia e não se adota uma medida para pôr termo ao descalabro? Que quer e por quem está esperando o Sr. dr. Barca Pellon? Estará aguardando que se federalize o serviço da lepra?” (A RUA, 28/09/1933 p. 01). A imprensa já tinha consciência do período político que o país vivia, de forte centralização e do papel do Estado na intervenção cotidiana. Quando se propagava alguma doença, ou algum outro problema de maior envergadura, ela cobrava de imediato uma articulação da prefeitura com o interventor federal.

Ao mesmo tempo em que se propagava a lepra, outra doença se fez presente no interior e na capital cearense. A varíola⁷⁵ afetou uma parte significativa da população, gerando polêmicas sobre a forma de tratamento, formas de contenção e isolamento, e também sobre o diagnóstico. Durante um tempo se dizia que não se tratava de varíola e sim alastrim. Todavia, a problemática maior ocorreu devido à construção de um local para isolar os doentes nas imediações da oficina do Urubu.

Quando o prédio da Companhia construtora destas oficinas começou a ser adaptado para o isolamento das pessoas atacadas de doenças infectocontagiosas, os operários que ali trabalham levaram a termo uma reclamação contra essa esdrúxula medida que estava sendo executada pelo Sr. Barca Pelon. Chegando ao conhecimento esta justa reclamação dos operários, pronunciou-se a respeito, em ofício, afirmando não haver razão para tal receio, porquanto a Higiene havia tomado todas as precauções

⁷⁵ Como explanado anteriormente, não é nosso objetivo fazer uma análise detalhada do desenvolvimento dessa e outras doenças. Para uma análise da proliferação, representações e debate acerca da varíola no início do século xx, em Fortaleza, ver: (Barros, 2011).

necessárias para evitar o contágio [...] Essa medida do ilustre cientista começava a produzir os benéficos frutos, enquanto os variolosos vindos de outros pontos da cidade iam tendo ingresso no mesmo hospital, onde ficavam em completa promiscuidade, tifoidicos e variolosos. O prédio em questão, talvez não tenha 150 m² de área coberta, daí talvez a opinião de ilustre facultativo, de que ali, “quem não morresse de tifo, não escapava da varíola”. (IBIDEM, 30/09/1933 p 01).

Os operários estavam cobertos de razão em protestar. A política do Estado, representado na figura de Barca Pelon foi autocrática, sem dialogar com os operários, e visava afastar as doenças do centro e dos bairros mais pomposos. Não foi por acaso que os trabalhadores do Urubu começaram a adoecer. “De ontem pra cá começaram a serem retirados os febricos, ficando, porém, os variolosos. Acredita-se que talvez devido a isto tenham aparecido ontem aqui alguns representantes da Higiene, perguntando quem era e quem não era vacinado”. (IDEM, 30/09/1933 p. 01). Os trabalhadores do Urubu, na sua grande maioria, retirantes da seca de 1932, eram obrigados a conviver com as doenças que se alastravam na cidade, sem falar da oficina em si, que se encontrava em condições de higiene precária. Os operários que trabalhavam na estrada de ferro de Baturité, situadas no Urubu, ainda protestaram junto ao diretor da R.V.C., porém, em vão. O local para abrigar os doentes acometidos de varíola foi construído lá, e o pior, sem infraestrutura e condições de saneamento. Podemos analisar melhor o ambiente de putrefação, através de uma carta que foi endereçada para o jornal A Rua, descrevendo a higiene do local, ou melhor, a sua total ausência.

Diz o missivista: A casa que serve de isolamento fica ao lado das oficinas. Tem três doentes de varíola, sendo que dois já se acham em estado de convalescença, e vão ao banho de mar todas as madrugadas. O mal da bexiga foi adquirido no próprio hospital do Sr. Pelon, pois que os referidos doentes são empregados de lá. O mais lamentável é que as fezes dos doentes são atiradas no meio do caminho por onde transita o público. É o cúmulo da falta de higiene! O Sr. Barca Pelon não tem a menor consideração para com 300 operários que trabalham nas oficinas do Urubu.(IBIDEM, 15/11/1933, p. 03)

A oficina do Urubu ficava afastada do centro da cidade, por isso a prefeitura tratou de adaptar um local de isolamento dos doentes lá. Não havia preocupação com a assepsia, devido a sua distancia da “cidade”. Engels descreve situação semelhante em Manchester, no que se refere ao trato com as doenças, higiene e isolamentos dos operários. “A sociedade dissimulava suas partes vergonhosas, suas fraquezas e seus vícios: a loucura, a prostituição, as doenças; ela segregava em lugares malditos. A sociedade burguesa dissimula, ao contrário, aquilo que

ela vive em sua parte ativa e produtiva”. (ENGELS apud LEFEBVRE, 1999. 1a ,p. 19). Para Engels era uma característica das grandes cidades segregar os trabalhadores e a população pobre, mesmo não sendo um projeto totalmente racional.



Figura 5 - Oficina do Urubu, no ano de 1933. Foto do arquivo Nirez.⁷⁶

É importante salientar que o governo e os setores abastados tinham um projeto de modernidade, no sentido amplo da palavra, desenvolvimento da cultura, arte, indústria, áreas de lazer, infraestrutura urbana. Todavia, esse projeto se materializava na cidade de maneira socioespacial, ou seja, se desenvolvia de maneira desigual e assimétrica nos espaços, nos bairros, nas ruas, etc. Por conseguinte, a infraestrutura e as reformas que eram apresentadas pelo governo através dos seus veículos, relatório do Carneiro de Mendonça e no jornal O Povo, não condizia com a crítica que alguns periódicos e outras fontes mostravam. As fontes oficiais produziram silêncios, que a narrativa histórica deveria fazer gritar!

⁷⁶ As fotos não podem ser consideradas meras ilustrações na pesquisa. Elas adquirem status de fonte histórica, com uma carga subjetiva do pesquisador que as seleciona. Esta foto mostra a oficina do Urubu, onde podemos observar o seu isolamento em relação à cidade, e a desorganização do seu espaço exterior, na acumulação de entulhos e falta de saneamento. A foto também mostra a que custo se executava as obras de modernização da cidade, ou seja, isolando os trabalhadores e os doentes.



Figura 6 - Oficina do Urubu, vista por dentro. Foto do arquivo Nirez

A política da prefeitura quando começou a surgir os primeiros casos de varíola na capital, foi a de pintar um painel histórico “límpido”, obliterando a realidade. Em vez de se falar em varíola se falava em alastrim, e ainda nas informações do governo não se registravam óbitos. A cidade era representada como moderna, bonita, limpa, com avanço nos padrões de “civilização” e saúde, como se os conflitos não existissem na capital, ou quando existiam, eram produtos de forças externas como o fenômeno climático da seca.

Ontem, no isolamento do Urubu, a “peste branca”, como chama o vulgo, fez mais uma vítima. Despachou um varioloso para o cemitério de São João Batista. No entanto, o Diretor da Higiene fez publicar ainda ontem nos jornais vespertinos um quadro de epidemiologia em que não se observa um único óbito causado pela varíola. É o cúmulo. É inútil, entretanto, a atitude do Sr. Pelon procurando encobrir ao povo o verdadeiro estado sanitário do Ceará. A cidade toda sabe que a epidemia da varíola não declina. Todos os dias se registram novos casos. E de quando em quando o isolamento do Urubu registra um óbito. Fazer higiene é muito diferente de fazer literalice. O Sr. Barca Pelon mais uma vez fracassou na sua vida de sanitarista notável. Manipular pílulas é sempre mais fácil do que dirigir um departamento de Higiene.(IBIDEM, 29/10/1933 p 01).

A cáustica crítica do matutino é importante, no sentido de perceber as mediações entre as práticas sociais desenvolvidas pelo governo, e as produções discursivas sobre essas práticas. Não se trata de reduzir o papel do governo a uma concepção maniqueísta, que tinha como único objetivo ceifar a vida dos trabalhadores e da população pobre da capital. Pelo contrário, é necessário enxergar mais longe, e entender o conjunto de contradições que permearam a atuação do Estado, e suas estratégias de edulcorar os discursos, numa perspectiva ideológica.⁷⁷ As práticas de isolar a população pobre e os trabalhadores, não se apresentava ao Estado como um ato espúrio, mas como uma alternativa de controlar a proliferação das doenças e a ação dos retirantes. “O Estado e o espaço urbano apresenta uma unidade, cujo caráter é histórico e dialético, semelhante à relação existente entre o espaço e a sociedade. Nele (o espaço) e por ele as classes sociais e os grupos de poder se confrontam”. (PEREIRA, 2008, p. 426).

A construção do espaço é resultado dos conflitos de poder envolvendo os diversos sujeitos sociais e o Estado⁷⁸. O próprio setor capitalista não atua no espaço de maneira homogênea, mas como frações de capital. (MANDELL, 1982); (GOTTIDIENER, 1993). Portanto, a ação do Estado pode em algum momento favorecer uma determina fração como o capital imobiliário, em outros momentos pode agir de maneira contrária. Todavia, no tocante à classe trabalhadora no sistema capitalista, historicamente, a intervenção do Estado favorece mais os capitalistas e menos os trabalhadores. Daí a importância do cruzamento de fontes na pesquisa, para possibilitar a compreensão do conjunto de mediações que envolveram as práticas do Estado e seu reflexo na estrutura urbana.

⁷⁷ Ideologia é uma das categorias mais polêmicas na teoria marxista. Existem basicamente três formas como o conceito é apreendido. Pode-se entender ideologia como “falsa consciência”, como um produto invertido das relações sociais, ou seja, como uma consciência invertida da realidade causada por relações sociais alienadas, produto da sociedade capitalista, e da divisão social do trabalho. É desta forma que Marx a entende na Ideologia Alemã. (Marx, 2007). Também, pode-se analisar ideologia como “visão de mundo”, desenvolvido principalmente pelo filósofo Lucien Goldman e seu discípulo Michel Lowy. Em nossa opinião, há um barateamento do conceito nesta acepção, onde ideologia se aproximaria de idiossincrasias. Há também a perspectiva do filósofo Slavoj Žižek, que a entende de maneira mais abrangente. “A ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação a realidade social, até um conjunto de crença voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante”(Žižek, 2010, p 09). Žižek amplia por demais o conceito de ideologia, perdendo assim a operacionalidade de explicar uma situação histórica concreta, em outras palavras, tudo pode ser ideologia, então ela não é nada. Em contra partida, entendemos ideologia da forma como Lukacs a desenvolveu. “Como veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” [...] “a ideologia é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens conscientes e operativa. (Lukacs, 2010, p 38); (Ester Vaisman, 1989). Nesta acepção, que compreendemos o caráter ideológico do Estado e seus representantes em Fortaleza, e seus discursos sobre a cidade.

⁷⁸ Para um debate sobre o caráter contraditório do Estado, ver: (Canoy, 1994); (Gottdiener, 1993); Para uma análise do papel do Estado na acumulação de capital, (Harvey, 2005).

Podemos analisar a diferença entre o modo como Barca Pelon expõe as atividades do recém-inaugurado, “Centro de Saúde”, prédio moderno e luxuoso para a época, e a crítica do vespertino.

O programa é bem desenvolvido. Os dispensários tomam o vasto aspecto de um eficiente trabalho de assistência médico-social. Temos assim, a assistência pré-natal (para mulheres grávidas). A assistência infantil, pré-escolar e escolar. Na sífilis, doenças venéreas e boubas, o horário ficou assim determinado: para os homens, segundas, quartas e sextas feiras: para as mulheres, terça quinta e sábados. O tratamento de tuberculose também mereceu o cuidado do Departamento de Higiene. (IBIDEM, 26/09/1933 p. 01).

Esta nota sobre as atividades do centro de saúde foi divulgada em vários jornais. Notamos que houve um avanço na saúde, pelo menos no que concerne aos equipamentos que foram comprados para equipar o “Centro de Saúde”, a diversidade de serviços oferecidos e sobre a maneira organizada como os serviços foram distribuídos, separado por dias e gênero. Enfim, não se podem negar os avanços que a modernização trouxe na melhoria da saúde pública, pois se ampliou os investimentos na área e se criou um novo hospital. Não obstante, é necessário entendê-lo enquanto movimento dialético, e relativizar os discursos do governo. Na mesma matéria percebemos o contraponto sobre a propaganda do secretário de saúde.

A assistência infantil escolar, é preciso notar, já se vem fazendo de ha muito tempo nos grupos escolares do Ceará. Não é criação do Centro de Saúde. Esse diretor de Higiene é um tanto romântico. Em vez de uma ação prática, em vez de uma verdadeira assistência, deixa-se levar pela fantasia da linda encenação burocrática. E assim é que, enquanto faz distribuir pelos jornais da terra, uma lista dos serviços regulares de administração, epidemiologia, verificação de óbitos, polícia sanitária de habitações, dos estabelecimentos dos gêneros alimentícios e de higiene de trabalhos, os cataporentos não tem um tratamento especializado, porque o isolamento do Urubu não tem leitos para amparar os pobres doentes da catapora... (IDEM).

O papel do historiador é analisar as fontes de maneira crítica, captando intencionalidades para além dos objetivos explícitos. No caso desta citação, além do ataque aberto à política de saúde, implantada por Barca Pelon, também se pode inferir uma série de outros serviços que a administração de saúde exercia, e que era de grande utilidade para a população. Como uma política de verificação da higiene dos alimentos, dos locais de trabalho, uma política sanitária de habitações. A problemática levanta, no entanto, é em que medida esses serviços realmente funcionavam, e, principalmente, atendiam a maioria da população?

Pelo que vem sendo exposto por nossa pesquisa até o momento, os serviços, assim como o processo de modernização, se distribuiu de maneira desigual, favorecendo hierarquicamente os setores abastados. Porém, na medida em que se criava um Centro de Saúde, a população como um todo também seria beneficiada. Havia obras que beneficiavam exclusivamente os setores abastados, e outras que contemplavam a população geral. A modernização tem que ser compreendida de maneira paradoxal, inserida num contexto complexo de disputas ideológicas e políticas, e não como um processo homogêneo produtor de ideias e práticas monolíticas.

A prefeitura, por exemplo, vem realizando diversas obras de caráter perfeitamente admiável, enquanto relega ao abandono tudo que a prática e a experiência estão indicando que precisamos. [...] Por outro lado, o Sr. prefeito não contara no acervo de suas realizações o menor empreendimento de benefício social, não apresentara qualquer obra capaz de lembrar um diminuto esforço que objetive o amparo dos desafortunados, a conjuração da miséria ostensiva da grande população e as crianças infelizes que possuímos. Este aspecto da vida de uma cidade que se veste com roupagens civilizadas, não pode ser atendido com tanta frieza ou compreensão, pois é fora de dúvida que se entende progresso com flagrante descaso pelo mais rudimentar serviço de assistência aos núcleos desprotegidos da sociedade. O progresso de Fortaleza, portanto, é falho e mentiroso, porque não mantém em harmonia com as necessidades do povo. [...] A saúde pública por seu turno, não anda em caminho menos errado. A utilidade do seu luxuoso parque higiênico constitui uma interrogação, como representa uma dúvida sua manutenção, de vez que as possibilidades financeiras do Estado a fazer face as suas enormes despesas. (IBIDEM, 21/10/1933 p 01).

Esta longa citação é, na verdade, uma síntese da crítica ao projeto de modernidade do Estado, que priorizou uma série de reformas materiais na cidade, sem considerar os reais anseios dos moradores. A visão de progresso estava vinculada à noção de modernização, introdução de novos equipamentos urbanos, em detrimento do desenvolvimento do ser, dos sujeitos que habitavam a cidade. No momento que apareciam problemas como doenças e excesso populacional, a saída sempre foi autocrática e unilateral, sem possibilidade de comunicação com a população mais pobre. Em linhas gerais, esse era o molde do projeto de modernidade do governo, divisão socioespacial, exclusão e marginalização de uma camada da população, especialmente os pobres e doentes, e implantar uma modernização sem mudanças. A maneira como a saúde pública foi tratada, representada na política de Barca Pelon, que seguia uma orientação nacional, é exemplar em revelar as contradições da modernidade de Fortaleza. Por isso, nos atemos a explicar, mesmo que de forma geral, a relação da saúde na formação do espaço urbano, e na constituindo do outro lado modernidade, o que chamamos de “outra cidade”.

A produção do espaço urbano de Fortaleza se mostrou um mosaico de vários atores sociais. Todavia, cabe questionar: onde estão os trabalhadores na pesquisa? Será que eles não exerceram nenhuma influência na produção do espaço? Esse se apresentou como um dos maiores desafios desta pesquisa, “encontrar” os trabalhadores. A dificuldade veio em dois sentidos: 1) a precariedade dos arquivos do ceará; 2) a ausência dos trabalhadores nas fontes conservadas, maioria, fontes oficiais. Portanto, a tarefa não era simples, mas bastante árdua. A saída encontrada por nossa pesquisa foi investigar os acidentes de trabalho, que eram publicados quase diariamente no jornal O Nordeste, na tentativa de entender onde esses trabalhadores moravam, e se realmente havia uma relação de marginalização centro-favela representada nesses acidentes.

Hoje, às 10 horas, na ocasião em que trabalhava num guindaste na fábrica “Miriam”, na praia, foi vítima de um acidente o operário Luis Casimiro, de 31 anos de idade, solteiro, residente no alagadiço. Luis Casimiro teve um dedo do pé esmagado, recebendo igualmente outros ferimentos. Quando estivemos na santa casa, o pobre operário esperava que a companhia de seguros desse ordem para lhe serem feitos os curativos necessários. (IBIDEM, 23/10/1933 p. 05).

Luis Casimiro era residente do Alagadiço, bairro pobre da capital, onde na seca de 1915 foi construído um campo de concentração. Notamos também, ser comum nos acidentes de trabalho encaminhar os feridos para hospital da santa casa. E no caso do Luis, ainda tinha que aguardar o aval do seguro para receber os curativos. Os acidentes de trabalho tornaram-se constantes da década de 1930, tanto os acidentes nas fábricas devido às péssimas condições de segurança e carga horária extenuante, e os acidentes das “melhorias”, que se utilizavam da mão de obra dos retirantes, na maioria agricultores que não tinham experiência no setor da construção civil, sofrendo constantes acidentes.

Analisando os acidentes, podemos observar quem eram os operários, onde moravam, quais eram os trabalhos que realizavam no período etc. “Devido ter sofrido um acidente” quando trabalhava na Estação Central, foi socorrido no pronto socorro o carreteiro Joaquim Bernado da Silva [...] “Recebeu curativo ontem no pronto Socorro, a menor Raimunda de Castro, que foi registrada sob o n. 1.164, por ter sido vítima de acidente no pé direito, ontem no Arraial”. (O NORDESTE, 24/10/1933 p 05).

No primeiro caso, tratava-se de um carreteiro que se acidentou trabalhando na Estação Central. Os acidentes na Estação eram frequentes, pois se realizava muitas atividades no local. Desde construção de estradas de ferro, até o descarregamento de mercadorias para serem

transportadas via ferroviária. No segundo caso, não há muita descrição do tipo de acidente, o que chama a atenção é o fato da vítima ter sido registrada com o número 1.164, destacado pelo O Nordeste. Não obstante, não sabemos se este número representa os números de acidentes, ou somente uma ficha de atendimento normal. Outro fato merecedor de destaque é o referente ao local de moradia da Raimunda de Castro, ela morava no Arraial Moura Brasil, um dos bairros pobres de Fortaleza na época, e de acordo com (Castro, 000), constituiu a primeira espécie de pré-favelamento da capital.

Ontem, às 12 horas, ocorreu nas salinas do Sr. Adriano Martins, na Barra do Ceará, lamentável acidente de trabalho, do qual foi vítima o operário Waldemar Jardim, de 25 anos de idade, casado e residente no Morro do Croatá. O desastre foi causado pela máquina perfurante da Inspetoria das Secas, tendo o operário machucado a mão direita. Transportado ao pronto Socorro, fez ali os curativos necessários, ficando internado na Santa Casa, onde se acha em tratamento. (O NORDESTE, 28/11/1933, p. 04).

Waldemir Jardim era um operário da Inspetoria das Secas, provavelmente um retirante, visto que a Inspetoria privilegiava contratar os retirantes para seus serviços. E ele residia no Morro do Croatá, bairro pobre e afastado do perímetro central. Muitos retirantes que chegaram à capital conseguiram escapar da estratégia do governo, não sendo retidos nos campos de concentração. Eles chegavam, e normalmente procuravam terrenos afastados e de preferência públicos, para se alocarem. Desta forma, eles ampliavam as periferias e o surgimento das favelas. O espaço só tem sentido enquanto categoria de análise, na compreensão dialética sujeito-estrutura, na medida em que ele reflete um processo de construção histórica de sujeitos concretos. O espaço em si, não pode ser considerado sujeito de processo algum. Por isso a importância de rastrear, mesmo com os limites da documentação, anteriormente elencados, alguns operários que contribuíram para produzir o espaço urbano de Fortaleza.

Ontem, às 15 horas, na ocasião em que trabalhava numa construção a Rua São Luis, foi vítima do desastre o operário Francisco Jerônimo, de 30 anos de idade, casado, residente a Rua da Leopoldina, 225, recebendo uma ferida contusa na perna esquerda. Transportado ao pronto Socorro, recebeu ali, os curativos necessários. (O Nordeste 01/12/1933 p 02). Hoje cerca de 9 horas, foi vítima de um acidente no trabalho o menor Eliseu Mendes Salles, residente a Rua Solidade. O menor trabalhava com o pedreiro Francisco Mendes e Salles e teve um dedo machucado em consequência de uma queda, na construção de uma calçada à Rua 25 de Março. Eliseu Salles foi transferido ao pronto socorro, onde recebeu os curativos necessários. (IDEM, 01/08/1934, p. 04).

Os textos supracitados denotam um aspecto importante da produção do espaço urbano. Eles trazem um elemento que é, intencionalmente, obliterado das fontes oficiais. Os percalços na construção dessas ruas, como os diversos acidentes e os operários em processo de trabalho, podem ser considerados sujeitos dessa construção. Também mostra o uso da mão de obra infantil, e o procedimento padrão quando aconteciam esses acidentes. No primeiro momento, as vítimas eram transportadas através do carro do Pronto Socorro, que, segundo O Nordeste (29/11/1933 p 5), “atende a qualquer hora do dia e da noite. É só telefonar para o número 238”. E no caso da vítima precisar de internação, seria levada para a Santa Casa.

Análise desses acidentes é importante, pois o espaço urbano pode ser compreendido como processo, e não apenas resultado acabado da política de modernização do Estado. E torna-se interessante observar as contradições dos operários remodelando o centro, reformando praças e ruas, e, ao mesmo tempo, habitando os subúrbios e as favelas.

Outra forma de enxergar as problemáticas da “outra cidade”, dos bairros pobres da capital, concerne em se cotejar o aumento dos crimes, confusões, brigas, furtos e outros delitos, com o crescimento da periferia. Esses problemas sociais também fizeram parte do projeto de urbanização do governo e dos setores capitalistas, numa política de afastar os miseráveis e possíveis delinquentes do centro. O Arraial Moura Brasil, por exemplo, um dos bairros mais pobres no período, grande periferia de Fortaleza, aparecia nos jornais normalmente de duas formas: 1) algum morador sofria um acidente de trabalho; 2) ou no segundo caso, se envolvia em alguma confusão, roubo ou situação do gênero. Os crimes aumentam na cidade, principalmente nas periferias, começando a demonstrar uma relação mais visceral entre o aumento da violência com a ampliação do processo de favelização.

“Domingo, à tarde, foram às vias de fato, no Arraial Moura Brasil, Humberto Ferreira da Silva e João Batista de Sousa, ferindo-se mutuamente a navalha, saindo aquele ferido no braço direito e este na região hipotênar direita.” (IDEM, 14/11/1933 p 07). O processo de criminalização nos bairros se intensifica, notamos aí a gênese da marginalização e segregação do crime. Obviamente, já existiam casos de crimes nos bairros da capital, mas a partir da seca de 1932, esse processo sofre um aceleração e começa a tornar mais visível a relação favela associada ao crime, prostituição, como local “nefasto”, que necessita de “correção policial”.

“Anteontem foi vítima de um tiro no Arraial Moura Brasil, próximo ao cemitério, o pedreiro Antônio José, de 23 anos de idade e residente nas proximidades da 1ª. Delegacia. [...]

Recebeu curativos no pronto socorro e não sabe quem foi o autor do tiro que o atingiu”. (IDEM, 06/03/1935 p 01).

Ontem, às 21 horas, foi agredido por 6 indivíduos, o marítimo Francisco Roque Ferreira de 27 anos de idade, casado. Roque entrou na luta contra os agressores, resultando sair ferido na cabeça, ferindo por igual um dos agressores. Foram reconhecidos, Pedro Rodrigues de Paulo, Joaquim Rodrigues de Paulo, Chagas Camera e João Monteiro.(IBIDEM, 13/11/1933 p. 02).

Não por acaso ocorria esses crimes no Arraial Moura Brasil, Mucuripe, Alto da Balança, Morro do Crotá, Tauape, Pirambu, e demais bairros da periferia de Fortaleza. Mas, ao contrário, consubstanciava o reflexo do processo de urbanização desigual da capital e a política de modernização do governo, em afastar a população pobre para as periferias e favelas, e blindar o centro de zonas comerciais e desenvolvimento cultural das classes abastadas. Os crimes, mesmo que não praticados na periferia da capital, geralmente era realizado por seus moradores, caracterizando um processo de marginalização da violência, no sentido usual da palavra, transferindo a violência para a margem da sociedade.

A gatunagem vem agindo ativamente na zona da praia sendo os seus últimos feitos os arrombamentos na sede do Náutico Atlético Club, e do café S. João, este, de ontem para hoje. O café São João, situado bem próximo à Alfandega, de propriedade do Sr. João Ferreira Costa, amanheceu escancarado hoje. Examinando a casa, verificou o proprietário ter sido visitado o seu estabelecimento, sendo o total das mercadorias roubadas avaliado em cerca de 400\$000. (CORREIO DO CEARÁ, 17/11/1934 p. 02).

Os casos de roubos aumentaram em Fortaleza. A zona da praia, que abrigava uma grande parte da população pobre, que morando próximo à praia poderia sobreviver da pesca ou qualquer outra atividade ligada ao setor, era uma região de inúmeros delitos. À medida que a cidade crescia, a desigualdade aumentava em proporção igual, propiciando um crescimento da criminalidade, que aos poucos se tornava mais audaciosa, eliminando o seu aspecto provinciano e ganhando contornos de cidade grande. A política do governo de afastar os miseráveis para a periferia, não conseguiria contornar o fato que o centro, por seu desenvolvimento e opulência se tornaria o foco principal dos assaltantes.

Temos noticiado os casos de roubos que repetidamente estão ocorrendo em nossa capital, muito deles revestidos do caráter sensacional dos *gangsters* americanos, estando indivíduos mascara dos assaltando os transeuntes, na madrugada e em pleno centro da cidade. [...] A proprietária da pensão Lulu apresentou queixa ontem à polícia, dizendo que desde de muito seu estabelecimento é visitado pelos ladrões, sendo notado agora grande falta de cadeiras, louças, colheres e outras coisas.[...] Na Rua São Paulo, da noite de

ontem para hoje, foi visitada pelos ladrões uma sapataria e estabelecimento de artefatos de couro, cuja porta principal amanheceu arrombada. Desta casa de negócio, localizada no prédio n 145, de propriedade do Sr. Francisco Collares, roubaram artefatos de couro, avaliados no seu total, em cerca de três contos de réis. (IDEM, 06/12/1934, p. 02).

O crime começa a se organizar na década de 1930. Notícias como essas ganham uma frequência espantosa. As contradições da cidade transfiguram numa maior nitidez, o sistema de polícia começa a ficar diminuto diante dos roubos, assaltos e assassinatos. O crescimento, neste sentido, foi desordenado, abarcando as regiões ricas e pobres de Fortaleza. As ricas como foco dos assaltados, e as pobres como moradia dos praticantes. Essas contradições mostram a complexidade da cidade enquanto objeto de análise. Por mais que o governo tenha um projeto de modernidade para a cidade, de divisão socioespacial dos bairros, população, vida cotidiana e cultural, esse projeto nunca se efetiva por completo. Em Fortaleza não foi diferente.

Com vistas voltadas para o embelezamento público, restringidos a zona mais central de Fortaleza, não obstante as possibilidades do município, os nossos governadores vem descurando lastimavelmente das necessidades gerais da cidade, relegando as para plano inteiramente secundário. Fortaleza não possui um serviço de limpeza pública recomendável. O lixo é coletado em horas impróprias e atirado quase no coração da cidade, servindo de pastos aos animais, exposto ao sol, impregnando o ar de seus perigosos miasmas. As ruas, embora sejamos uma cidade aberta aos ventos, que a toda hora levanta nuvens de pó, não tem nenhuma irrigação. O município não mantém nenhum estabelecimento para recolher os mendigos, nem qualquer organização para amparar os menores delinquentes ou abandonados. A miséria vive exposta em todo quadrante da cidade. Chagados e enfermos de todas as moléstias, inválidos e vagabundos, esmolam nos lugares mais públicos, dando ao forasteiro a impressão que somos um vasto hospital ambulante. Não possuímos um parque de diversão para as crianças. Não temos um campo desportivo, nada que estimule a prática da cultura física. Os subúrbios estão esquecidos num areal tremendo, desservidos de tudo. Falta-lhes calçamento, limpeza pública, higiene, luz, policiamento, e muitas vezes até água. O Arraial Moura Brasil, nas vizinhanças do aristocrático bairro da Jacarecanga, é o atestado mais frisante do descaso dos nossos administradores por tudo que não seja a Praça do Ferreira e suas imediações. (A RUA, 1933, p. 03 e 08).

Aqui se encontra a síntese do outro lado da urbanização de Fortaleza, o antiverso, o reverso da medalha. A urbanização era pensada, executada de forma desigual e combinada. O centro usufruindo de uma miríade de reformas materiais, desde calçamento das ruas à criação de clubes de lazer para as classes abastadas. Enquanto as favelas e subúrbios vivendo um total descaso, como se a população estivesse numa “outra cidade”. Este capítulo teve por objetivo

apresentar esta cidade ocultada pelos discursos oficiais da modernidade, salientando que o processo de modernização da capital, restringiu-se ao centro, “empurrando” a população de flagelados, doentes e trabalhadores para a margem da cidade e da sociedade. Todavia, esse processo tem que ser compreendido na sua interação e não apenas como dicotômico. O centro dependia das favelas, era uma espécie de “mal necessário”, pois as favelas abrigavam a maior parte da mão de obra que realizou essa modernização.

Porém, nunca é demais deixar claro que foi uma modernização sem mudanças na estrutura socioespacial, que os capitalistas e o Estado tentavam equilibrar as diversas contradições que compunha a cidade. O espaço urbano, por conseguinte, a formação do centro e das favelas, foi resultado de intensos processos de lutas e disputas pelo poder na cidade. Preconizando Gottidiener, 1993, os lugares e formas não produzem a si mesmo, mas são resultados de processos envolvendo pessoas numa rede de organização social. Os espaços de produção de opulência e miséria, só podem ser entendidos no seu contexto histórico. E no caso de Fortaleza, envolveu tanto um projeto excludente de modernidade e modernização, de acordo com Mandel (1982), faz parte da perspectiva do capital trabalhar espacialmente para fabricar desigualdades geográficas entre centro e periferias, de modo desigual, tanto como a luta por moradia dos retirantes e das pessoas pobres que constituíam o espaço urbano de Fortaleza. O espaço está sempre em disputa!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje como ontem, só a razão é crítica, porque seu meio vital é negação de toda a facticidade, e o irracionalismo é sempre conformista, pois seu modo de funcionar exclui o trabalho do conceito.

Sérgio Paulo Rouanet

Os caminhos trilhados por essa pesquisa foram tortuosos e às vezes desesperadores. Porém, não podemos dizer que não resultou de nossas escolhas. A primeira delas foi tentar estabelecer um diálogo interdisciplinar com outras áreas, especialmente com a geografia e a filosofia. A interdisciplinaridade não foi buscada por ser palavra da moda, mesmo porque, hodiernamente ela só ecoa como retórica vazia onde os campos procuram a cada dia se cristalizar num espaço hermético. Nunca se defendeu tanto cada disciplina com o discurso da interdisciplinaridade. Não foi esse o percurso traçado por nossa pesquisa, pelo menos não o seu escopo. Buscamos a interdisciplinaridade, porque a relação sujeito-objeto assim o exigia. Acreditamos que todo objeto de pesquisa, por mais simples que seja (se é que isso é possível), não é monocausal e está imerso em uma totalidade maior do que a si mesmo.

Todavia, pensamos que é impossível, ou pelo menos negligencia tentar compreender a produção do espaço urbano de Fortaleza, sem dialogar e criar conectivos com a ciência geográfica, que acumula um debate e um arsenal categorial muito mais preciso e rico do que a história, sobre a temática do espaço urbano. Como pensar em teoria da história, sem refletir sobre filosofia? E como pensar uma pesquisa, sem levar em consideração a teoria?

Nas sábias palavras de Aróstegui (2006, p.24): “o historiador escreve a História, mas também deve teorizar sobre ela, quer dizer, refletir e descobrir fundamentos gerais a respeito da natureza do histórico e, além disso, sobre o alcance explicativo do seu próprio trabalho. Sem teoria não há avanço do conhecimento.” Defender a história enquanto racional, crítica e como impossível de ser divorciada da teoria, foi um dos anseios desta pesquisa. Consciente de que no momento onde governa a desrazão e o império dos sentidos, podemos ser acusados de herege, mesmo assim, não abdicamos desta postura.

O método de exposição da pesquisa é para nós tão importante como o período de investigação. Neste sentido, a pesquisa foi dividida em três partes: 1) Seca e Modernidade; 2) Centro; 3) Favelas. Não iremos aqui repetir o que foi exposto na introdução e no corpo da pesquisa, tentaremos não cair nesta tarefa ingrata! Apenas, gostaríamos de deixar claro,

alguns elementos que ficaram obscuros no decorrer do texto, ou por falha na exposição ou pelo caráter lacônico de uma dissertação.

Quando investigamos a seca de 1932 e o papel que os retirantes cumpriram na produção do espaço urbano de Fortaleza, o nosso objetivo era abordar a seca enquanto uma característica epifenomênica na produção do espaço urbano de Fortaleza. Tratá-la como epifenômeno não significa dizer que ela não foi importante para a constituição do espaço, mas reconhecer o seu papel num conjunto de hierarquias. (MESZÁROS, 2011) Era importante estabelecer hierarquias de determinações.

Em nossa opinião, a seca de 1932 funcionou como um catalisador das contradições, na medida em que propiciou uma leva de retirantes a “invadir” a capital, e reivindicar alimento, trabalho e moradia. Os retirantes, no entanto, servirão de mão de obra barata para a implantação das “melhorias urbanas”, ao mesmo tempo em que vão habitar as favelas da capital e acelerar o processo de favelização. Neste sentido, os setores abastados e o governo exerceram um processo de modernização num claro *apartheid* centro-favela, e as reformas materiais priorizaram o desenvolvimento do comércio e da acumulação de capital.

Em linguagem comum, gostaríamos de dizer que o processo de produção do espaço urbano de Fortaleza se desenvolveria de maneira desigual, independente da seca. O que torna a análise da seca importante, e que dá a ela um status de peculiaridade na formação do espaço, é o fato dela colocar novos atores sociais no anfiteatro da urbanização, e de novos discursos serem construídos sobre o seu teto. A seca influenciou como realidade sócio-material, e também como discurso para atrair recursos do governo federal e acelerar o processo de modernização do centro.

Também consideramos necessário esclarecer a utilização em alguns momentos, do conceito de modernidade, ao invés de modernização. Entendemos Modernidade como sendo bem mais amplo do que modernização, pois modernização, grosso modo, seria a introdução de novos equipamentos, máquinas, e reformas materiais no espaço urbano. Já a modernidade, dialogando com (Berman), seriam as experiências ambientais da sociedade como um todo, indicando não apenas mudanças materiais, que incorpora a modernização, mais mudanças nos valores, costumes, relação da população com o tempo, ou seja, um projeto mais global. Portanto, quando nos referimos à modernidade, denotamos que o projeto do governo e dos capitalistas de Fortaleza, transfigurava-se numa dimensão bem mais ampla do que apenas reformas materiais, mas mudanças na sociedade como um todo, daí a utilização amiúde da palavra projeto, no sentido de relativizar em que medida isso se efetivou.

Optamos por analisar, ainda na primeira parte, o processo de urbanização da cidade, porém, nos apropriando como fonte primordial, o relatório do interventor Federal, Roberto Carneiro de Mendonça. A intenção era mostrar a limitação desse processo de urbanização, limitando-se algumas reformas materiais que atenderiam apenas uma pequena parte da população, como, por exemplo, a pista de patinação; e em contrapartida a retórica do governo apresentando-se como modernizador da capital. Por isso tratamos de simulacro da urbanização, no sentido de ser uma urbanização parcial e que não alcançava os arrabaldes da cidade.

A parte II da pesquisa foi dedicada ao centro, com objetivo de apreender os diversos processos que constituíram a produção do espaço urbano. Elencamos como elementos centrais: 1) a seca; 2) o papel do Estado; 3) a luta entre os sujeitos pela disputa do espaço; 4) e a acumulação de capital. Neste ponto, é válido assinalar o papel que o Estado exerceu na produção do urbano. Na medida em que Raimundo Girão, como prefeito, articulou uma série de reformas que tinha como fulcro a modernização do centro, ampliação das ruas, reformar o seu calçamento, dotando o perímetro central da capital de uma infraestrutura urbana para o desenvolvimento do capitalismo.

Defendemos a tese que houve substancial investimento no circuito secundário, como um projeto racional do governo, pois o mundo ainda enfrentava uma “grande depressão”, e em momentos de crise, investir na produção de reformas na terra tende a valorizar o capital e gerar acumulação. No caso do ceará, ainda tinha um incentivo a mais que era empregar a força de trabalho dos retirantes, proporcionando assim um maior controle da população de flagelados. Este projeto desenvolveu-se em dois vieses: a construção de açudes e estradas de rodagem no interior do Estado; e a construção de melhorias urbanas na capital, investimentos no porto e estrada de ferro.

Percebemos com clareza nas matérias dos jornais, a necessidade da construção do porto do Mucuripe, pois não é por acaso que o governo constrói a estrada de ferro ligando o centro ao referido local. A intenção, obviamente, era a de conectar as exportações de mercadorias da via ferroviária com o setor naval, o que Harvey (2006) chama de compressão espaço-temporal, ou seja, diminuir o tempo que a mercadoria leva do produtor ao consumidor, com o objetivo de baratear o preço e potencializar o lucro. Mesmo o leitor mais incauto em matéria de economia política, saberia que todo setor capitalista, seja o comércio, a indústria ou a construção civil da cidade se beneficiaria com essa melhoria.

O conjunto desses elementos irá propiciar a urbanização de Fortaleza e a remodelação do centro. Fortaleza também apresenta, no período, uma maior articulação e planejamento do seu espaço urbano. A contratação do Arquiteto Nestor Figueiredo e a criação da comissão de planejamento urbano, referenda a proposta de pensar urbanisticamente a cidade. Embora o plano urbanístico de Figueiredo não tenha saído do papel, não quer dizer que o espaço deixou de ser planejado. Perpetuou-se a linha traçada por Hebbster, inspirada no Barão de Hausmann, de dar um caráter extremamente funcional ao centro, com o objetivo de afastar as residências e ampliar o comércio.

Ainda hoje é assunto polêmico sobre a intencionalidade de Hausmann, na construção dos Boulevard e do traçado xadrez. Seria para evitar a formação de barricadas e fugas pelas ruas tortuosas? Ou seria para facilitar a circulação de mercadorias? Independente do resultado da polêmica, em Fortaleza, o traçado em xadrez e a reforma do centro, adquiriu tanto um objetivo de controle da população, tangenciando os pobres para periferia, como contemplou a melhoria na circulação de mercadoria, com as avenidas centrais ligando ao porto. Neste sentido, entendemos a produção do espaço urbano de Fortaleza explicada numa perspectiva dialética entre os diversos sujeitos (retirantes, trabalhadores, Estado) e as estruturas como a necessidade de acumulação de capital e o desenvolvimento do capitalismo. Essas características, em nossa opinião, não podem ser dissociadas da produção do urbano.

Na terceira parte da pesquisa, analisamos o “outro lado da cidade”, na esteira do que Jucá (2003) pensara. Fortaleza vista como duas cidades, a dos ricos cristalizada no centro e nos bairros nobres, e a dos pobres consubstanciadas na produção das favelas e subúrbios. No entanto, é importante compreender essas duas cidades como um processo desigual e combinado, por conseguinte compondo o mesmo todo.

Também destacamos as diferenças na produção e urbanização geral dessas duas cidades. Enquanto existe uma racionalidade instrumental na elaboração do perímetro central, as favelas são construídas no que chamamos de “lógica da necessidade”. Os dois projetos se articulam, e não são apreendidos totalmente pela lógica racional, na medida em que a cidade é muito mais complexa do que as elaborações sobre ela, e as disputas pelos espaços e conflitos de poder não podem ser analisados de forma estática, mas numa dinâmica em espiral, onde boa parte das decisões é tomada no calor do momento, e seus reflexos não podem ser calculados.

O que queremos dizer em linguagem mais simples é que, qualquer projeto urbanístico, mesmo que em sua elaboração vislumbre abarcar a cidade como um todo, o resultado atingido será sempre diferente, pois as variáveis (sujeitos que habitam e constroem a cidade) não são previsíveis. Em Fortaleza não foi diferente. O governo e as classes abastadas afastam a miséria e as doenças da sua adjacência, mas ela volta em formas de assaltos, crimes, violência, e uma série de “endemias sociais”.

Nesta acepção, a relação entre seca, centro e favelas, não aparece mais de maneira desordenada e desconexa, como se a produção do espaço urbano de Fortaleza fosse produto apenas do acaso e de fenômenos naturais. Torna-se necessário romper com as análises formalistas que compreenderam o espaço como receptáculos de processos, ou como produto de constructos ideais, e perceber a interação dialética entre os sujeitos e os espaços, não como elemento de retórica, mas como análise de um processo histórico.

A “outra cidade” é erigida sobre o paradoxo do indesejável necessário. Surgiu na capital um conjunto de doenças e epidemias, que a política do governo tratou de isolar e afastar do seu perímetro. A oficina do Urubu, que era o local onde o Estado mantinha os retirantes trabalhando, passou a ser adaptada a local de abrigo de variolosos, leprosos, e demais doentes, numa nítida estratégia de proteger as classes abastadas, afastando os “miseráveis”, uma vez que os bairros mais pobres apresentam um maior índice de doentes, devido à total falta de saneamento e descaso do projeto de modernização, que visava tornar o centro um espaço heterotopo, diferente dos demais locais, especialmente das favelas.

As favelas, com seus doentes, trabalhadores e população de miseráveis, começaram a ser associadas ao crime, prostituição e confusão, como reflexo de uma política de marginalização, criada pelo projeto de modernização do governo e das classes abastadas. O reverso da medalha ocorre no sentido que o local de onde a população pobre foi execrada, torna-se o lócus das suas reivindicações. A miséria volta para o centro numa outra perspectiva. O espaço de luxo e opulência não consegue extirpar a pobreza e a miséria do seu habitat. Se não têm eles como vizinhos, têm ao menos como visitantes “ilustres” dos seus mercadinhos, lojas, avenidas, praças, ruas, reivindicando, de alguma forma, um espaço de convivência.

Em suma, nossa pesquisa buscou compreender esse complexo de contradições que permearam a produção do espaço urbano de Fortaleza. Enxergando essa produção não apenas como assimétrica e desigual, mas também como combinada e articulada. Portanto, assim como Ulisses, que teve que reconhecer o poder dos deuses para voltar para sua cidade natal,

no reino de Ítaca, reconhecemos o limite temporal de uma dissertação e a sua contribuição. Porém, voltaremos para casa feliz se na melhor das possibilidades, esta pesquisa provocar uma reflexão crítica sobre a construção do espaço urbano e servir de esteio para outros pesquisadores.

FONTES

Periódicos:

- O Povo: 1932, 1933 e 1934;
- O Nordeste: 1933, 1934 e 1935;
- Correio do Ceará: 1934 (Jan-Mar; Abr-Jun; Out-Dez), 1935 (Jan-Mar);
- A Rua: 1933, 1934 (Jul-Set), 1935 (Jan-Mar).

Relatórios:

- Relatório apresentado ao Exmo: Senhor Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936;
- IFOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) Relatórios dos trabalhos realizados no triênio 1931 – 1933. Apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto Vieira.

Almanaques:

- Almanach Administrativo, Estatístico, Industrial e Literário do Estado do Ceará, confeccionado por João da Camara. Fortaleza: Empreza Tipographica, (1931, 1932, 1933, 1934 e 1935).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16) 2, 1995, p. 510-555.

_____. **A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana** – uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar** : textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004

ALMEIDA, José Américo de. **As secas do Nordeste**. 2 ed. Mossoró: Ministério da Viação e obras públicas, 1981.

_____. **O ciclo revolucionário do ministério da viação**. 2 ed. Mossoró: Função Guimarães Duque, 1982.

ANDERSON, Perry. Modernidade e Revolução. IN: **New Left Review**, nº 144, Março- Abril. 1984.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos Labirintos da Cidade: Estado Novo e o cotidiano as classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007.

AROSTÉGUI, Julio. **A Pesquisa em História: teoria e método**. São Paulo: Edusc, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. **Razão e Paixão na Política**.

CADEIR, Eric; SERAPHIN, Benedito; MOLLE, François. **O pequeno açude: um modo de combater à seca**. Fortaleza: SUDENE/ ORSTOM, 1982.

CALLINICOS, Alex. **Against Postmodernism: a marxist critique**. New York: St. Martins Press, 1990.

CÂNDIDO, Tayrone. **Trem da seca**; Museu do Ceará, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARVALHO, Rejane V. Accioly. **A seca e os movimentos sociais**. Mossoró: Fundação Guimerães Duque, 1991. p. 35.

CASIMIRO, Liana M. Carleial de. **Seca: momento para repensar a pobreza do Ceará**. Fortaleza: FIEC/IEL, 1984.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: Belfiori – Wanderley, Mariângela ET alli (org.) *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: Educ, 1977. p. 169

CASTRO, José L. de. **Fatores de Localização e de Expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária/ UFC, 1977.

_____. **Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza**. *Revister do Instituto do Ceará*. Fortaleza; n. 108, 1994.

_____. **Arquitetura Eclética do Ceará**. São Paulo, Nobel, editora da universidade de São Paulo, 1988: in **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. Org: ANNATERESA, Fabris.- São Paulo: Nobel; editora da universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Cartografia Urbana Fortalezense na colônia e no império e outros comentários**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza- administração Lúcio Alcântara março/maio, 1982.

CHASIN, José. Marx: da razão do mundo ao mundo sem razão. In: **Marx Hoje**. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: TEIXEIRA, F. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Pólo Nordeste a persistência das desigualdades: análise institucional da política de desenvolvimento rural integrado para o Nordeste (1974 – 1986)**. UFC, 1992.

DAVIS, Maike. **Holocaustos Coloniais**. Record, 2002

DeDECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DONGHI, JulioHalpen. **História da América Latina**. Paz e Terra, 1989.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no Polígono da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1973.

GUERRA, Paulo de Brito. **Flashes das secas**. Fortaleza: DNOCS, 1983.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Rev. Espaço e Debates**. São Paulo, Cortez. N. 6, jun/set. 1982.

_____. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990 [Título original: *The Limits to Capital*, 1982].

_____. **The urban experience**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.

_____. **Condição Pós Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. A reinvenção da Geografia: uma entrevista com os editores da *New Left Review*. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 17- 40.

_____. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista (1975). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 41-74.

_____. A teoria marxista do Estado (1976). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 75-94.

_____. Ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx (1981). In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 95-126.

JAMESON, Fredric. Transformações da imagem na pós-modernidade. In: **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 95-142.

_____. Cultura e capital financeiro. In: **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 143-172.

_____. O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária._ In:_ **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 173-206.

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002.

JUCÀ, Gisafran Nazareno Mota. Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza. São Paulo: Anablume editora. 2 ed., 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 1997.

LIMA, Carlos Cirne. Dialética pra principiantes. Porto Alegre: Edipicurs, 1997.

KATZNELSON, Ira. **Marxism and The City**: Claredon Press Oxford, 1993.

KOFLER, Leo. **História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

KORSCH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

GIANNOTTI, José Arthur. **Certa herança marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Origens da Dialética do Trabalho**. Porto Alegre: L&PM. Editores .LTDA, 1985.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: o que é sociologia?** Rio de Janeiro- São Paulo: Difel, 1978.

_____. **Dialética e Cultura**. São Paulo: paz e terra 3 ed., 1991.

GADELHA, Laurizete de Souza. **A História dos secretários da saúde do Estado do Ceará. 1961-2006**. Governo do estado do Ceará, Fortaleza, 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

GOTTLIEB, M. 1976. Long swings in Urban Development. New York, National Bureau of economic research.

GOMES, Ângela M. de Castro. **A intervenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

_____. **Burguesia e Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

_____. **Os Trabalhadores**. Estudo sobre a história de operário Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 1ª Ed. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.a..

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1991 a.

_____. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LENHARO, Alar. **A Sacralização da Política**. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LOPES, Américo. **Actos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Jacyntho, 1932.

LUKÁCS, György. **Estética I**. Barcelona/México: Ed. Grijalbo, 1967.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1970.

_____. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx.

Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser Social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. **Reurbanização de uma favela carioca.** In: Marcio Morais Valença e Gilene Moura Cavalcante (Org). **Globalização e Marginalidade: transformações urbanas.** Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo:

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia:** história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de *O Capital*. Tradução por: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980-1985 (Volumes I, II, III).

_____. **Para a crítica da Economia Política / Salário, preço e lucro / O rendimento e suas fontes:** a economia vulgar. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **O Capital:** crítica da Economia Política. (Volumes I, II, III, IV e V). São Paulo: Nova Cultural, 1985-86.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia alemã.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e Formas de Consciência: determinação social do método.** São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

_____. **Estrutura Social e Formas de Consciência II: a dialética da estrutura e da história.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MOURA, Maria da Conceição de Almeida. **Terra e Seca:** o estado Capitalista: exercícios práticos. Natal: Cooperativa cultural UFRN, 1989.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história** – Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1ª ed. 1961, em inglês]. 129

MUNUKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEVES, Frederico de castro. **A multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. **Getúlio e a Seca: Políticas emergenciais na Era Vargas**. In: *Revista Brasileira de História*. – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, Vol. 20, nº 40, 2000.

OLIVEIRA, Elias. **Criminologia das multidões**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1966. p. 8.

OLIVEIRA, Manfredo A. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. A dialética marxiana enquanto unidade de entendimento e razão: a leitura de Ruy Fausto. In: OLIVEIRA, M. A. **Dialética hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PARENTE, Eneida. **Seca. Estado e mobilização camponesa**: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearenses na seca de 1979 – 1983. Dissertação de Mestrado em sociologia apresentada á UFC. Fortaleza, 1985.

PEREIRA, Munes Eufrásio William. **Intervenção do Estado Capitalista no Espaço urbano**. In: Marcio Moraes Valença e Gilene Moura Cavalcante (Org). **Globalização e Marginalidade: transformações urbanas**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

PESSOA, Maria Navilla Monteiro. **Análise e Previsão das receitas e despesas do governo do estado do Ceará**. Sob influência da Seca e nível de atividade econômica. Fortaleza: UFC, 1992.

PONTE, Sebastião R. **Fortaleza Belle Époque**. Fortaleza: FDR/ Multigraf, 1993;

RIOS, Kênia de Souza. **Campos de Concentração Ceará**: Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: museu do Ceará, 2001.

RAMOS, F. R. L. O Verbo encantado: a construção do Padre Cícero no imaginário dos devotos. Injuí. Editora da UNIJUÍ, 1998. 160p.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: companhia das letras, 2008.
- RUDÉ, George. **Ideology e Popular Protest**. New York: Chapel Hill, 1995.
- São Paulo (estado); Secretaria dos Serviços e Obras Públicas. *Manual Técnico de departamento de edifícios e obras públicas*. São Paulo: DEOP, 1972.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCOTT, A. 1976. "Land and Land Rent: An interpretative review o the French Literature". In C.Booard et al. (eds). *Progress in Geography*. London, Eduward Arnold.
- _____. 1980. *The Urban Land Nexus and the State*. London, Pion.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão: tensões sociais e criação na primeira república**. 2ed. São Paulo: companhia das letras, 2009.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5a ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Imagens da Cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- _____. **Paisagens do Consumo: Fortaleza no Tempo da Segunda Grande Guerra**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- SILVA, José B. d. **Os incomodados não se retiram**: Fortaleza: Multigraf, 1922.
- _____. **As contradições do espaço: da lógica formal à lógica dialética, a propósito do espaço**. In: CARLOS, Ana Fani et al (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SILVA, William Ribeiro da. "Reflexões em torno do urbano no Brasil". In: (org) BELTRÃO
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. [1ª Ed. 1902]. 134
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- _____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SOBRINHO, Tomás Pompeu. **Histórias das Secas (século XX)**. Fortaleza: Batista Fontenele, 1982.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. São Paulo: Zahar, 1993.

SOUZA, Simone de. **Da revolução de 30 ao estado novo**. In: _____ (org.). **Uma Nova História do Ceará**. Edições Demócrito Rocha, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação & WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais**. In: CARLOS, Ana Fani et al (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

THEOPHILO, Rodolpho. **História da Seca do Ceará (1877/1888)**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. **A seca de 1915**. 2 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1980.

_____. **A seca de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo; Companhia das letras, 1998.

_____. **La sociedad Inglesa Del siglo XVIII: Luchas de cases sin clases?** In: Tradición, revuelto y consiência de classe. 3 ed. Barcelona: Editorial critica, 1989.

_____. **A formação da classe operaria inglesa**. Vol. 1 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros** (uma critica ao pensamento de Althuser) Zahar Editores S.A. 1981.

VELOSO, Ursulino Dantas. **O Nordeste seco e as obras contra as secas: (1910 – 1981)** Recife: UFRPE, 1985.

VALENÇA, Marcio Moraes. **Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyano acerca da urbanização do capital**. In José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima, Denise Elias (Org). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: annablume, 2006.

VITORIANO DE OLIVEIRA, José de Arimatéa. **O Moderno e o Provinciano nos Discursos Sobre Fortaleza do Início do Século XX: Entre a “Cidade que se Tinha” e a**

“Cidade Que Se Queria”. Monografia apresentada como requisito para Graduação. UECE, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. O Espectro da Ideologia. In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.297-331.

_____. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.